

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS, E CIÊNCIAS HUMANAS

LINDOLFO CAMPOS SANCHO

NARRATIVAS PARA A CIDADE: SOBRE A FORMAÇÃO E OS USOS DO
PATRIMÔNIO CULTURAL EM DIADEMA

GUARULHOS
2019

LINDOLFO CAMPOS SANCHO

NARRATIVAS PARA A CIDADE: SOBRE A FORMAÇÃO E OS USOS DO
PATRIMÔNIO CULTURAL EM DIADEMA

Dissertação apresentada à Universidade Federal de São
Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Ciências Sociais

Orientação: Andréa Claudia Miguel Marques Barbosa

GUARULHOS
2019

Sancho, Lindolfo Campos

Narrativas para a cidade: sobre a formação e os usos do patrimônio cultural em Diadema / Lindolfo Campos Sancho – Guarulhos, 2019.

107p.

Dissertação de mestrado – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2019.
Orientação: Andréa Cláudia Miguel Marques Barbosa

Título em inglês: Narratives for the city: on Diadema's cultural heritage, its formation and uses.

1. Patrimônio Cultural 2. Memória 3. Antropologia Urbana 4. Diadema

LINDOLFO CAMPOS SANCHO

NARRATIVAS PARA A CIDADE: SOBRE A FORMAÇÃO E OS USOS DO
PATRIMÔNIO CULTURAL EM DIADEMA

Dissertação apresentada à Universidade Federal de São
Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Ciências Sociais.

Orientação: Andréa Claudia Miguel Marques Barbosa

Aprovado em ____, _____ de 2019

Prof^a. Dr^a: Andréa Claudia Miguel Marques Barbosa
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

Prof^a. Dr^a: Silvia Helena Facciolla Passarelli
UFABC – Universidade Federal do ABC

Prof^a. Dr^a: Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^o. Dr^o: Alexandre Barbosa Pereira
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é resultado de um processo de reflexão e aprendizado iniciado em 2012, ainda no meu segundo ano de graduação. Este longo processo certamente não teria acontecido, não fosse pela paciência, incentivo e dedicação da minha orientadora, Andrea Barbosa, que tem lido com muita atenção tudo que venho escrevendo desde meu primeiro projeto de iniciação científica. Além da orientação inspiradora, serei eternamente grato à Andréa por manter um espaço tão especial para troca de ideias, aprendizado e apoio que é o VISURB. Que privilégio foi ter este espaço para “pensar em conjunto” por tantos anos.

Aos colegas de VISURB também devo muito por tornarem esse espaço tão especial, Dayane Fernandes, Rodrigo Baroni, Débora Faria, Marcela Vasco, Fernando Camargo, Fábio Santos, Fernanda Matos, Rafael Freitas e tantos outros que passaram pelo grupo nesses anos, meu muito obrigado por compartilharem e me deixar compartilhar as grandes questões que compõem um processo de pesquisa.

Aos professores Fernando Atique, Silvia Passarelli, e Regina Abreu, que leram e comentaram este trabalho em diferentes momentos, sou muito grato pelos comentários, críticas, e sugestões que foram feitos, ajudando a dar forma a esta dissertação.

Aos meus interlocutores e amigos na Prefeitura de Diadema, Valéria, Antônio, Sérgio, Luiz, Malu e Loli, que esta dissertação seja também uma homenagem ao trabalho de vocês. À Loli, em especial, preciso destacar o quanto sou grato pela disposição e dedicação para me ajudar em tantos momentos durante toda a pesquisa. Sua dedicação à cidade é inspiradora!

Janaína, Barbos, Liz, Roberta e Pamella, não há UNIFESP para mim sem vocês. Fecho este ciclo com vocês no coração.

E por fim, agradeço aos meus pais e minha irmã pelo apoio, preocupação, e pelo privilégio que me deram de poder dedicar alguns anos da minha vida à atividade de pensar. Amo vocês!

RESUMO

Desde o começo dos anos 1990, uma série de medidas para identificar e proteger o patrimônio cultural no município de Diadema tem sido tomada. Liderados por técnicos da prefeitura, diferentes noções e métodos relacionados ao patrimônio cultural vêm sendo aplicados neste contexto local, resultando na publicação, em 2015, de um decreto municipal estabelecendo um inventário de bens culturais.

Este inventário é o objeto de estudo desta dissertação que se propõe a identificar, nesse documento e em seu processo de formulação, concepções de patrimônio e métodos de identificá-lo que resultam em modos específicos de ver a cidade. Ou seja, que resultam na criação de narrativas para a cidade.

Uma vez identificados as noções e métodos aplicados, espera-se explicitar as maneiras pelas quais o termo “patrimônio” pode ser mobilizado tanto para ordenar simbolicamente o espaço, como também para determinar os usos dos espaços da cidade no cotidiano.

Palavras-chave: patrimônio cultural; memória; antropologia urbana; Diadema

ABSTRACT

Since the beginning of the 1990's, a set of actions have been taken to identify and protect Diadema's cultural heritage. Led by a few city hall employees, distinct concepts and methods related to the cultural heritage area have been implemented on this local context, resulting in the publication, in 2015, of a municipal decree establishing an inventory of cultural goods.

This inventory is this dissertation's main object of study where we seek to identify, through both the inventory and its formulation process, concepts linked to cultural heritage and methods applied to identify it that result in specific ways of understanding the city.

Once having identified these concepts and methods, we expect to be able to make explicit the ways in which the idea of “cultural heritage” is mobilized as a tool to organize the territory on a symbolic level, as well as its uses on our daily lives.

Keywords: cultural heritage; memory; urban anthropology; Diadema

LISTA DE SIGLAS

ACE – Associação Comercial e Empresarial de Diadema

AP – Área de Proteção Ambiental

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

COMDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio-Ambiente

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico.

CONDEPAD - Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico, Documental, Artístico e Cultural de Diadema

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPHAC - Imóveis de Interesse Paisagístico, Histórico, Artístico e Cultural

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PRÓIPHAC – Grupo técnico responsável pelos IPHAC

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p.10
CAPÍTULO 1: A PRAÇA E A CIDADE.....	p.13
1.1 EM DEFESA DA PRAÇA.....	p.19
1.2 EM DEFESA DA PRAÇA E ALGO MAIS.....	p.24
CAPÍTULO 2: A CIDADE NARRADA.....	p.41
2.1 OS IPHAC.....	p.45
2.2 COLEÇÃO, MEMÓRIA E IDENTIDADE.....	p.64
2.3 A VIDA SOCIAL DOS CONCEITOS.....	p.66
2.4 OS TERMOS.....	p.68
CAPÍTULO 3: NARRATIVAS E MÉTODOS.....	p.79
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.90
REFERÊNCIAS.....	p.01
ANEXOS.....	p.05

INTRODUÇÃO

Espremida entre São Paulo e São Bernardo do Campo, Diadema existe há quase 60 anos como município. Antes parte de São Bernardo, a área de casas de chácara e modos de viver típicos de um subúrbio com características rurais passou por uma rápida transformação na década de 1950, com a abertura de estradas, instalação de grandes indústrias e o crescimento populacional que, em 2019, deve ultrapassar a marca de 423 mil habitantes concentrados em pouco mais de 30 mil Km², formando o segundo município do país em termos de densidade populacional¹.

Ao acessar a cidade a partir de São Paulo pela Rodovia dos Imigrantes, as marcas dessa transformação dominam a paisagem, seja pelo conjunto de casas autoconstruídas na superfície da encosta a conduzir a transição entre a rodovia e a cidade, seja pelo monumento que repousa em uma rotatória logo na entrada. Aos motoristas em direção ao centro da cidade é possível ver nesse canteiro um monumento branco que se destaca do verde do gramado que o rodeia. O olhar mais atento pode distinguir as formas de um homem, uma mulher, e uma criança em torno de uma parede de blocos. A mulher coloca um bloco na parte mais alta do muro, o homem segura uma caixa em uma mão e com a outra posiciona um bloco no mesmo muro, enquanto atrás da mulher, a criança segura alguns blocos nos braços. A escultura é bastante direta no que representa, permitindo a identificação de uma família construindo uma moradia.

O monumento ao migrante, inaugurado em 2007 e feito por Jorge Luís Vargas Gaitan, foi encomendado pela prefeitura para prestar uma homenagem a população migrante cujas raízes e tradições, especialmente dos estados do nordeste, estão presentes por toda a cidade.

Diadema é um município denso com um centro de usos mistos e uma periferia de casas espremidas entre grandes terrenos industriais. Sendo esta paisagem algo um tanto recente, com menos de 60 anos, a cidade não é um lugar que costumam associar a temas do patrimônio cultural.

Ainda assim, há de fato uma lista de bens culturais centrada em imóveis que, quando analisada, oferece um guia para ler na paisagem estas transformações intensas. O inventário de bens culturais de Diadema é o objeto de estudo desta dissertação que se propõe a identificar nesse documento e em seu processo de formulação, concepções de patrimônio e métodos de

¹ Fonte: IBGE cidades. < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/diadema/panorama> > último acesso em 13/10/19.

identificá-lo que resultam em modos específicos de ver a cidade. Ou seja, que resultam na criação de narrativas para a cidade.

Escrevo narrativas no plural porque justamente o método adotado para a elaboração do inventário, e os critérios de valor mobilizados para identificar o patrimônio dão ênfase à diferentes elementos da paisagem, abrindo uma variedade de narrativas possíveis.

Apesar da definição como “bem cultural” evocar uma concepção ampla de patrimônio, a lista de bens culturais de Diadema está concentrada em um conjunto de imóveis identificados com diferentes períodos do processo histórico de formação da cidade. Com isso, a proposta inicial desta pesquisa era a de interpretar essa lista a partir dos termos utilizados durante seu processo de formação. Termos a ser entendidos a partir dos conceitos que lhes deram origem.

Para tanto, além do inventário de bens culturais publicado por decreto em 2015 (ANEXO B), todo o processo de formação de um campo de proteção ao patrimônio no município, iniciado nos anos 1990, deveria ser objeto de análise. Porém, durante a pesquisa um novo fato se fez presente. Um dos bens listados no inventário se tornou palco de um conflito político no qual o termo “patrimônio” foi mobilizado como instrumento de ação política. A Praça Castelo Branco, cujo nome original é Praça do Comércio, é a primeira praça da cidade e, em 2018, foi anunciada sua reforma o que causou uma reação de diferentes grupos que tinham algum interesse naquele lugar, incluindo o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico, Documental, Artístico e Cultural de Diadema.

Com esta situação se desenvolvendo paralelamente à pesquisa, o caso da praça foi incorporado à dissertação. Sendo o inventário de bens culturais do município o objeto de estudo primário da pesquisa, os conflitos em torno de um dos itens do inventário ofereceram à pesquisa um novo contexto para acompanhar os usos do termo “patrimônio” quando com o intuito de criar e disputar narrativas para a cidade. E por narrativas me refiro não apenas à história da cidade, mas também às possibilidades de leitura da paisagem, às determinações sobre os usos dos espaços considerados legítimos em relação a outros e etc. O objetivo da pesquisa, portanto, é o de explicitar a partir do inventário de bens culturais e dos conflitos em torno de um desses bens, as maneiras quais o termo “patrimônio” pode ser mobilizado para ordenar simbolicamente o espaço. Não apenas em termos de identidade e cultura, como tradicionalmente é feito, mas também nas próprias determinações dos usos dos espaços da cidade.

Com este objetivo em mente, o primeiro capítulo desta dissertação apresenta o caso da Praça Castelo Branco. A partir de relatos de campo, a praça é apresentada no contexto de uma situação específica, o da tensão em torno da reforma. Com diferentes grupos de interesse em

ação em torno deste bem cultural do município, o termo patrimônio é mobilizado nos discursos em atos políticos. É este termo um marcador das formas legítimas de se ocupar um espaço?

É importante destacar que na descrição de dois eventos organizados como reação à reforma da praça, alguns personagens tiveram destaque na narrativa dessas situações de conflito político. Ao optar por limitar a presença desses personagens aos eventos narrados, procurei nomear apenas as pessoas que deram autorização para serem citadas na pesquisa.

No segundo capítulo há um processo mais longo. A trajetória de formação de órgãos e de uma legislação de proteção ao patrimônio no município é narrada a partir dos relatos dos indivíduos que participaram ativamente de tal processo. Os chamo aqui de “mediadores do patrimônio”. Funcionários da prefeitura, estes indivíduos realizaram a transição destes termos ligados ao patrimônio cultural da teoria para a aplicá-los ao contexto local. Além dos relatos em si, tomando os documentos, em especial a legislação, surgidos neste processo, realizo uma análise dos termos utilizados para entender quais concepções de patrimônio estão orientando seus olhares para a cidade e, conseqüentemente, quais métodos foram utilizados para identificar o patrimônio.

Como não houve uma mudança significativa no método empregado para identificar o patrimônio, ainda que mudanças nos termos empregados tenham sido feitas, apresento no terceiro capítulo, para comparação, outros inventários realizados na cidade durante este período, tanto para esclarecer por contraste os critérios utilizados na elaboração do inventário publicado pela prefeitura, quanto para deixar em aberto as possibilidades de diferentes narrativas que podem ser feitas a depender do método escolhido para identificar o patrimônio.

1 A PRAÇA E A CIDADE

Diadema, Segunda-feira, 17 de setembro de 2018

Apesar de ser quase meio-dia, o movimento de pessoas no centro de Diadema não é mais intenso do que era no começo da manhã. Faz um dia nublado e já não chove há algumas horas, mas as calçadas permanecem molhadas.

Na Praça Castelo Branco, as árvores protegem da chuva os bancos úmidos e gelados. Vazios, os bancos testemunham o ir e vir das pessoas que a atravessam. E assim, úmida sob o céu nublado, a praça escurecida aparece como um lugar de passagem. Ignorada nos usos que seus bancos anunciam.

Observando os trajetos dos passantes, a praça parece, de fato, ser resumida a um lugar de passagem. Em forma triangular, cada um de seus lados é cercado por estabelecimentos comerciais. Cortado em cada vértice e em cada lado por caminhos que vão das calçadas ao seu interior, o triângulo distribui o fluxo de pessoas por diferentes lados, de onde seguem para as lojas e para o resto do centro da cidade.

Em um de seus lados, em um calçadão contíguo, barracas de cor azul estão enfileiradas. Em cada uma é vendido algo diferente, desde ervas medicinais a peças de vestuário. Cada homem e mulher responsável por uma barraca permanece sentado ao fundo, quase fora de vista de quem passa em frente. Um homem ouve música em um rádio, outro assiste a algo pelo celular, uma mulher permanece colada ao celular digitando algo. Com pouco movimento no calçadão, os comerciantes parecem tão indiferentes ao que acontece ao redor das barracas, quanto os passantes parecem indiferentes ao que há em seus caminhos.

De volta ao centro da praça vejo três homens idosos conversando entre si. Não estavam sentados em nenhum banco, permaneciam em pé no centro da praça como se tivessem se encontrado por um acaso. Permaneceram parados ali por bastante tempo, até que me aproximei e os convidei a participar de uma pesquisa sobre a praça. Olharam-se e sem dizer nada, parece que se lembraram de que estavam de passagem e que deveriam continuar em seus caminhos.

Naquela segunda-feira estava participando de uma pesquisa informal ligada ao Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico, Documental, Artístico e Cultural de Diadema [CONDEPAD]. Sendo membro representante da sociedade civil no conselho, estava colhendo dados para entender o cotidiano daquela praça que estava listada como bem cultural

no inventário de bens culturais publicado em decreto municipal em 2015².

Apesar de listada no inventário, a secretaria de obras do município havia anunciado uma reforma na praça em que o calçadão daria lugar a vagas de estacionamento, o piso de pedras portuguesas seria substituído por placas de concreto de diferentes cores, os caminhos ao centro da praça seriam reduzidos à metade, o círculo rodeado por bancos neste centro seria transformado em um quadrado com menos bancos e um *playground* ao lado, e por fim, algumas árvores seriam cortadas, sem indicações sobre quantas e quais desapareceriam.

Esta mudança radical no desenho da praça foi anunciada sem que o CONDEPAD tivesse sido consultado. Assim, tendo acesso ao projeto e aproveitando que um inquérito civil havia sido instaurado pelo Ministério Público após uma representação de moradores³, o CONDEPAD resolveu revezar entre seus membros uma série de visitas à praça para encontrar pistas que comprovassem, de alguma maneira, a existência de um lugar vibrante cujo uso fosse suportado pelas próprias características de seu formato, o que justificaria uma defesa de seu desenho como patrimônio.

Após ouvirem minha explicação sobre a reforma, dois dos três homens cuja conversa havia interrompido aproveitaram o momento e se despediram sem participar da pesquisa ou manifestar interesse no assunto. O terceiro homem também se recusou a participar, mas procurou justificar sua recusa, o que nos levou a uma longa conversa⁴.

“Não faço pesquisa”, “não quero saber desse negócio de política”, “não sei o que vocês vão fazer com isso”. Sobre a reforma da praça:

Isso aqui era um posto de gasolina antes de Diadema existir. Foi o tio do prefeito que fez essa praça. É a primeira da cidade. Tudo acontecia aqui. Colocavam a árvore de natal. Agora colocam lá na Praça Lauro Michels. Se forem fazer aqui o que fizeram na Lauro Michels vai ficar muito ruim. (informação verbal)⁵

Morador antigo de Diadema. Ele presenciou vários momentos da história da praça e da cidade. Não disse se, tal como o CONDEPAD procurava confirmar, a praça era um

² Diadema (município). Decreto nº159, de 12 de Jun. de 2015. Dispõe sobre a instituição do Inventário de Bens Culturais do Município, relaciona e reúne características dos Imóveis de Interesse Paisagístico, Histórico, Artístico e Cultural - IPHAC, com vistas à preservação, manutenção dos aspectos históricos, da memória local, submetidos à proteção conforme Lei nº 3469/14. **Diário Regional**, Diadema, 27 de Junho de 2015.

³ Melo, Aline. MP instaura inquérito sobre reforma em praça. **Diário do grande abc**. Santo André, 26 Julho de 2018. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/2913109/mp-instaura-inquerito-sobre-reforma-em-praca> (acesso em 08 dez. 2018).

⁴ Tendo sido dito em uma conversa informal após o homem recusar a entrevista, e considerando essa mesma recusa um fator relevante, a reprodução de alguns de seus comentários é feita aqui sem identificação do autor.

⁵ Informação fornecida por transeunte presente na Praça Castelo Branco, em Diadema, em 17 de setembro de 2018.

patrimônio da cidade. Ainda assim, sua importância histórica era reconhecida por ele. Mesmo morando longe do centro, disse que aproveitava o tempo livre para caminhar até lá onde, não raramente, encontrava conhecidos com quem permanecia um tempo conversando, tal como nesse dia.

Mesmo não querendo saber como a reforma seria feita, este homem logo a associou com a reforma feita dois anos antes na outra praça central da cidade, a que leva o nome do tio-avô do prefeito.

Enquanto conversávamos, a presidente do CONDEPAD, Maria Luísa Gagliardi, segurava uma prancheta e falava com dois homens que estavam sentados em um banco afastado.

Quando cheguei na praça cerca de uma hora antes, não havia ninguém sentado em nenhum dos bancos, salvo por uma mulher que, no final de um dos caminhos da praça, estava deitada em um banco envolta em uma manta rosa com a cabeça apoiada sobre uma mala de viagem. Pouco tempo depois, ela havia deixado o lugar acompanhada por um homem. E eu mesmo, então, saí e fui caminhar no calçadão.

Foi ao voltar que, além de ver os três homens conversando, notei que havia algumas pessoas sentadas em alguns bancos, sempre distantes umas das outras. Havia duas duplas em cada banco, um homem sozinho em outro, e o casal que havia retornado para onde estavam antes. O que estava me parecendo ser apenas um lugar de passagem agora ganhou outro sentido.

Terminada a conversa com os dois homens, Maria Luísa veio até mim no centro da praça. Foi então que ela me disse que eles viviam no local, assim como os outros três nos outros bancos e o casal. Foi então que a mulher, ainda envolta em sua manta rosa, veio até nós e perguntou o que estávamos fazendo. Ao explicar e perguntar se ela gostaria de falar sobre a praça, ela respondeu dizendo que “ninguém liga pra gente aqui”. Ainda assim, nos levou até o banco onde estava sua mala e o homem que era seu marido⁶.

Há nove anos vivendo na rua, o casal se abrigava na Castelo Branco desde que a reforma na Lauro Michels havia começado. Com aquela reforma concluída, tiveram que permanecer ali, pois agora não havia árvores para se abrigar na primeira praça, e o grande coreto onde pessoas em situação de rua costumavam passar a noite também fora retirado. Também nos contaram que havia mais gente vivendo na praça do que víamos naquele horário. Isso porque durante o dia seguiam para outras partes da cidade voltando apenas à noite para dormir.

O casal passa as noites sob um conjunto de árvores que de tão próximas, as copas

⁶ Não nos conhecendo, mesmo com a curiosidade de saber o que fazíamos ali, o casal preferiu conversar conosco no lugar de responder a perguntas de uma prancheta. Seus nomes, então, permanecerão ocultos.

impediam que se molhassem em caso de chuva. Este local também fica em um canteiro imediatamente atrás de uma fileira de barracas que ficam na calçada. Esta calçada fica do lado oposto ao lado da praça em que fica o calçadão. Esta calçada é mais apertada, pois nela há um importante ponto de ônibus em um corredor viário que liga Diadema a São Paulo e a São Bernardo do Campo. A proximidade entre as barracas e o canteiro onde o casal dorme rendeu ao homem uma fonte de renda, com os comerciantes lhe pagando para vigiar as barracas desmontadas durante a noite.

Ao caminhar pela calçada em que de um lado há o corredor de ônibus e do outro, antes da praça, as barracas de cor azul, seguindo para o fim há um encontro desta calçada com uma saída da praça e o calçadão que também acaba ali formando um pequeno largo com a ponta de um triângulo. Logo no começo do calçadão a fileira de barracas azuis continua, criando a imagem de um conjunto comercial que circula a praça indo de uma calçada a outra. Entretanto, ao conversar com uma das comerciantes e comentar sobre pagarem a uma das pessoas que se abrigava na praça para vigiar as barracas, ela logo me interrompeu dizendo que quem fazia isso era os “camelô”, não eles que estavam no calçadão com autorização e apoio da prefeitura que, por meio da casa da economia solidária, criou um programa de apoio ao comércio de rua⁷. Os comerciantes irregulares, segundo a mulher, vieram depois deles e instalaram na outra calçada barracas da mesma cor que as deles.

Marcando sua diferença em relação aos comerciantes irregulares da outra calçada, os comerciantes da economia solidária, ainda assim, não tinham na praça um lugar consolidado quando comparados aos comerciantes das lojas que cercam o triângulo. Tanto que justamente o calçadão onde trabalham deverá desaparecer na reforma para atender à demanda dos lojistas por criar vagas de estacionamento no local.

Mesmo com apoio de um programa da prefeitura, os comerciantes da economia solidária não foram consultados ou avisados sobre a reforma que estava por vir. Estavam em uma situação de insegurança tão grande quanto a dos comerciantes irregulares ou daqueles que procuravam abrigo na praça.

Lugar de passagem, de abrigo, de comércios com diferentes condições de legitimidade frente ao poder público, a praça reflete a cidade como um todo ao aparecer como um lugar onde diferentes práticas coexistem, chamando atenção, cada uma a sua forma, do poder público e dos discursos que lançam estratégias de controle dos usos daquele espaço. Uso estratégias aqui no

⁷ A Feira de Economia Solidária é organizada pela Associação dos Artesãos e Artistas Plásticos de Diadema (AAAPD) e apoiada pela Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários (IPEPS) de Diadema da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho do município.

sentido postulado por Michel de Certeau (2014), como práticas resultantes da construção de um lugar de poder de onde as relações com sujeitos externos a esse lugar são controladas (2014, p.93).

O projeto de reforma da praça traduz os conflitos entre os usuários daquele espaço. Por meio do poder político a prefeitura aparece como esse lugar de poder de onde as demandas dos comerciantes das lojas são elaboradas em um discurso técnico. Os usuários não reconhecidos como sujeitos de direito, como as pessoas em situação de rua, aparecem como usuários inesperados daquele espaço. Uma vez que adaptam a praça desenhada para ser lugar de passagem, lazer e consumo em um lugar de abrigo, a identificação de que aquele espaço é compatível com outras formas de uso gerou um conflito que demandou um novo desenho que os excluísse da condição de usuários daquele lugar. As “táticas”⁸ de quem transforma aquele lugar fora dos “canais oficiais” se tornaram o alvo a justificar a necessidade da obra. Assim, se em um primeiro momento as obras na praça foram justificadas pela necessidade de melhorar o escoamento da água das chuvas e em atender a demanda dos comerciantes por um estacionamento, após o inquérito do Ministério Público, o prefeito, em entrevista, relacionou a presença de pessoas em situação de rua na praça ao desinteresse de empresários em investir no centro da cidade para, assim, justificar a necessidade de reforma (MICHELS SOBRINHO, 2018)⁹.

Assim, pelo mesmo motivo que a comerciante ligada à economia solidária marcou sua diferença em relação aos comerciantes informais, a prefeitura tem nas pessoas em situação de rua um marcador da diferença para esclarecer quem possui legitimidade para utilizar aquele espaço.

Essas estratégias que organizam modos planejados de consumir o mundo construído têm no discurso científico o lugar da objetividade por excelência. No caso da cidade, esse discurso, por mais fragmentado que fosse, contribuiu a partir de todas suas especialidades para a construção de um conhecimento científico da cidade (LEFEBVRE, 2001, p. 43) que confere legitimidade a uma série de “projetos” e “estratégias” abrigadas pelo termo “urbanismo” (Idem).

“O urbanismo como ideologia¹⁰ formula todos os problemas da sociedade em questão

⁸ Para a criação de um lugar controlado por meio da estratégia, há consumidores desta criação que, nos usos cotidianos, encontram momentos para criar novos usos e novos produtos se valendo dos termos criados no lugar estratégico. Certeau chama isso de táticas (2014, p.91).

⁹ Essa entrevista, concedida ao jornal Repórter Diário e publicada em 13 de novembro será analisada mais à frente.

¹⁰ Em relação aos conhecimentos construídos pela cidade e sua relação com as práticas sociais que se desenrolam na vida urbana, Henri Lefebvre (2001) opera na distância entre teoria e prática definindo o urbanismo como

de espaço” (2001, p.49). Sendo construído em cima de problemas que demandam a aplicação de ações baseadas em um conhecimento considerado técnico, o urbanismo, nas palavras de Lefebvre, opera sob a perspectiva de que há “patologias do espaço” a serem resolvidas. (idem). Assim, quando no uso de poder político, por meio do urbanismo são produzidas as referências que indicam como um espaço deve ser utilizado, tendo cada projeto um tipo de usuário ideal como alvo.

O projeto de reforma da praça, além de transformar o calçadão onde os comerciantes da economia solidária trabalham em um estacionamento para as lojas, prevê a diminuição de bancos no interior da praça e a elaboração de todo um paisagismo nos canteiros que impeça que alguém se deite neles. Isso torna claro, portanto, qual é o público-alvo da reforma. Ou seja, de que forma aquele espaço deverá ser utilizado.

Assim, seja como lugar de passagem, como espaço considerado degradado por conta de seus ocupantes “inesperados”, ou como lugar central e vibrante para o comércio da cidade, há narrativas conflitantes sobre a praça que são construídas dentro das disputas políticas em torno da reforma.

ideologia por constituir uma prática social a partir da união dos conhecimentos sobre a cidade construídos pelas várias especialidades das ciências. (2001, p.45;47)

1.1 EM DEFESA DA PRAÇA

Na noite de uma quinta-feira, em 13 de setembro de 2018, ocorreu uma reunião convocada pelos membros da sociedade civil do Conselho Municipal de Defesa do Meio-Ambiente [COMDEMA]. Fora das dependências da prefeitura, onde as reuniões ordinárias do COMDEMA acontecem, e sem a participação dos membros servidores municipais deste conselho, a reunião tinha como objetivo organizar com CONDEPAD uma pauta de demandas por esclarecimentos e mudanças no projeto de reforma da Praça Castelo Branco.

Havia algumas semanas que o projeto de reforma estava sendo discutido separadamente nos dois conselhos, sendo que havia diferenças nos projetos que cada conselho analisou, principalmente no número de árvores que seriam cortadas. Ainda antes das análises feitas pelos conselhos, um inquérito civil foi instaurado para exigir esclarecimentos da prefeitura, em particular sobre o corte de árvores, que havia se tornado a principal polêmica sobre a reforma.

No projeto que o CONDEPAD teve acesso, algumas dezenas de árvores seriam cortadas sem que estivesse claro quais árvores desapareceriam. No projeto apresentado ao COMDEMA, apenas algumas poucas árvores seriam retiradas, tendo como motivo para os cortes não apenas as vagas de estacionamento a substituir o calçadão, mas também os fios de alta tensão que, embrenhados nas copas das árvores, apresentavam riscos e ameaçavam o fornecimento de energia em dias de chuva.

Não estando claro quantas ou quais árvores seriam cortadas, uma parcela dos membros do COMDEMA, então, convocou a reunião para, junto às demandas do CONDEPAD, impedir os cortes.

Ao chegar ao Coletivo 217, um espaço cultural independente no centro da cidade, aproveitei que a sala onde a reunião ocorreria ainda estava vazia para me sentar próximo a um grupo que já estava aguardando a reunião. Assim já poderia ouvir algumas das opiniões sobre a reforma.

Como estava na reunião na condição de membro do CONDEPAD, assumi que a mulher sentada ao meu lado, acompanhada de três outras pessoas, fosse membro do COMDEMA. Entretanto, ao tentar confirmar o que pensava já saber, descobro que na verdade ela fazia parte de um grupo de comerciantes instalados na praça sob o abrigo do programa da Casa da Economia Solidária, que por sua vez é um órgão municipal com *status* de secretaria. Ela, as três pessoas que a acompanhavam ali, e mais uma dezena de pessoas trabalhavam nas barracas de cor azul que ficam na praça com o apoio da prefeitura. Apesar do apoio de uma

secretaria municipal, eles estavam na reunião para saber o que seria feito deles durante a reforma da praça, e depois de sua inauguração, já que em nenhum dos dois projetos apresentados pela secretaria de obras havia menção a eles ou aos comerciantes irregulares que ocupam a outra calçada na mesma praça.

Os quatro comerciantes da economia solidária não estavam na reunião para protestar contra a reforma, mas para entender o projeto e tentar descobrir o que aconteceria com seus locais de trabalho afinal, as vagas de estacionamento seriam construídas justamente no calçadão onde suas barracas são montadas.

Considerando que mesmo com o apoio de um órgão da prefeitura eles não foram consultados ou informados sobre a reforma, e que a justificativa da prefeitura para a criação das vagas de estacionamento era a de atender a uma demanda dos comerciantes, o que foi confirmado pelo apoio à reforma dado pela Associação Comercial e Empresarial de Diadema [ACE], o reconhecimento como comerciante está limitado, na perspectiva da prefeitura na ocasião da reforma, às lojas ao redor da praça. Há então um campo de disputa não entre sociedade civil e prefeitura, como parecia ser no princípio, mas entre diferentes grupos de interesse que utilizam e veem aquela praça de maneiras bastante distintas.

Assim, com membros do COMDEMA e do CONDEPAD, com comerciantes da economia solidária e um representante deste órgão municipal, além de três outros moradores da cidade interessados no assunto, a reunião teve início com a apresentação da pauta do conselho de proteção ao patrimônio.

Eu, Maria Luísa Gagliardi e Valéria Gil – que são servidoras do município e membros do CONDEPAD - apresentamos o histórico da praça, procurando destacar os motivos que a levaram a ser incorporada no inventário de bens culturais do município.

Maria Luísa apresentou um *banner* com fotos antigas da praça, também mostramos o projeto de reforma que nos foi apresentado, destacando a perda da calçada portuguesa, de algumas árvores e do desenho original que, no entendimento do conselho, mudaria o fluxo de uso do espaço podendo esvaziar sua área interna. Entretanto, antes de começarmos a falar, ao sermos apresentados como membros do CONDEPAD, um comentário feito por um dos membros do COMDEMA me chamou a atenção: “É o seguinte, nós vamos acatar tudo o que vocês disserem. Vamos unir suas demandas às nossas e barrar esse projeto”.

Ainda que tenham nos ouvido com atenção, a predisposição em aceitar a pauta do CONDEPAD apontava para duas possibilidades, a condição da praça como patrimônio cultural era um critério a ser mobilizado em favor do objetivo principal daquela parcela do COMDEMA, o de impedir o corte de árvores, ou havia um consenso na sala de que os membros do

CONDEPAD tinham autoridade para apontar as características da praça enquanto patrimônio, não sendo necessário questionar a legitimidade daquela classificação. Os dois motivos acabariam sendo confirmados. O segundo foi confirmado por este membro do COMDEMA que afirmou que nós, do CONDEPAD, éramos os especialistas, motivo pelo qual seguiriam nossas orientações. O primeiro motivo seria confirmado na semana seguinte em um ato em defesa da praça que foi decidido na reunião por todos os presentes.

A reunião foi conduzida por um membro do COMDEMA conhecido como Assis¹¹, que pediu a todos que se apresentassem e, o tempo todo, procurou recuperar a atenção da sala inteira quando conversas paralelas surgiam.

Além das demandas do CONDEPAD, que pedia a recuperação do piso da praça e a manutenção do desenho, o grupo reafirmou a demanda do COMDEMA pela manutenção de todas as árvores, além de incorporar as demandas dos comerciantes da economia solidária, que se resumiu a garantia de seus lugares de trabalho na praça.

Um representante da Casa da Economia Solidária estava presente na reunião, mas apesar de sua ligação com a prefeitura, disse que não tinha como garantir a permanência dos comerciantes na praça. Nas deliberações finais, além de se comprometer a defender os comerciantes, este representante¹² sugeriu que no lugar das barracas azuis, fossem instalados quiosques tanto por motivos fitossanitários, quanto para diferenciar a economia solidária do comércio instalado em uma outra calçada que margeia a praça. Os quiosques, então, foram incorporados à lista de demandas a ser apresentada na próxima reunião ordinária do COMDEMA, onde haveria uma votação sobre o projeto.

Max Gluckman (1987) diz que “[...] situação social é o comportamento, em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado seu comportamento em outras ocasiões” (1987, p.238). A união naquela sala de um grupo heterogêneo, todos ligados de alguma forma à prefeitura da cidade, mas se posicionando como sociedade civil em oposição a um projeto desta mesma prefeitura, configura a formação de um grupo em uma ocasião específica. Mas, assim como Gluckman define que esses grupos se formam em “termos de diferenciação e cooperação” (1987, p.249), o grupo de ação em prol da praça se formou em relações assimétricas. Isso porque o COMDEMA é o maior conselho com funções consultivas, deliberativas e normativas do município¹³. Em ação contínua desde 1993,

¹¹ Personagem importante no debate público sobre a praça, autorizou que seu desempenho nesses eventos fosse narrado com a identificação de seu nome.

¹² Por não ter conseguido entrar em contato com esta pessoa para obter autorização para citá-la na pesquisa, optei por não revelar seu nome.

¹³ O conselho municipal de defesa do meio-ambiente é composto por vinte membros titulares. Dez membros são

e com diferentes grupos de interesse representados, o conselho exerce grande influência nos assuntos do município. O CONDEPAD, por sua vez, sempre teve dificuldades em se manter atuante. Sendo reativado em 2013 depois de anos inoperante, o conselho conseguiu concretizar reformas importantes em alguns imóveis listados como bem cultural, mas nunca teve sua influência testada por nunca ter entrado em conflito com a prefeitura ou interesses do setor privado. O conselho, dessa forma, antevendo um possível primeiro conflito, se uniu ao COMDEMA para atrelar suas demandas às do conselho mais influente.

Os comerciantes da economia solidária, por sua vez, não gozando do mesmo reconhecimento dos comerciantes das lojas do entorno da praça que possuem representação no COMDEMA por meio da Associação Comercial e Empresarial de Diadema (ACE), tiveram na reunião a oportunidade de serem ouvidos e ter, ainda que limitado a um único tema, uma representação no COMDEMA por meio da parcela que se opunha à reforma. Uma certa fragilidade na união, entretanto, apareceu durante toda a reunião na medida em que os comerciantes eram ouvidos apenas quando Assis lhes dava a palavra, não interrompendo as falas de outras pessoas como tantos outros faziam. Ao fim da reunião, inclusive, Cida, a mulher com quem tinha começado uma conversa quando cheguei, convidou todos a visitar a feira da economia solidária na praça para conhecer o trabalho deles. Ela lembrou que nunca havia visto nenhum dos presentes na reunião na praça, passando pelo comércio deles. O constrangimento com esse comentário foi imediato e trataram de mudar de assunto. Mas é uma situação que levanta questões importantes, por exemplo, o que levou um grupo de pessoas que não frequentam a praça a se interessar e se opor ao projeto para sua reforma? E na condição de bem cultural do município, o conselho de defesa ao patrimônio tem legitimidade para defender a manutenção da praça sendo que seus conselheiros não têm conhecimento direto sobre seu funcionamento cotidiano? As respostas apareceriam na semana seguinte à reunião e, no caso da segunda pergunta, em uma análise mais detalhada da construção desse conjunto de bens culturais.

Na ocasião da reforma da praça, portanto, havia um interesse comum em torno do qual um grupo foi formado. Grupo no qual os comerciantes conseguiriam uma representação no COMDEMA por meio daquela parcela do conselho contrária à reforma. O CONDEPAD, pelo

servidores do município que representam, cada um, um órgão municipal. Os outros dez membros são representantes de entidades atuantes no município. Tem direito a vagas no conselho os sindicatos com sede ou subsele no município; a OAB; a associação comercial e industrial; os movimentos de moradia e habitação; as entidades comunitárias sediadas no município; os movimentos ecológicos com atuação local; e o SEBRAE (DIADEMA, Lei nº 1925 de 07 jun. de 2000. Altera a redação de dispositivos da Lei Municipal nº 1.258, de 28 de junho de 1993, anteriormente alterados pela Lei Municipal nº 1.516, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a composição do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA).

mesmo motivo, conseguiria se fazer ouvir pela prefeitura, e o próprio grupo do COMDEMA presente na reunião conseguiria mais peso no conselho na condição de “representante” das demandas desses dois outros grupos.

1.2 EM DEFESA DA PRAÇA E ALGO MAIS

No dia 21 de setembro, dia da árvore, às 17 horas, teve início o ato em favor da preservação da Praça Castelo Branco. Convocado pela sociedade civil do COMDEMA, havia 19 pessoas no começo do calçadão da praça em torno de uma caixa de som.

Por estar bem no centro da cidade, a praça e as calçadas que a rodeiam são bastante movimentadas nos fins de tarde. Além do trânsito intenso na Avenida Alda, que termina ao lado da praça, várias pessoas passavam pelo calçadão enquanto Francisco de Assis Cardoso, conhecido como professor Assis, falava ao microfone sobre a reforma.

Professor Assis é membro do COMDEMA e foi quem conduziu a reunião da semana anterior no Coletivo 217. Durante o ato, ele também conduziu a ordem das falas, realizando a fala de abertura, e apresentando cada pessoa que vinha ao microfone discursar.

Apesar da caixa de som, apenas duas pessoas pararam para ouvir o que era dito na primeira hora do ato. Ainda que a maioria dos passantes, pedestres e motoristas, não ficasse indiferente ao ato, não comprometiam mais do que um olhar demorado ao pequeno grupo cujo tamanho não ultrapassou 26 pessoas.

O fim da tarde é o momento em que praça possui mais movimento, especialmente em dias de sol, como era o dia 21. Mas o movimento predominante é o de passagem, pessoas iam e vinham pelo calçadão e pelo interior da praça, atravessando de um lado do centro da cidade ao outro. O grupo que faz da praça um lugar de abrigo, e que não foi mencionado uma única vez na reunião ou no ato, não estava presente. Como havia descoberto em uma visita anterior, aquelas pessoas em situação de rua passavam o dia em outros lugares, alguns tinham emprego, e voltavam para praça apenas à noite.

Nos discursos feitos no ato, a praça como patrimônio cultural foi reconhecida várias vezes, sempre como um lembrete que deveria ser suficiente para impedir a reforma. Logo na fala de apresentação, Assis lembrou que a praça era patrimônio. O segundo a falar, Paulo, representante da associação de moradores do Oeste – um movimento por moradia popular na cidade - criticou a gestão do prefeito e de seu partido. Lembrou que a praça é um patrimônio e enfatizou a importância das árvores, se manifestando contra os cortes e destacando que há regras de replantio nos loteamentos construídos na cidade.

Após Paulo, Assis também voltou a criticar a gestão do prefeito dizendo que “o prefeito gosta de concreto” e destacando a política cultural da gestão, que avaliou como muito ruim.

Assis, então, apresentou uma representante dos comerciantes da economia solidária.

Não foi possível ouvir seu nome no momento em que ele a apresentou por conta do barulho dos veículos ao fundo. Era uma moça jovem que falou sobre a importância da economia solidária, destacando o protagonismo feminino no projeto. Seguiu com uma crítica ao prefeito finalizando ao dizer que “a política derruba árvores, constrói prédios e torna a vida difícil para quem contribui com a economia”.

Apesar de representar os comerciantes da economia solidária, as pessoas que estavam na reunião não estavam presentes no ato. E pelo número reduzido de pessoas aglomeradas em torno do microfone, era certo de que não havia outros comerciantes ali. Ao olhar o calçadão, ao fundo havia algumas barracas azuis, mas muito menos que as 29 que normalmente ocupam a área.

Assis retomou o microfone, voltou a falar sobre a reforma e o prefeito, e então apresentou Virgílio Alcides de Farias¹⁴, ambientalista e presidente da comissão do meio ambiente da OAB/Diadema. Em sua fala, Virgílio deu destaque à importância da área verde da cidade, referindo-se, inclusive, a uma flor chamada Diadema presente no canteiro da praça. “Essa praça é histórica, ela é ambiental, ela é cultural e nós temos que mantê-la tal como ela foi criada”. Mesmo com foco na importância ambiental da praça, Virgílio criticou a dimensão política da obra afirmando que a reforma fazia parte de um acordo eleitoral dos comerciantes com um vereador aliado ao prefeito.

Após mais uma fala de Assis, Cida não uma das comerciantes presentes na reunião anterior, mas membro do COMDEMA, falou sobre a atuação do movimento por moradia no Taboão, um bairro que se estende entre Diadema e São Bernardo do Campo.

Sempre intercalados por uma fala do professor Assis, seguiram Valéria, do COMDEMA, e Luiz, presidente deste mesmo conselho. Ambos destacaram a importância daquele espaço verde, e das árvores que estavam ameaçadas.

Adriana¹⁵, representante da Associação dos Moradores do Oeste, voltou a criticar o prefeito dizendo que há muitas reclamações sobre ele. Um membro do COMDEMA que não autorizou sua identificação na dissertação, foi o primeiro a se referir ao CONDEPAD, lembrando que o conselho se manifestou contra a remoção do piso que, lembrou ele, é histórico. Esta mesma pessoa também lembrou de uma linha de comentários que vinha sendo utilizada para justificar a reforma. “Alguém falou que a praça está destruída, que ninguém a usa...”.

A presidente do CONDEPAD, Maria Luísa Gagliardi, falou sobre a história da praça,

¹⁴ Personagem importante no debate público sobre a praça, autorizou que seu desempenho nesses eventos fosse narrado com a identificação de seu nome.

¹⁵ Durante o ato, as pessoas, com algumas exceções, eram apresentadas apenas pelo primeiro nome. Por isso a falta do sobrenome de alguns na descrição do ato.

mencionando mudanças importantes feitas em cada gestão. Lembrou que as festas públicas da cidade costumavam ser feitas ali, quando ainda era a única praça no centro.

Durante esta fala, o restante dos participantes do ato, alguns tinham falado e ido embora, conversavam entre si, voltando a se organizar após a última fala do professor Assis, que conduziu o grupo para o centro da praça para realizar um “abraço simbólico”. Já havia anoitecido, o interior da praça estava quase vazio, e com o número baixo de pessoas no ato, o abraço no centro da praça teve que ser feito bem próximo ao centro do círculo, sendo impossível manter todos juntos a um raio de distância maior.

Os principais assuntos do ato, portanto, foram a gestão do prefeito e de seu partido, e em relação à praça, o corte de árvores. Os comerciantes da economia solidária, que não estavam no ato, foram lembrados uma única vez além da fala de sua representante. E a condição da praça como patrimônio cultural foi utilizada nas falas como um instrumento de ênfase para o conteúdo principal do que cada pessoa dizia: “Essa praça, que é patrimônio...” “Não podem fazer isso com a praça, que é patrimônio da cidade...”.

Ainda que uma situação social seja formada pelos motivos e interesses de cada indivíduo (GLUCKMAN, 1987, p.238) que acabam constituindo uma união, a reunião no Coletivo 217 e o ato na praça possuem diferenças que fragilizam a perspectiva que os toma como um grupo heterogêneo em cooperação. Isso porque durante a reunião, o assunto foi limitado à reforma da praça, o que correspondia ao interesse primário de todos os presentes. Já no ato público, ainda que a praça tenha permanecido como cenário e fio condutor que unia todas as falas, o foco mudou de acordo com quem segurava o microfone. Os interesses nos discursos divergiram, cada um para os temas de interesse dos grupos que representavam. Os representantes da Associação de Moradores do Oeste destacaram as ações nos loteamentos, Cida destacou a ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto no bairro do Taboão. É válido mencionar que as pessoas em situação de rua que se abrigavam na praça não foram mencionadas durante o evento. Virgílio, ainda que como ambientalista tenha permanecido fiel ao tema de proteção da vegetação da praça, não poupou críticas à gestão do prefeito e à dimensão política da obra. Sua fala ganha ainda nova luz quando considerada sua candidatura à prefeitura pela REDE sustentabilidade em uma eleição passada.

Este é o mesmo caso do professor Assis, que tendo protagonizado tanto a reunião quanto o ato em relação ao tempo de fala, direcionou críticas ao prefeito em vários momentos. Assis foi membro das gestões anteriores à do atual prefeito, tendo sido candidato a vereador pelo PT, que é o principal partido de oposição à gestão do Partido Verde/PSDB.

A ausência dos comerciantes da economia solidária e a participação tímida do

CONDEPAD no ato refletem a redução da importância da praça frente ao que se tornou um protesto informal contra o prefeito. As árvores, e a ideia de patrimônio se tornaram instrumentos de uma disputa política mais ampla. Neste sentido, é válido considerar esta união em defesa da praça como uma união de fato?

Por um lado, sim. Afinal, todos estão relacionados, de alguma maneira à prefeitura, tendo se unido em duas situações frente a um conflito com outros grupos da cidade. Conflitos que refletem as divisões no COMDEMA, que por sua vez refletem as divisões partidárias no município.

Considerando essa relação com a prefeitura que todos os grupos compartilham, as situações sociais descritas na reunião e no ato se inserem em um escopo mais amplo no qual os vários grupos de interesse da cidade mantêm relações que os unem em um equilíbrio marcado pela cooperação e pelo conflito (GLUCKMAN, 1987, p.261). O conflito no COMDEMA reforçou a cooperação dos grupos de oposição à administração com o CONDEPAD e os comerciantes da economia solidária, que por sua vez estavam em conflito com os comerciantes das lojas.

Segundo Gluckman:

Quando conflitos são desenvolvidos e a cooperação emergente produz relações diferentes entre grupos e personalidades ou produz novos grupos e personalidades, estas relações também devem ser marcadas por uma cultura característica para fixar seus limites comparativamente a outras relações e para expressar e ser centro de seus interesses. (1987, p.317)

Seguindo a tradição da antropologia britânica, Gluckman mobiliza a categoria cultura como um conteúdo pelo qual é expresso o “verdadeiro objeto de estudo”, a “estrutura social” e o “sistema de relações sociais”. Os limites que marcam as diferenças entre grupos em relação são expressos, então, por meio de manifestações culturais como a religião, a língua, hábitos cotidianos como o que se come, bebe ou veste. Em seu relato sobre a inauguração de uma ponte na Zululândia, a estrutura das relações entre europeus e zulus são marcadas na diferença entre o chá e a cerveja zulu, entre os trajes típicos europeus e os da guarda zulu. Além disso, Gluckman explora como a adoção do cristianismo por alguns zulus marcam relações de conflito e cooperação entre este grupo e os europeus e os zulus pagãos (1987, p.318).

As disputas refletidas na Castelo Branco estão longe de caracterizar uma relação onde alteridades radicais são reconfiguradas em um sistema social em transformação. Mas o exemplo de Gluckman, especialmente a tomada de uma situação com recorte específico onde relações

de conflito e cooperação refletem um sistema social mais amplo, contribuem para tornar claro um conflito político que, à primeira vista, parece limitado a uma situação específica, mas que acaba por refletir relações mais amplas no contexto da cidade.

Quanto à adoção dessa perspectiva em que a cultura aparece como manifestação de uma “estrutura social”, não é um caminho que persigo aqui, pois ainda nesta dissertação o próprio uso do conceito de cultura será analisado como parte de um campo de disputas políticas. Por aqui, basta salientar que o conflito descrito, ainda que tenha se tornado direto no ato por meio das críticas feitas ao prefeito, foi expresso de maneira contínua na condição da praça como patrimônio cultural.

O peso simbólico da ideia de patrimônio é central na disputa sobre a praça. Os discursos no ato, e o apoio do CONDEPAD procurado por membros do COMDEMA exemplificam isso. E a resposta do prefeito Lauro Michels às objeções feitas contra a reforma também.

No dia 13 de novembro, foi postado na internet pelo jornal Repórter Diário uma longa entrevista com o prefeito onde, dentre vários assuntos, a reforma da praça é abordada. Aos 36:39 minutos o jornalista pergunta:

J1: Prefeito, a questão da Praça Castelo Branco...

P: Nós vamos reformar.

J1: ... então, e quando que começam as obras, já resolveu a questão do patrimônio e do meio-ambiente...

P: Vem cá Jorge, você é morador de Diadema. Eu também sou. Eu fui criado aqui. Vai me desculpar os patrimonialistas de Diadema. Aquilo nunca foi patrimônio histórico de Diadema. Aquelas pedras que tão ali quem colocou foi o Gilson Menezes. Então me desculpa, me perdoe, aquele chão ali, a mulher de salto não anda, carrinho de bebê não anda. Comerciante ali tá tudo largado. Aquela praça ali é só horror, entendeu? Então quando você vem com um projeto bonito, bom, vem um idiota, que é um comerciante idiota que todo mundo conhece, falar besteira. Ah, vão arrancar todas as árvores. [...] não vão arrancar todas as árvores. Mas que eu vou fazer um espaço de contemplação, eu vou fazer um espaço de contemplação. Pras crianças, pro comerciante, pros taxistas, pras bancas de jornais, vou fazer, fechar as entradas de rato que tem naquela praça, vou fazer, entendeu? Doa a quem doer ...

J1: o problema maior ali é a drenagem ali e o nivelamento de todo o piso...

P: Ali tem uma rua, que antiga...

J1: sim

P: ...da praça. Cobriram com calçada portuguesa aquilo ali. Que nem é pedra portuguesa que tá ali. Então, é, as pessoas ficam falando muito, e quando tem uma pessoa que tem dinheiro pra fazer o negócio e tá disposto a fazer, querem ficar criando

situação. Aí é que eu digo, leva pro promotor e o promotor fica indagando o prefeito de obra que o prefeito vai fazer, pelo amor de deus, eu tô reformando uma praça no centro do coração da cidade, onde eu já reformei a Lauro Michels, que se você fosse lá há dois, três anos atrás, você é morador daqui você pode ser testemunha disso, só tinha mendigo, rato, cachorro, só coisa ruim ali na praça. Hoje você passa ali, domingo tem criança andando de patinete, pai e mãe brincando, playground lotado, os skatistas brincando, todo mundo se harmonizando ali na praça, a praça chapada de gente, de sábado e domingo. Então é vida pra um ambiente morto, me desculpa...

J1: e a arborização desse projeto novo vai ser mantida?

P: Claro, inclusive na Lauro Michels foi plantada 160 mudas de árvore. Só você passar lá que você vai ver nos canteiros, entendeu? E lá nessa aí, nós temos as árvores que nós vamos arrancar...

J1: 160 mudas de árvore só na Praça Lauro Michels?

P: ...exatamente. Passa lá que você vai ver. Tem lá plantado nos canteiros e nas laterais dela. Que ali o solo é muito ácido, não é?

J1: Foi feito um tanque

P: Um tanque. Exatamente. Foi feito um trabalho, foram plantadas as árvores ali agora. E ali na Praça Castelo Branco é a mesma coisa. A Praça Castelo Branco ali eu tenho árvore que tá podre, eu tenho árvore que fica.. que.. é árvore que não é nativa. Que fica escurecendo o ambiente. E ambiente escuro, ele é bom pra marginal, entendeu? Então nós vamos cuidar do ambiente, nós vamos qualificar o ambiente, nós vamos concretar o chão pras pessoas poderem andar num chão liso, como é o da Praça Lauro Michels, como são as calçadas, hoje, ali no centro de serraria e aqui no centro de diadema, onde as pessoas vão transitar com mais conforto, onde a pessoa, o investidor, vai chegar na cidade, vai olhar o coração da cidade, até o proprietário daquele antigo imóvel do Banespa vai ter vergonha na cara e vai fazer alguma reforma ali, porque o ambiente vai ficar tão propício pra isso que ele vai fazer, entendeu? Ele vai fazer...

J1: O Banespa é um elefante branco ali, né?

P: ... é o direito da propriedade, né. Tem IPTU progressivo ali, tem tudo ali...

J1: E tá pago?

P: ... tá pago. Em dia. À vista...

J1: E a prefeitura nada pode fazer quanto a um prédio que tá decrépito...

P: ... é, exatamente. Tá ali no meio da cidade. Por que que tá ali no meio da cidade? Porque a pessoa olha pra um lado, vê ali uma praça cheia de mendigo, escura, vê ali os carrinhos jogando óleo, é, no chão da praça, né? Você sabe disso que eu tô falando. Então, nós estamos vindo pra dar uma nova remodelação pra praça, um novo sentido pra cidade, um novo ambiente e aí vem um comerciante tonto, babaca, e vem falar um monte de besteira, e levar pra ministério público essas coisas. Ah, vai me desculpar. Olha pra loja dele e olha pra cidade, entendeu? Porque você conhece a pessoa olhando

a organização dele... me desculpa.¹⁶

Seguindo a reforma da praça Lauro Michels, cujo projeto eliminou a possibilidade de seu uso como abrigo ao retirar um antigo coreto onde pessoas em situação de rua passavam a noite, o projeto da Castelo Branco prevê a diminuição de bancos e um paisagismo nos canteiros que, como resultado, impedirá que sejam usados para se sentar ou deitar. O prefeito reforça a intenção do projeto ao relacionar a sombra das árvores à presença indesejada de “marginais” e pessoas em situação de rua. Mas ainda que a eliminação de grupos considerados indesejados e a promessa de incentivo, por meio do embelezamento do centro, de investimentos privados na cidade justifiquem seu plano de reforma, esses motivos não são sustentados por si mesmos. O prefeito também disputa a classificação da praça como patrimônio, pois sendo reconhecida como tal, uma transformação tão grande não se justifica. Desta forma, mesmo tendo assinado o decreto que lista os bens culturais da cidade, a praça, frente a sua ocupação considerada indesejada, deixa de ser considerada patrimônio.

Este é um relato de uma situação social na qual o patrimônio é instrumentalizado em uma disputa política. A ideia de patrimônio não aparece atrelada à construção de uma identidade cultural específica, não é expressa em termos que justifiquem seu uso. É uma ideia abstrata que é mobilizada pela força de sua própria popularidade. E como todo conceito que ganha popularidade, é difícil identificar seus significados em seus usos cotidianos. Os motivos que levaram a inclusão da praça no inventário de bens culturais foram apresentados pelo CONDEPAD tanto na reunião no Coletivo 217, quanto nos pedidos de esclarecimento enviados à secretaria de obras. Não apenas seu valor histórico foi destacado, por ser a primeira praça da cidade, mas também o valor estético reconhecido no calçamento de pedras portuguesas que apresenta um motivo que já esteve presente nas principais calçadas da cidade, além do próprio desenho da praça que, na interpretação do CONDEPAD, é fundamental para manutenção de seu uso, mantendo a circulação e distribuição de pessoas pelo centro. Ou seja, o conselho entende que os usos da praça feitos no cotidiano são parte de seu valor. Além de nenhum desses pontos terem sido levantados com atenção durante o ato, o próprio prefeito limitou a qualificação da praça como patrimônio a um único item, ignorando os outros motivos. Ou seja, em seu uso como instrumento, os valores por trás da ideia de patrimônio foram diluídos em

¹⁶ MICHELS SOBRINHO, Lauro. Lauro sugere a Bolsonaro zerar dívida pública para municípios recomeçarem. Diadema, 2018. Entrevista concedida à Leandro Amaral e George Garcia. Disponível em: <https://www.reporterdiario.com.br/noticia/2590323/lauro-sugere-a-bolsonaro-zerar-divida-publica-para-municipios-recomecarem/>. Acessado em 08 dez. 2018.

importância frente ao contexto de disputas políticas em que foi mobilizado.

Como ressaltado anteriormente, esta situação se desenvolveu após o começo desta pesquisa, sendo incorporado aqui por sua relevância para entender a formação do campo de proteção ao patrimônio em Diadema. E assim, concluindo que na situação analisada a ideia de patrimônio foi “esvaziada” e instrumentalizada, é preciso levar em conta qual conteúdo foi deixado de lado nesta situação específica. Como esta praça foi incluída na lista de bens culturais da cidade? Quais definições de patrimônio foram empregadas, e o que este conjunto de bens diz sobre a cidade?



Figuras 1 e 2. Uma manhã na praça. Poucos passantes e algumas permanências.
Foto do autor.





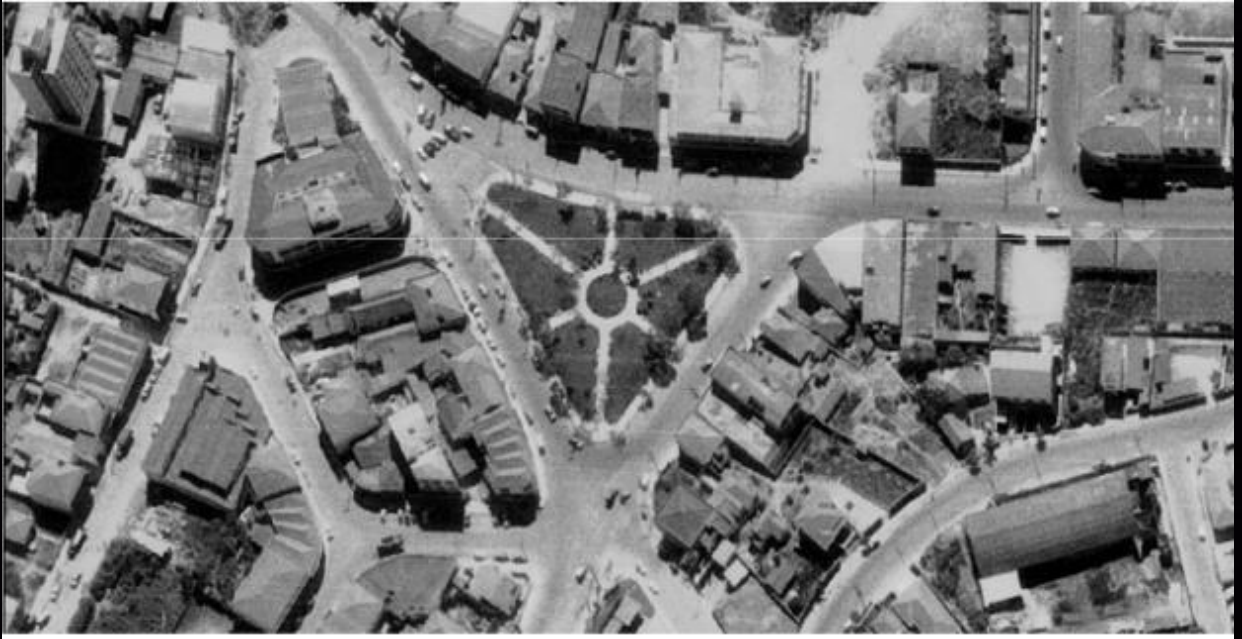
Figuras 3 e 4. Um fim de tarde no calçadão ao lado da praça. As barracas de cor azul pertencem aos comerciantes apoiados pela Casa da Economia Solidária.
Foto tirada pelo autor.





Figuras 5, 6 e 7. Fios de energia entre as árvores podadas; Movimento no interior da praça; A praça vista de uma esquina
Foto do autor.





Figuras 8 e 9. A praça vista de cima em 1974, com seu desenho bem visto. E a praça em 2015, com as árvores crescidas.

Fonte: Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano.





Figuras 10 e 11. Os dois projetos apresentados ao CONDEPAD. O primeiro prevê uma mudança no desenho da praça para incorporação de um playground. O segundo atende as demandas do CONDEPAD em manter o desenho original.

Fonte: CONDEPAD





Figuras 12 e 13. Após a reunião entre os dois conselhos e o ato em defesa da praça, a Casa da Economia Solidária providenciou novas barracas, dessa vez de cor amarela, para diferenciar seus comerciantes dos comerciantes irregulares.

Figura 14. Após o início da reforma. A feira da economia solidária foi transferida para uma rua sem saída no centro da cidade.

Foto do autor.



2 A CIDADE NARRADA

Diadema é uma cidade de poucas avenidas largas e muitas ruas sinuosas que entre várias curvas oferecem vistas fechadas de construções baixas cujas frestas abrem, conforme se chega nas partes mais altas do território, visões abertas da paisagem que até dez anos atrás era dominada, no centro, por um único edifício residencial de dezenove andares.

Durante os anos 1990, o Condomínio Casablanca, popularmente conhecido como “espigão”, podia ser visto de várias partes da cidade, isolado em seu contraste com as construções baixas ao redor. Construído em uma rua estreita e íngreme, a altura de sua localização o tornava ainda mais monumental no horizonte da cidade. Ao andar pelo centro e arredores, o “espigão” ora aparecia, ora se escondia. Mesmo em partes mais baixas da cidade era possível ver seus últimos andares, ou reconhecê-lo pelas antenas que se via além de uma rua íngreme. Nas partes mais altas em que era possível ter uma visão aberta do centro, aparecia sozinho dominando a paisagem, tornando-se mais alto ao mesmo tempo em que tornava as construções ao redor mais baixas e indistinguíveis¹⁷.

Assim era nos anos 1990. Em 2019, entretanto, ao olhar o horizonte de um ponto elevado oposto ao centro da cidade, o “espigão” agora é apenas visto por quem já o conhece e sabe procurá-lo entre tantos prédios que o cercam formando uma paisagem urbana verticalizada no centro. Fora do centro da cidade e no ponto mais alto de um bairro de terreno acidentado, se vê um vale cujas encostas de ambos os lados criam uma “onda” de residências de dois ou três andares. Na crista ao lado oposto do vale, há agora uma linha quase contínua de edifícios de condomínio. O “espigão” que costumava dominar sozinho o horizonte agora oferece seus últimos andares e as antenas sobre sua torre como o último nível de um “bolo de noiva” criado pelo volume de prédios de diferentes alturas ao seu redor. Seus últimos andares ainda se destacariam não fosse por uma torre mais alta em construção que desloca o ponto de fuga para a esquerda do prédio mais antigo.

Esta paisagem dominada por edifícios de condomínio é fruto de um processo recente que foi acelerado nos últimos dez anos. E esta transformação está intimamente ligada à reativação de um conjunto de ações de defesa ao patrimônio na cidade:

A gente toma conhecimento de todos os pedidos de empreendimentos [...] quando o

¹⁷ Descrição da paisagem inspirada na obra de Gordon Cullen (2006) que apresenta a paisagem como uma “arte de relações” em que os elementos da natureza e da cultura compõem, juntos, o ambiente que é apreendido pelo olhar.

cara pede uma ficha técnica ou certidão de diretrizes. Foi por isso que no final dos anos 2000, a gente viu que tinha muita demanda em áreas (pausa), Diadema não tem área grande, então quais eram as áreas que estavam em evidência pra acontecer empreendimento? As AP's e os IPHAC's. (informação verbal)¹⁸

Este relato é de Valéria Gil, arquiteta da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Diadema. Valéria passou a integrar o CONDEPAD quando de sua reativação em 2013, além do PRÓIPHAC, o grupo técnico responsável por avaliar os bens culturais imóveis da cidade.

Desde sua emancipação em 24 de dezembro de 1958¹⁹, Diadema sofreu um processo intenso de urbanização devido a industrialização na região do ABC e, posteriormente, a construção da Rodovia dos Imigrantes que corta a cidade de norte à sul. Às margens da rodovia o que mais se vê são galpões industriais e núcleos densos de residências em sua maioria frutos de loteamentos irregulares ou de interesse social. O centro da cidade, como núcleo deste processo de urbanização intenso também se encontra totalmente ocupado, com usos mistos que variam desde residencial à industrial, lembrando que há ainda uma grande indústria no coração da cidade.

As únicas áreas abertas remanescentes na cidade são as praças públicas, as áreas de proteção ambiental – AP, e algumas áreas amplas que permaneciam livres por fazerem parte da lista de imóveis de interesse paisagístico, histórico, arquitetônico e cultural – IPHAC.

[...] sabe quando você vai percebendo (pausa) vai percebendo que não tem área? Se a gente não tiver uma proteção além daquela lista, entendeu, você tem que ter um conjunto de proteção que realmente consiga fazer a pessoa respeitar. [...] Foi por isso que quando a gente conseguiu ter a oportunidade, a gente instituiu o grupo, a gente restituiu, voltou com o conselho. (Valéria Gil)

Por lista, Valéria Gil se refere aos IPHAC. Até então, o que garantia a esses imóveis proteção era sua designação como área especial no plano diretor. Os mecanismos definidos por lei para preservá-los, entretanto, estavam desativados, ou ainda não haviam sido criados. A trajetória que levou a essa situação é bastante ilustrativa das peculiaridades da constituição de um conjunto de ações de proteção ao patrimônio em Diadema e das aplicações deste conceito em situações concretas rodeadas por diferentes interesses.

¹⁸ Este relato é fruto de uma entrevista feita por mim para esta pesquisa. Realizada no dia 10 de setembro de 2019, além de Valéria Gil, estava presente Antônio Carlos dos Santos Júnior, que também é arquiteto da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

¹⁹ Esta é a data do plebiscito pela emancipação.



Figuras 15 e 16. Vista panorâmica do centro da cidade. Na linha do horizonte, o “Espigão” quase não se vê, e uma nova construção desloca o ponto de fuga para a esquerda. / Foto do autor.
Figura 17. O edifício visto de perto. / Foto de Kayke Angelis.



2.1 OS IPHAC

Os IPHAC são imóveis que ganharam proteção ao nível municipal por meio de sua inclusão em uma lista que os designavam como área especial no plano diretor de 2002, antes do aumento no número de construções de prédios altos na cidade. Essa inclusão no plano diretor foi resultado de um processo iniciado ainda nos anos 1990.

Os historiadores do Centro de Memória, uma instituição criada em 1993 sob a Secretaria de Cultura, começaram a mapear na cidade imóveis que registrassem os modos de morar que existiam antes da emancipação. Com base na ideia de que a cidade passou por um processo intenso de urbanização a partir dos anos 1950, o projeto do Centro de Memória buscava por remanescentes de um passado anterior a industrialização que havia sido apagado da paisagem.

A gente tinha um levantamento de alguns imóveis [...] que eram de interesse na cidade. Como Diadema é uma cidade jovem de emancipação, aí tinha sempre aquela coisa que não tem muito [...] bens de patrimônio imóveis. Aí a gente fez aquele primeiro levantamento olhando pros bairros com o apoio do pessoal lá da Secretaria de Planejamento [...]. (Absolon de Oliveira)

Absolon de Oliveira foi coordenador do Centro de Memória. É dele este relato²⁰ sobre as primeiras investigações para mapear o patrimônio na cidade. Junto aos funcionários da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, que possuíam os cadastros com registros e datas dos imóveis na cidade, os funcionários do Centro de Memória organizaram rodas de conversa com moradores antigos e lideranças sociais, além de passeios públicos pelos bairros da cidade em que contavam a história do lugar ancorada nos imóveis que haviam mapeado.

[...] então levava o pessoal, vamos organizar pra ver os imóveis e aí contava a história do bairro, meio que relacionando com esses imóveis. Aí a partir dessa lista de imóveis a gente fez depois essa publicação aí [...] demos uma refinada, tiramos alguns [...] e colocamos naquele livro lá alguns. Aí ficou aquela primeira publicação. (Absolon de Oliveira)

O livro citado, publicado em 1999, se chama *Diadema: Caminhos e Lugares*. Este livro, portanto, foi o primeiro inventário feito do patrimônio municipal, ainda que tenha sido feito sem o aparato tradicional de um conselho de defesa ao patrimônio, ou um grupo técnico, tampouco uma legislação que garantisse algum nível de proteção a esses imóveis.

²⁰ Este relato é fruto de uma entrevista feita em 30 de agosto de 2019 pelo autor desta dissertação.

É importante notar que um ano após a criação do Centro de Memória, a lei de criação do CONDEPAD foi promulgada. Ainda assim, levaria nove anos para a eleição do primeiro conselho.

A gente começou ao contrário. A gente fez primeiro o levantamento, como a gente tinha lá alguns historiadores do Centro de Memória. [...] a partir desse estudo do Centro de Memória vai culminar com a formação do conselho de patrimônio histórico [...]. O conselho vai nascer depois dessa caminhada. (Absolon de Oliveira)

Segundo Absolon, a formação de um campo de proteção ao patrimônio em Diadema começou “ao contrário”. Isso porque não havia um conselho de patrimônio ativo, ou um conjunto de leis reconhecendo e estabelecendo critérios de proteção para esses imóveis. Entretanto, essa trajetória em Diadema só é vista como tendo sido feita de trás para frente quando se toma como referência os exemplos consolidados de ações no campo de patrimônio no Brasil. Centradas no Estado, essas ações têm, tradicionalmente, início na criação de agências governamentais com a função específica de mapear e preservar o patrimônio.

Em Diadema essas ações também nasceram dentro do governo, pela ação de funcionários das secretarias de cultura e habitação e desenvolvimento urbano, mas sem a existência de um órgão específico ou com funções claras de criação de um campo de proteção ao patrimônio. Ainda assim, mesmo que não-intencionalmente, em Diadema se seguiu o caminho que, nas definições teóricas sobre ações de proteção ao patrimônio é considerado ideal: inventariar para depois tomar.

Em sua concepção mais aceita, inventários são uma ação com vistas à “[...] produção de conhecimentos sobre os bens culturais para permitir a análise de seus atributos [...]” (MOTTA; REZENDE, 2016, p.08).

Inventários em si são parte de um processo anterior à tomada de ações para a proteção de um bem cultural. Já nos primórdios do SPHAN²¹, Rodrigo Melo de Franco Andrade, primeiro diretor da instituição, havia definido que:

[...] a tarefa principal que o legislador brasileiro cometeu ao Serviço incumbido da proteção àqueles bens é o seu tombamento. Mas como não se conhecem previamente todas as coisas de excepcional valor histórico ou artístico existente no Brasil, para tomar as que tenham esses requisitos torna-se necessário proceder pelo país inteiro a um inventário metódico dos bens que pareçam estar nas condições estabelecidas

²¹ O atual IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi fundado em 1937 como SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

para o tombamento e, em seguida, realizar os estudos requeridos para deliberar sobre a respectiva inscrição (ANDRADE, 1987, p.51-52. Apud. MOTTA; REZENDE, 2016, p.16).

Para realizar o tombamento ou atribuir qualquer outra ação oficial de proteção e conservação do patrimônio é preciso primeiro conhecer esse patrimônio, identificá-lo. O inventário nasceu com essa função. Uma das grandes questões, inclusive, que acompanham as discussões sobre as transformações no campo do patrimônio diz respeito sobre quem tem as qualificações para realizar esses estudos. Tendo sido sempre área exclusiva de grupos técnicos, com a democratização da ideia de patrimônio outros atores foram sendo incorporados no processo de inventariar, sendo os inventários participativos um exemplo importante (MOTTA; REZENDE, 2016, p.30).

Em relação à Diadema, o livro *Diadema: caminhos e lugares* (1999) como dito anteriormente pode ser considerado, ainda que não o seja oficialmente, o primeiro inventário do patrimônio da cidade. Foi a partir da pesquisa que resultou neste livro que se iniciaram movimentos para garantir a esses imóveis algum nível de proteção. Isso porque no período de publicação do livro foram criados os grupos de trabalho para a elaboração do plano diretor da cidade que seria concluído em 2002. Com funcionários de diferentes secretarias participando desses grupos de trabalho, aqueles que haviam participado dos passeios pelos bairros organizados pelo Centro de Memória advogaram pela inclusão daquela lista de imóveis como área especial sujeita à proteção. Esta foi uma estratégia usada na falta de uma legislação específica, ou órgãos municipais dedicados a esse tema. Segundo Absolon de Oliveira:

Como não tinha lei [...] se a gente demorasse mais, aí ia se perder tudo. Ainda mais que o plano diretor ia sair. Ia ter essa coisa de um novo plano diretor, ia dar mais funcionalidade pra essas áreas. Então o que a gente fez? A gente criou dentro do plano diretor essas áreas ali de interesse ao patrimônio histórico para proteger esses imóveis de alguma maneira

Outra figura chave desse processo é Maria Luísa Zaragoza Gagliardi, conhecida por todos como Loli. Ela é arquiteta da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, e acompanhou ativamente todo o processo:

[...] só em 2002 a gente conseguiu colocar no plano diretor [...] eu fazia parte do grupo do plano diretor e a gente já tinha tudo meio pronto porque a gente tinha tentado antes. Então a gente ia muito no Centro de Memória pra trocar essas coisas, antes de sair o

livro.(Maria Luísa Gagliardi)²²

Com o COMDEMA em atividade e consolidado já há algum tempo, no plano diretor anterior, de 1998²³, as áreas de proteção ambiental foram estabelecidas. “O plano diretor anterior [...] ele tava preocupado com o meio ambiente”, diz Maria Luísa Gagliardi, que também fez parte do grupo que tentou estabelecer áreas de proteção ao patrimônio nessa primeira vez. “Então na realidade eram duas coisas paralelas, o livro, que a gente [...] concretamente, não participou, a gente foi no passeio [...] e foi uma troca de coisas e, em 2002, o plano diretor”

Foi assim que a preservação da memória histórica e cultural se tornou o item V do art.2 do plano diretor de 2002, que define as funções sociais da cidade de Diadema²⁴.

A subseção III do plano diretor cria os IPHAC como:

Imóveis que possuem qualidades estéticas e históricas, significados culturais e afetivos, ou que constituem referências urbanas, ambientais e de memória que devem ser protegidos ou preservados, a fim de evitar a perda ou desaparecimento das características que lhe conferem peculiaridade. (DIADEMA, 2002)

Além do reconhecimento, a subseção determina que uma lei específica deverá estabelecer os critérios de uso e ocupação dos imóveis, além de critérios de proteção e incentivo à proteção por meio de redução de impostos.

25 imóveis foram registrados como IPHAC no plano diretor de 2002. Antes disso, para a publicação de *Diadema: caminhos e lugares*, o grupo do Centro de Memória decidiu organizar os imóveis de interesse em categorias diferentes como casas de *chácara*, *arquitetura religiosa* etc. (ANEXO A). Os imóveis no plano diretor seguiram essas divisões em categorias para em conjunto dizer algo sobre a história da cidade.

Uma das categorias mais representadas na lista é a de *casas de chácara*. Pelo contraste com a cidade no presente, e com a maioria das áreas livres remanescentes sendo terrenos de chácaras, estas são tidas como o mais representativo modo de morar anterior à emancipação e urbanização da cidade. Além de representar um modo de morar anterior ao atual, as casas de chácara listadas estão ligadas a personalidades consideradas importantes para a história do município.

²² Entrevista feita com Maria Luísa Zaragoza Gagliardi em 4 de setembro de 2019.

²³ DIADEMA, Lei nº 77 de 31 de jul. de 1998. Dispõe sobre o plano diretor do município de Diadema, que estabelece as diretrizes gerais da política municipal de desenvolvimento urbano, e dá outras providências.

²⁴ DIADEMA, Lei nº 161 de 02 de ago. de 2002. Dispõe sobre o plano diretor do município de Diadema, estabelecendo as diretrizes gerais da política municipal de desenvolvimento urbano, e dá outras providências.

A casa da família Esquível, por exemplo, é uma *casa de chácara* em um terreno adquirido em 1939 a partir do loteamento da região empreendido pela Companhia Urbanista Villa Conceição. O casal Esquível foi participante ativo no movimento pela emancipação do município, sendo que Evandro Caiaffa Esquível se tornou o primeiro prefeito da cidade, e o sobrenome da família, hoje, se encontra espalhado em ruas, avenidas e escolas pela cidade.

A casa da família Micheloni Forti é a sede de uma antiga chácara da década de 1940, quando o empresário José Micheloni, que frequentava a região do Eldorado a passeio, a adquiriu e passou a residir com a família, participando ativamente da vida social local, contribuindo, por exemplo, com a construção de uma igreja.

A casa de Alberto Simões Moreira está bem no coração do que se tornou a cidade. Sua importância, segundo o levantamento para a listagem, é devido a sua história que acompanha a do município. Sendo sede de uma chácara para em seguida ser arrendada como restaurante no caminho para a região do Eldorado, para depois ser doada a uma congregação que fundou uma escola para garotas na área que hoje é a Praça da Moça, a principal da cidade.

A casa da família Gallo é considerada relevante pelos moradores ilustres. A cantora do Teatro Municipal de São Paulo Ana Maria Bó Gallo residia nessa chácara com o marido Luiz Gallo, que era assessor do então vereador de São Bernardo do Campo, Evandro Caiaffa Esquível.

O valor pelo morador ilustre também permitiu que a casa de Orlando Mattos entrasse na lista. Artista plástico que residia e trabalhava na chácara às margens da represa Billings, em Eldorado. A casa do artista foi transformada, após sua morte, em um museu que guarda suas obras.

Outra moradora ilustre do que viria a se tornar Diadema foi Anita Malfatti. Sua *casa de chácara* também foi incluída na lista.

O sítio do jurista Miguel Reale, personagem que participou do movimento pela emancipação é a última *casa de chácara* a entrar na lista.

A categoria *arquitetura religiosa* é composta, em sua maioria, por capelas, a começar pela capela de Nossa Senhora de Fátima, que atualmente se encontra dentro da área de uma indústria. Foi construída a mando de Raul Barbetta, dono da olaria que existia na área naquela época. Segundo o relato de um empregado de Barbetta para o Centro de Memória, este havia encontrado uma imagem de Nossa Senhora de Fátima entre os entulhos ao fundo da capela Bom Jesus de Piraporinha, que existia ao lado. Raul Barbetta, então, mandou construir a capela para

abrigar a imagem da santa.

A Capela dos padres Xaverianos foi construída em uma área doada pelo imigrante alemão Johann Rechters em 1957. A Sociedade educadora São Francisco Xavier construiu, então, uma instituição de educação voltada à jovens carentes.

O monumento à Nossa Senhora das Graças é uma pequena capela no centro de uma praça sobre a qual há uma grande estátua da santa. Inaugurada em 1949, foi construída pelos irmãos Alvim, que lotearam e comercializaram a área, em homenagem à mãe que tinha esta santa como sua santa de devoção.

O templo budista da deusa Kannon, de 1952, é tido como referência sobre a presença da comunidade japonesa na região antes mesmo da emancipação. Assim como o templo budista Jogan Ji Fudô Myo, construído nos anos 1970.

Apesar de não haver nenhuma indústria na lista de 2002, há uma referência a história mais recente de Diadema pela inclusão do Conjunto Habitacional *Gazuza* na categoria *arquitetura do trabalho*. Em uma área privada invadida, a prefeitura negociou a aquisição da propriedade para a construção de um conjunto habitacional. Com área doada pela prefeitura à Associação de Construção Comunitária de Diadema, o *Gazuza* foi o primeiro conjunto de prédios construído em regime de mutirão no Brasil. Além de ter sua história mais próxima à cidade recente, densa e industrializada, o conjunto foi o imóvel mais recente a ser incluído na lista, tendo sido construído durante os anos 1990.

Em relação a atividade econômica da região em que se formou a cidade, a lista inclui uma olaria e uma casa de pedra como remanescente de uma pedreira que existia na área.

Além dessas categorias específicas, na lista do plano diretor foram incluídos imóveis na região da represa Billings, em Eldorado, como o Estaleiro Scholze, o Estaleiro Bandeirante e o restaurante Rancho Grande, todos testemunhando o período em que a área foi uma estância turística onde grandes empresários e suas famílias vinham da capital para a região tida como área de lazer.

Fora este local específico em torno da represa chamado *Praia Vermelha*, a lista dos IPHAC também contava com imóveis isolados ligados à prefeitura, incluindo aí a primeira sede da prefeitura, a primeira escola da região, um observatório astronômico e uma escola projetada por Ruy Ohtake.



Figura 18 e 19 Casa de Alberto Simões e Conjunto habitacional Gazuza / Acervo PRO-IPHAC





Figura 20 e 21 Monumento a Nossa Senhora das Graças e Templo budista Kannon / Acervo PRO-IPHAC



Figura 3 e 24 Parque da Fonte e Parque Takebe / Acervo PRO-IPHAC



Figura 4 25 e 26 Olaria do Eldorado e Conforja / Acervo PRO-IPHAC



Figura 5 27 e 28 Estaleiros da Praia Vermelha / Acervo PRO-IPHAC

Estas informações curtas sobre os imóveis da lista de IPHAC não aparecem no plano diretor de 2002. Foram colocadas aqui a partir de um inventário feito em 2017²⁵, mas com informações tiradas, ainda, da pesquisa que originou o livro *Diadema: caminhos e lugares*. Isso porque o primeiro objetivo do grupo de trabalho ao inserir estes imóveis no plano diretor era o de protegê-los, principalmente da especulação imobiliária. Os estudos mais detalhados e a instituição de uma estrutura governamental para sua proteção viriam depois.

O artigo 32 do plano diretor de 2002 determina que uma lei municipal específica deverá estabelecer os critérios de uso e ocupação dos IPHAC, além de regulamentar a transferência do potencial construtivo dessas áreas preservadas. Há ainda um parágrafo único neste capítulo que ilumina a situação na qual esse processo se deu:

Parágrafo Único. Na ausência de lei municipal específica, nos termos do caput deste artigo, as alterações no uso, ocupação e características do imóvel, assim como a Transferência de Potencial serão autorizadas mediante análise efetuada pelo Poder Executivo Municipal e manifestação do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural ou, na sua ausência do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA. (DIADEMA, 2002)

A lei sobre a criação do conselho municipal de proteção ao patrimônio já existia desde 1994, ainda assim, até aquele momento o conselho não havia sido formado. No plano diretor, portanto, as atribuições do conselho foram transferidas ao COMDEMA, já consolidado na cidade.

Ainda assim, após 2002 uma série de ações foram tomadas para lidar com os IPHAC. No ano seguinte, em 2003, foi eleita a primeira gestão do conselho de patrimônio:

Eu queria participar quando foi instituído o conselho, porém eles só encaminharam comissionados [...] e, acho que ninguém tinha muita ideia do que era um Conselho de Patrimônio. [...] eu fugia das minhas atribuições e ia lá acompanhar, porque eu tinha muito interesse e eu sabia que os conselheiros não tinham nenhuma qualificação então algumas coisas eu explicava, o Absolon explicava. Não que eles não tinham qualificação para a prefeitura, eles não tinham qualificação para o conselho, nem boa vontade, nem muito menos vaga, quer dizer, muito menos, tudo [...] imagina, o chefe dos eletricitas era indicado. Ele ficava lá ouvindo e nem se manifestava²⁶. (Maria

²⁵ PREFEITURA DE DIADEMA. Inventário dos bens culturais: volume dos bens imóveis, revisão 2017. Não publicado.

²⁶ Maria Luísa Gagliardi em entrevista dada em 4 de setembro de 2019.

Luísa Gagliardi)

Uma novidade na administração municipal, o conselho de patrimônio se desenvolveu de maneira autodidata em sua primeira gestão. Ainda não havia um grupo técnico, por exemplo, dedicado a assessorar o conselho, Maria Luísa Gagliardi, que não era membro, participava voluntariamente das reuniões compartilhando com os conselheiros o que aprendia nos cursos sobre patrimônio que costumava fazer. De acordo com Absolon de Oliveira, o “intercâmbio” com as cidades da região também foi importante para guiar a condução do conselho:

A gente tinha também algumas ações que eram regionais aqui, que tem o consórcio intermunicipal, como a gente fazia parte do consórcio, num grupo que tinha lá, que era o grupo de memória, a gente fazia acompanhava a discussão que havia nas outras sete cidades, e aí a gente fazia essa discussão aqui também, trazia essa discussão [...] então a gente fez esse intercâmbio que ajudou bastante, principalmente com as cidades que já tinham, que já estavam mais avançadas nesse processo que era o caso de Santo André, São Caetano, e São Bernardo [...]. Então a gente fazia uma troca, via um pouco da experiência deles, porque eles já tinham um conselho, e a gente tinha aqui no ABC também aqueles congressos de história que a gente discutia e também foram um catalisador pra essas discussões depois se desdobrarem na proteção do patrimônio, e não só material como imaterial também. (Absolon de Oliveira)

Como o estudo do Centro de Memória foi focado na história dos imóveis e sua relação com a cidade, um elemento importante de um inventário não foi considerado: as descrições mais detalhadas acompanhadas de uma avaliação das condições de preservação. Então, na esteira da formação do conselho, a prefeitura abriu uma licitação para contratar uma empresa para realizar um inventário sobre os IPHAC.

O relatório da Companhia de Projeto, consultoria responsável pela elaboração do inventário dos IPHAC, foi publicado em dezembro de 2004. Já na apresentação do documento, a função da empresa é definida como:

[...] prestação de serviço de consultoria para a elaboração de inventário de bens imóveis de interesse paisagístico, histórico, artístico e cultural – IPHAC, e elaboração de minuta de projeto de lei contemplando normas e diretrizes de uso e ocupação de cada imóvel. (2004, p.4)

Assim, além da elaboração do inventário, a consultoria deveria fazer recomendações sobre a ocupação e uso dos imóveis preservados para a elaboração de uma lei específica já determinada no plano diretor.

Como método para elaboração do inventário, a companhia procurou identificar pelo município imóveis que haviam permanecido desde 1958, data da emancipação, identificando as permanências por meio de sobreposições e comparações cartográficas. Identificados os imóveis, realizaram então vistorias para analisar, selecionar, e concluir os que deveriam ser protegidos.

Além dos IPHAC, identificados no relatório como imóveis elencados pela prefeitura. (Idem), com a sobreposição e comparação cartográfica, a consultoria realizou vistoria em todos os imóveis identificados como já existentes em 1958. Assim, o primeiro critério levantado para identificação do patrimônio da cidade foi o da permanência em uma área que sofreu um processo de urbanização intenso.

Feito o levantamento e a vistoria dos imóveis, a conclusão no relatório foi a seguinte:

Após a sobreposição dos mapas, e a identificação dos imóveis, procedemos a investigação em campo percorrendo os bairros, o que nos fez perceber que mesmo sendo antigos, eles não tinham qualquer valor. [...] Algum valor encontramos nos imóveis elencados pela prefeitura, os quais foram inventariados. (2004, p.22)

Isto quer dizer que, de acordo com a pesquisa, não havia na cidade nenhum imóvel de valor além dos já elencados como IPHAC. O inventário, então foi focado nesta lista.

Dos 25 imóveis listados em 2002, nove foram recomendados pelo relatório para ações de preservação. As vistorias iniciais revelaram “[...] construções sem nenhuma importância histórica, arquitetônica, afetiva ou mesmo referencial; exemplares arquitetônicos medíocres que nada se destacavam na paisagem repetitiva.” (2004, p.43)

Com o mesmo julgamento para as construções mais recentes, o inventário destaca que “[...] os maiores atrativos da paisagem ficaram por conta das chácaras remanescentes dos meados do século passado, com sua vegetação exuberante se destacando em meio a construções desprovidas de significado cultural.” (Idem).

Estas chácaras, é concluído, já são patrimônio por serem consideradas áreas de proteção ambiental. Assim, para proteção cultural um limitado número de imóveis foi destacado em relação à lista original - isso pelo menos na primeira fase do estudo, sendo que em uma segunda fase mais imóveis seriam adicionados. A segunda fase, entretanto, não aconteceu.

Estes imóveis são a casa de Pedra do Taboão; Casa de Ana e Luiz Gallo; Casa da Família Esquível; Casa da Família Forti; Casa de Orlando Mattos, Casa de Simões Alberto

Moreira; os dois templos budistas da cidade; e a Capela Nossa Senhora de Fátima.

Além da “qualidade” da permanência, estes imóveis foram selecionados pelos moradores ilustres que abrigaram e, como no caso da capela e dos templos budistas, por ainda serem tidos como referência pelos moradores e por serem “lugares de peregrinação” (2004, p.148).

É importante destacar que as fichas de inventário destes imóveis trazem fotos tiradas nas vistorias e descrições sobre o estado de conservação. As informações sobre suas histórias estão presentes, mas com base em publicações como *Diadema: caminhos e lugares*. E esta falta de pesquisa histórica gerou críticas. Entre os funcionários da prefeitura mais engajados na questão do patrimônio, por exemplo, o inventário feito não foi satisfatório. Para Maria Luísa Gagliardi, por exemplo:

Para nós não foi um inventário[...] a lista estava pronta. o que eles fizeram, eles fotografaram imóveis que constavam em 1958[...] era pra levantar o histórico porque (pausa) eles não levantaram o histórico, isso foi o que mais foi grave [...] nós queríamos uma pesquisa histórica que não teve, e realmente eles falaram - dos que eles conseguiram entrar - eles falaram da estrutura que tava mal, que tava isso, que tava aquilo, saiu isso, mas não era pra isso. (Maria Luísa Gagliardi)

Valéria Gil considera aquele documento um “próto-inventário” e ressalta que segundo o estudo nada valia a pena preservar. E Antônio Carlos dos Santos Júnior, arquiteto da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano que participou ativamente da nova gestão do conselho, discorda da metodologia empregada neste primeiro inventário:

Não sei se a gente pode chamar aquilo de inventário, né? Mas eu discordo da lógica em que ele foi feito. [...] ele tem essa mesma visão de permanecimento, né? [...] pega um mapa de não sei quando, depois pega um mapa de não sei quando, aí depois pega não sei o que, como se aquilo ali fosse importante enquanto idade. [...] É um dos critérios de avaliação quando você reconhece que aquilo representou um momento [...] significativo. Representou um sistema construtivo de um período, ou de uma população [...] de uma coisa que deu origem ao que a gente tá vendo hoje aqui [...] mas não acho que esse é o único critério. E aquilo ali foi levado praticamente só nesse critério [...] quando vai falar em termos artísticos, ele desqualifica todos [...] nada valia a pena de se manter. E a parte cultural em relação com a população, com as pessoas, não foi nem abordado [...] era bem breve assim, tiraram daquele, de um livro lá de memória. Era uma coisa bem sucinta, algumas coisas você via que era uma referência que não era nem de pesquisa, era de coisa pronta [...] só pra poder situar o que era aquilo. Mas o texto inteiro falava sobre o que? Sobre a idade, né? Que era aquela coisa

de “permanecimento”, e a importância artística [...] era zero pra quase todos. Inclusive descartou um monte de coisa que tinha futuro ali. (Valéria Gil)

Após a publicação do primeiro inventário, o conselho foi desativado em 2007. Segundo os relatos, a falta de engajamento levou o conselho a não eleger uma nova diretoria no fim da gestão. Absolon de Oliveira diz que “o conselho foi desativado por falta de representação, e regulamentação”, mesmo motivo apontado por Maria Luísa Gagliardi:

Então, eu participava das reuniões, mas o que a gente via era que não tinha nenhum interesse por parte dos conselheiros justamente devido a isso, então era uma luta do Absolon pra conseguir passar as coisas no conselho. (Maria Luísa Gagliardi)

Sem a lei com as diretrizes determinadas pelo plano diretor promulgadas, e sem o CONDEPAD em atividade, o único documento oficial protegendo os IPHAC continuou a ser o próprio plano diretor de 2002.

Ainda enquanto o CONDEPAD estava em atividade alguns movimentos foram feitos que causaram a perda de alguns imóveis. Em 2005, por exemplo, em uma atualização do plano diretor, a casa de Anita Malfatti foi retirada da lista de IPHAC. Dois anos depois, em 2007, a casa foi demolida.

Absolon de Oliveira diz que desde o começo, o simples estudo dos imóveis causava alguns embates:

[...] a gente teve alguns embates logo no começo (pausa) que o pessoal queria vender aí descobria que a gente tava [...] fazendo algum inventário sobre o imóvel o pessoal acelerava [...] ia lá perguntar se tavam tombando o imóvel, que na verdade ainda não tinha uma lei que garantisse a proteção desse imóvel, então quando o cara desconfiava que a gente tava [...] com essa intenção, eles já procuravam derrubar. A gente teve alguns casos [...] por exemplo, o sítio do Miguel Reale, a gente teve lá a casa, uma casa que estava em estudo que havia sido da Anitta Malfatti [...] acabaram de fazer o estudo eles conseguiram derrubar. Então a gente tinha essa coisa de correr. Fazia a coisa meio que no segredo, porque também se você começava a soltar o pessoal começava a derrubar. (Absolon de Oliveira)

Segundo Maria Luísa Gagliardi, a casa da Anita Malfatti foi demolida em um único dia:

“A casa da Anita foi assim, eu tava no meu setor, me chamaram lá na secretaria que tinha uma pessoa perguntando de tombamento, e como eles sabiam que a gente {inaudível} patrimônio eles me chamaram:

- Ah, oi tudo bem?

- Tudo bem.

- Então, demoliram a casa da Anita Malfatti, ela não é tombada?

- Puxa, ela não é tombada. Me dá o seu contato?

Aí a pessoa desligou. Aí nós fomos pra vistoria [...] e ele (o fiscal) se recusou a notificar. Tava no início a demolição. Em um dia eles demoliram. (Maria Luísa Gagliardi)

Em 2007, portanto, sem o CONDEPAD ativo é quando a construção de prédios de condomínio na cidade começa a se intensificar. Além da casa de Anita Malfatti, que deu lugar ao Condomínio Anita Malfatti, o Sítio São Miguel também se tornou um caso que todos na prefeitura tomam como referência para falar sobre os desafios de proteger o patrimônio na cidade. Segundo Valéria Gil:

O ano da derrubada da casa lá (2012) [...] como o ano em que o grupo se formou [...] Essa é uma data emblemática pra gente porque, assim, antes daquele processo, tava naquela lacuna [...] entre o conselho existir mas não estar efetivamente constituído [...] Então quando derrubaram a casa, aquilo ali provocou a gente, assim, a constituir um grupo pra reformular o conselho. (Valéria Gil)

Em 2012, a sede do Sítio São Miguel foi demolida. Com o CONDEPAD inativo, a demolição passou pela aprovação do COMDEMA. Justo quando um grupo de funcionários da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano estavam se movimento para reativar o conselho para lidar com os pedidos de construção nas áreas de IPHAC. Antônio Carlos dos Santos Junior diz que:

Foi meio simultâneo a criação das duas coisas [...] a evolução da situação do sítio e o conselho seguindo em paralelo, por isso que a gente não conseguiu mantê-lo [...] Se o grupo tivesse começado um pouco antes do trabalho, talvez a gente tivesse conseguido retornar ele pra lista [...] antes de o cara ter direito a demolir. (Antônio Carlos Santos Junior)

Mesmo em 2004, a consultoria realizando o inventário teve dificuldades em fazer vistoria no sítio. Não foram autorizados a entrar para fotografar a casa sede, por exemplo. Na própria ficha do inventário do sítio concluíram que:

[...] quanto às edificações, à primeira vista não apresentam maior interesse arquitetônico e só uma análise mais detalhada das mesmas poderia levar a uma conclusão definitiva. No entanto, não foi possível acessar o local. Nesses casos, é costume em outros municípios ou em outras instâncias abrir-se um processo de tombamento ou decretar um tombamento provisório para a propriedade, ou ainda

vistoriar o local na companhia de fiscais; qualquer dessas providências, no entanto, provocaria uma imediata reação por parte do proprietário que desconhecemos qual seria mas que por nossa experiência acreditamos fosse bastante negativa. (2004, p.84)

O interesse de uma construtora em construir um edifício de condomínio na área do sítio levou a abertura de um processo no Ministério Público. Foi neste período, entre 2012 e 2013, que a sede foi demolida e o CONDEPAD foi reativado por iniciativa de um grupo de funcionários da prefeitura, incluindo Maria Luísa Gagliardi, Valéria Gil, e Antônio Carlos dos Santos Júnior, de quem é o relato seguinte:

Por conta desse mesmo processo foi pedido - isso não foi pelo grupo - foi um pedido do ministério público para que houvesse essa avaliação do CONDEPHAAT [...] e na véspera da vistoria, ficaram sabendo, tiveram essa informação, e aí demoliram a casa [...] então assim, depois de demolido, a gente falou assim: - Peraí, demoliu a casa, era só isso que era importante? Aí começou essa discussão, era importante, não era importante, o que que ia manter, o que a gente queria que mantivesse [...] e aí o CONDEPHAAT pediu satisfação [...] então a gente aproveitou [...] e retornou pra lista o que a gente conseguiu manter, que foi edificação da casa do caseiro e uma área envoltória, enquanto o CONDEPHAAT também avaliava se existia interesse, porque no nosso julgamento [...] a gente percebeu que tinha uma coisa muito maior do que só a edificação que foi demolida [...] então tinha a questão de ser um representante da expansão do círculo de chácaras da cidade de São Paulo, dos imóveis rurais, e da questão do crescimento do centro que estava expulsando determinados tipos de população da capital [...] uma vida mais pacata, tem a questão do próprio jurista, do Miguel Reale, tem a ver com a história da urbanização do bairro, do loteamento, da criação daquela área, tem uma relação com a santa, com o padrão de urbanização daquele pedaço. Então quer dizer, tem outras coisas ainda além da casa que foi demolida. Então a ideia era que o CONDEPHAAT enxergasse esse tipo de coisa como uma forma de proteger o que sobrou.” (Antônio Carlos Santos Junior)

Em 2013 o CONDEPAD foi reativado, e para lidar com as transformações que ocorriam na cidade, foi planejada a criação de um grupo técnico responsável por assessorar o conselho. Assim, em 2014, foi promulgada a lei que cria este grupo técnico e determina a publicação de um novo inventário a ser feito por este grupo. O primeiro artigo da lei determina:

Art.1º – A presente lei institui o Inventário de Bens Culturais do Município de Diadema, como sendo o documento que relaciona e reúne características dos Imóveis de Interesse Paisagístico Histórico, Artístico e Cultural – IPHAC, objeto de estudo com vistas à preservação, manutenção dos aspectos históricos, da memória local e

características peculiares e deste modo submetidos à proteção. (DIADEMA, 2014) ²⁷

A primeira alínea deste mesmo artigo determina que o “inventário de bens culturais” será publicado por meio de decreto municipal 180 dias após a promulgação da lei. E para que isso aconteça no prazo determinado, o segundo artigo estabelece a criação do grupo técnico: “Art. 2º – Fica instituído o “Grupo de Estudos dos Bens Culturais de Diadema – PRÓIPHAC” [...]”.

O grupo PRÓIPHAC é responsável por elaborar pareceres técnicos sobre as condições dos imóveis listados, identificar outros imóveis que podem ser incorporados à lista, prestar assessoria técnica para basear as decisões do CONDEPAD, realizar o inventário nos 180 dias determinados e revisá-lo a cada dois anos. Além dos IPHAC, o grupo técnico também fica responsável, a partir desta lei, pela análise de pedidos de tombamento. Esta lei recupera uma lei promulgada em 2001, ainda antes do estabelecimento dos IPHAC em 2002, que regulamenta o processo de tombamento de bens culturais²⁸.

Este é um detalhe interessante porque esta lei de autoria do vereador Vladimir Antônio Vladão Campos não foi utilizada durante os anos de atividade da primeira gestão do CONDEPAD, tampouco durante o movimento pela inclusão dos IPHAC no plano diretor. Isso porque em 2002, um pedido de tombamento demandaria a abertura de um processo específico para cada imóvel, e na época ainda não havia um órgão, ou setor público responsável por essas análises. Assim, a inclusão no plano diretor foi uma opção mais prática do que a do uso da lei de tombamento.

Com a reativação do CONDEPAD e o estabelecimento do PRÓIPHAC, a lei de tombamento foi recuperada em 2014, possibilitando o primeiro tombamento na cidade que ocorreria em 2016 com a Casa de Alberto Simões Moreira. Uma casa de chácara no coração da cidade, ao lado da Praça da Moça, e sede do Centro de Memória.

Promulgada a lei em outubro de 2014, foi formado o grupo PRÓIPHAC por sete funcionários da prefeitura. Dois do Centro de Memória, um da Secretaria do Meio Ambiente, e quatro da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano. Os membros do PRÓIPHAC eram, essencialmente, os mesmos funcionários que se organizaram para reativar o conselho e

²⁷ DIADEMA. Lei nº3469 de 01 out. de 2014. Dispõe sobre a instituição, atribuição e composição do “grupo de estudos dos bens culturais de Diadema – PRÓIPHAC”. Estabelece procedimentos para a análise especial dos imóveis de interesse paisagístico, histórico, artístico e cultural, institui o inventário dos bens culturais do município de Diadema, e dá outras providências.

²⁸ DIADEMA. Lei nº 2009 de 13 de mar. de 2001. Dispõe sobre o processo de tombamento de bens de valor histórico, cultural, artístico, estético, turístico ou paisagístico, e dá outras providências.

os mecanismos de proteção ao patrimônio em reação à intensificação das construções na cidade. Representando a Secretaria de Habitação, estavam Antônio Carlos dos Santos Júnior, Julieta Valéria Sodré Bonini Roman Gil, Maria Luísa Zaragoza Gagliardi, cujos relatos foram utilizados aqui para reconstituir a história de todo este processo na cidade, e Sérgio Luiz de Freitas Santos. Pela Secretaria do Meio Ambiente, Raphael Gonçalves dos Santos era membro oficial, mas outros funcionários desta secretaria participavam das reuniões como colaboradores, e do Centro de Memória, Luís Hermínio Puntel de Oliveira e Maria de Lourdes Ferreira representavam a Secretaria de Cultura. Absolon de Oliveira já não trabalhava no Centro de Memória quando esses mecanismos de proteção ao patrimônio foram criados.

Em julho de 2015, então, foi publicado por decreto municipal o inventário de bens culturais de Diadema. O artigo primeiro diz que “fica instituído o inventário de bens culturais de Diadema – volume dos bens imóveis”²⁹. Na sequência há uma listagem dos imóveis separados por categorias. Cada imóvel é acompanhado do endereço, a inscrição imobiliária e uma descrição do “histórico” de duas linhas.

Em relação aos IPHAC listados em 2002, o decreto traz algumas adições. Com 33 imóveis, a Praça Castelo Branco foi adicionada como Praça do Comércio, seu nome original. O Parque da Fonte, conhecido pela cidade como “Parque dos jesuítas” era uma área de preservação ambiental que também foi adicionado como de relevância cultural. A CONFORJA/UNIFORJA, grande indústria no centro da cidade administrada por uma cooperativa de trabalhadores também foi adicionada, além da Igreja Bom Jesus de Piraporinha que   referência na entrada da cidade a partir de São Bernardo do Campo por conta do projeto arquitetônico. Esta igreja foi vistoriada em 2004 durante a elaboração do inventário pela Companhia de Projeto, mas a proteção especial não foi recomendada por não ser considerada necessária:

A primeira ideia, dado o impacto que a igreja proporciona, seria optar pela sua preservação. Posteriormente, na comparação com outros bens de interesses histórico ou paisagístico do município chegamos à conclusão de que o tombamento não seria necessário: como marco a igreja atualmente não corre risco e os elementos construtivos, assim como o paisagismo, são passíveis de intervenções que poderiam até levar a soluções mais interessantes do que as atuais. (2004, p.168)

Considerando a trajetória de formação do campo de proteção ao patrimônio em

²⁹ DIADEMA. Decreto municipal n  7159 de 12 de jun. de 2015. Dispõe sobre a instituição do inventário de bens culturais do município de Diadema- Volume dos bens imóveis.

Diadema, há duas reflexões importantes a se fazer. A primeira diz respeito à cidade narrada por meio de seu patrimônio. A comparação entre os IPHAC, o inventário de 2004, e o inventário de 2015 revelam cidades diferentes? Também é importante identificar quais noções de patrimônio foram empregadas nesse processo. Uso aqui o plural porque as palavras utilizadas na legislação revelam que essas noções se transformaram com o tempo. Estes dois focos de reflexão devem revelar como este grupo de pessoas mediou as ideias em torno da noção de patrimônio, empregando esta noção em casos concretos a partir do que era produzido nas reflexões teóricas sobre este tema em nível nacional e internacional.

2.2 COLEÇÃO, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Tanto ao estudar a historiografia da formação do campo de práticas de proteção ao patrimônio cultural, quanto as reflexões antropológicas sobre o desenvolvimento, usos e transformações do patrimônio como conceito, há uma divisão extensamente difundida que separa o que é universal do que é característico do Ocidente nas práticas patrimoniais.

Françoise Choay, por exemplo, se apoia na divisão entre monumento intencional e monumento histórico elaborada por Alois Riegl, em 1903, para caracterizar este segundo como distintamente ocidental frente ao primeiro como um universal cultural (2006).

Riegl define monumento em seu sentido original como “[...] uma obra feita pela mão humana e criada com o propósito específico de manter feitos [...] sempre vivos e presentes na consciência das gerações vindouras (2017, cap1, tradução nossa).³⁰ Este monumento apresenta, segundo Choay, “uma quase universalidade no tempo e no espaço” (2006, p.25). Essa extensão da palavra monumento é baseada nas relações fundamentais travadas entre o homem e o território onde túmulos, templos, colunas, estelas, obeliscos e totens³¹ encontrados por todo o mundo são enredados na narrativa do patrimônio sob o abrigo da categoria monumento. Nesta narrativa em que a própria história do patrimônio cultural se torna um “patrimônio” a marcar a identidade europeia, o Ocidente se distingue do resto do mundo ao atribuir valor simbólico às construções do passado que, no momento de sua criação, se prestavam a atender funções da vida cotidiana³². Esta é a gênese do patrimônio no Ocidente em que os valores histórico e artístico guiavam os esforços de colecionamento de itens do passado.

A prática de colecionar, entretanto, também aparece em algumas correntes antropológicas como um universal cultural. O colecionar é um termo importante desenvolvido por James Clifford (1994) que viria a influenciar as reflexões sobre o patrimônio no Brasil (LIMA FILHO; ABREU, 2007, p.23). Clifford relaciona a construção de “eus culturais” com a propriedade coletiva de bens para afirmar os vínculos dos indivíduos a esse eu coletivo (1994, p.70). Entretanto:

É provável que um certo “ajuntamento” em torno do eu e do grupo – a reunião de um “mundo” material, a demarcação de um domínio subjetivo que não seja o “outro” –

³⁰ Na falta de uma norma para citação de *e-books*, sigo aqui o formato Chicago que recomenda a citação do capítulo ou seção no caso de não haver uma paginação fixa.

No original: [...] se entiende una obra realizada por la mano humana y creada con el fin específico de mantener hazañas o destinos individuales (o un conjunto de éstos) siempre vivos y presentes en la conciencia de las generaciones venideras (2017, cap.1)

³¹ Ver Francesco Careri, 2013.

³² Sobre os monumentos históricos, “los autores de estas obras [...] en general solo pretendían satisfacer ciertas necesidades prácticas o ideales propios de sus contemporáneos o, como mucho, de sus sucesores más inmediatos, y que seguramente no pensaban en dejar a las generaciones de siglos posteriores testimonios de la vida y la creación artística y cultural propias [...]” (RIEGL, 2017, cap.1).

seja universal. Todas essas coleções incluem hierarquias de valor, exclusões e territórios governados pela regra do eu. Mas a noção de que essa reunião envolve a acumulação de posses, a ideia de que a identidade é uma espécie de riqueza (de objetos, conhecimento, memória, experiência), por certo não é universal (1994, p.71)

A partir das coleções etnográficas expostas em museus e outras instituições dedicadas às artes e às ciências, Clifford estabelece a distinção entre o que é universal e o que é ocidental por conta de “distintas noções europeias de temporalidade e ordem” (1994, p.79). Isso é, a prática de “Coletar – pelo menos no Ocidente, onde geralmente se pensa o tempo como linear e irreversível – pressupõe resgatar fenômenos da decadência ou perda histórica inevitáveis” (1994, p.79).

Assim como na narrativa histórica sobre a formação do campo de preservação do patrimônio a partir do monumento histórico, a reflexão mais geral sobre a prática de colecionar é associada no contexto ocidental a essa mesma noção de tempo histórico. A prática de colecionar nesses termos pode, fazendo aqui uma conexão com Choay, ser interpretada como a raiz do monumento histórico, e conseqüentemente do patrimônio como é mobilizado atualmente.

Para esta pesquisa, a ideia de coleção é recuperada como um ponto de partida para interpretar os termos correlatos ao patrimônio cultural³³. Isso porque além do próprio termo patrimônio, há um conjunto de conceitos que é mobilizado tanto na academia e nas políticas de estado para o patrimônio quanto pela sociedade civil. Conceitos que carregam diversas cargas simbólicas que orientam os usos que são feitos do patrimônio cultural. Nas palavras de José Reginaldo Gonçalves, essas categorias correlatas “dão direção aos empreendimentos de preservação dos diferentes patrimônios” (2015, p.212). Assim, mobilizando a “prática de colecionar” nos mesmos termos de James Clifford, sua universalidade é colocada como ponto neutro para então apontar os conceitos que foram sendo incorporados a essa prática no contexto ocidental, que é onde a historiografia do patrimônio no Brasil filia a formação deste campo por aqui³⁴.

³³ José Reginaldo Gonçalves sobre a possível universalidade da categoria patrimônio: A categoria “colecionamento” traduz, de certo modo, o processo de formação de “patrimônios”. Sabemos que estes, em seu sentido moderno, podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis apropriados e expostos por determinados grupos sociais. Todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade de “colecionamento” de objetos materiais cujo efeito é demarcar um domínio subjetivo em oposição a um determinado “outro”. O resultado dessa atividade é precisamente a constituição de um “patrimônio (Pomian 1997; Clifford 1985).” (2007, p.109)

³⁴ Sobre a formação e construção de narrativas sobre as práticas de proteção ao patrimônio no Brasil, ver: CHUVA, 2012; ABREU, 2007, e LIMA FILHO, 2009.

2.3 A VIDA SOCIAL DOS CONCEITOS

Em *O mal-estar no patrimônio* (2015), José Reginaldo Gonçalves levanta a questão sobre os motivos que levaram à “expansão dos processos de patrimônio no mundo contemporâneo” (2015, p.212) para domínios que superam o “clássico patrimônio histórico e cultural” (idem). Esta expansão é acompanhada pela adição de uma série de categorias acopladas ao patrimônio, além de transformações das categorias já tradicionalmente relacionadas a este campo. As categorias de destaque que são mobilizadas para demarcar as divisões entre o que é universal e o que é ocidental e assim, para marcar a gênese das políticas patrimoniais são história, identidade e memória. Estas são também as categorias mobilizadas nesta análise para compreender as direções tomadas na formação de políticas públicas para o patrimônio em Diadema. Isso porque sendo os IPHAC um conjunto de imóveis que deve dizer algo sobre a história, cultura e memória da cidade, ao tomá-los como uma coleção a ser interpretada a partir dos termos adotados na legislação a seu respeito, é possível identificar diferentes construções simbólicas mobilizadas nas políticas patrimoniais no município.

Após a formação do grupo técnico PRÓIPHAC em 2014, foi publicado um decreto municipal em 2015 listando um conjunto de imóveis como “bens culturais do município de Diadema – volume dos bens imóveis” (ANEXO B). Há neste decreto 33 imóveis sendo 25 destes parte da lista original de 2002 chamada “IPHAC”.

Entre 2002 e 2015 houve, portanto, uma mudança no vocabulário utilizado na legislação para se referir ao patrimônio do município. De “Imóveis de Interesse Paisagístico, Histórico, Artístico e Cultural”, o decreto de 2015 passou a adotar o termo “bem cultural”. Há aqui uma mudança que sinaliza uma atualização que acompanhou os debates sobre o patrimônio ocorridos em outras esferas do governo, e mesmo dentro da academia. Assim, o que estes termos indicam sobre o método empregado na identificação do patrimônio em Diadema e, conseqüentemente, na cidade narrada pelo conjunto final? Há três caminhos possíveis para interpretar esta mudança e suas implicações na formulação do patrimônio da cidade. O primeiro seria investigar o que os agentes públicos responsáveis pela formação deste campo entendem por patrimônio, quais métodos empregaram para a elaboração do inventário, e como mediarão as atualizações do conceito de patrimônio feitas no nível federal para o nível local. Nas entrevistas feitas, entretanto, a própria elaboração de perguntas que levavam a essas reflexões conceituais se tornaram um desafio. Os entrevistados se mostraram mais à vontade em relatar suas memórias seguindo a ordem dos acontecimentos, apresentando-as como um processo do qual participaram. Extrair uma reflexão teórica e exterior a estes acontecimentos seria como esperar que os próprios entrevistados fizessem o que está sendo proposto nesta dissertação.

Assim, um outro caminho a ser seguido seria o de interpretar suas falas com o apoio das fontes bibliográficas da pesquisa, como a legislação decorrente das ações destes agentes. Ainda assim, este é um caminho que traz seus problemas, o que é resumido neste comentário de Howard Becker:

Nós, cientistas sociais, sempre atribuímos, implícita ou explicitamente, um ponto de vista, uma perspectiva e motivos às pessoas cujas ações analisamos. *Sempre*, por exemplo, descrevemos os significados que as pessoas que estudamos dão aos eventos de que participam, de modo que a única pergunta não é se deveríamos fazer isso, mas com que precisão o fazemos. (2008, p.20)

Ainda que as fontes documentais possam contribuir para “calcular” a precisão deste tipo de análise, não considero que uma entrevista formal acompanhada de outras conversas informais direcionadas a essa questão sejam suficientes para empreender este tipo de análise. Acompanhadas de um trabalho de campo mais extenso nos quais acontecimentos são narrados, a exemplo da Praça Castelo Branco, este tipo de análise seria mais preciso. Entretanto, apesar de acompanhar as reuniões, discussões e vistorias feitas pelo CONDEPAD desde 2013 na condição de membro do conselho, foi apenas após a elaboração da presente pesquisa em que passei a direcionar meu olhar a estes eventos como “campo de estudo”. O tempo reduzido, portanto, limita a profundidade das descrições de campo. Além do mais, o objetivo primário desta pesquisa ainda é o de interpretar a cidade narrada por seu patrimônio. Ou melhor dizendo, como o patrimônio contribui para a formulação de narrativas para a cidade. Isso torna o inventário e suas revisões o objeto primário de reflexão em relação aos personagens que o construíram. Desta forma, um caminho mais seguro de interpretação é o de identificar a carga simbólica carregada pelos termos empregados na legislação de proteção ao patrimônio em Diadema. Bens culturais, memória, histórico, artístico entre outros termos são produtos de debates feitos na academia que são influenciados ao mesmo tempo em que influenciam as definições empregadas nas esferas de governo mais altas, em especial o IPHAN.

Os conceitos também possuem uma trajetória social em que são empregados ou caem em desuso em diferentes contextos (GEERTZ, 2008). Assim, ao esclarecer o que estes termos implicam, é possível apontar como o patrimônio tem sido formulado e em consequência, a cidade que ele narra.

2.4 OS TERMOS

Quando as narrativas do patrimônio e seu poder em forjar identidades nacionais começou a ser questionado na academia, havia também a identificação de um processo paralelo de “inflacionamento da categoria patrimônio” (GONÇALVES, 2007, p.240), onde:

[...] à medida que outras áreas tornavam-se também objeto de ação (ou preocupação) da ação preservacionista, novas qualificações foram sendo acrescentadas e, cada vez que era preciso referir-se ao patrimônio, fazia-se necessário aumentar a lista: patrimônio edificado, arqueológico, ecológico, ambiental-urbano, paisagístico, turístico, etc. (MAGNANI, 1986, p.1).

O termo “patrimônio cultural” veio a embarcar todas essas qualificações acopladas ao patrimônio. (Idem). “Imóveis de interesse paisagístico, histórico, artístico e cultural”, tal como os IPHAC são definidos, é uma definição que procura abarcar todas essas características de relevância identificadas com o patrimônio. Entretanto, é válido apontar que ao mesmo tempo em que “cultural” aparece como uma categoria extra na primeira definição, é este o termo que viria a ser usado para unificar os vários patrimônios. Antes de prosseguir com a análise desta transformação, entretanto, é preciso ver a lista de imóveis integrada ao plano diretor de 2002 à luz do termo que a define.

Como já foi apontado na breve descrição dos imóveis incorporados a lista de IPHAC, há uma predominância de casas de chácara que referenciam modos de morar anteriores à urbanização, e personalidades ilustres no contexto do município. Ou seja, a categoria de patrimônio predominante é “histórico”. Mesmo na arquitetura do trabalho, que nas revisões seguintes do inventário viriam a incorporar grandes indústrias da segunda metade do século XX, a lista de 2002 reconhece olarias e uma casa nascida de uma pedreira como testemunhos das atividades econômicas do passado. É preciso lembrar que esta primeira lista nasceu de um projeto do Centro de Memória de Diadema que estava, de fato, preocupado com a história da cidade, e em identificar vestígios que haviam sobrevivido à urbanização. Como o próprio Absolon de Oliveira definiu em uma entrevista, o que eles fizeram na época foi “garimpar” os imóveis que ainda existiam na cidade³⁵. Ou seja, esta primeira coleção foi feita com intenção de resgatar estes lugares da perda histórica inevitável. (CLIFFORD, 1994, p.79). A estratégia de protegê-los através do plano diretor foi consequência dessa primeira ação de resgate histórico. Desta maneira, conclui-se que a definição detalhada como Imóveis de Interesse

³⁵ Ver capítulo 2.1

Paisagístico, Histórico, Artístico e Cultural seja a incorporação na legislação do vocabulário corrente nas práticas patrimoniais. O campo de preservação ao patrimônio em Diadema estava nascendo, na prática, naquele plano diretor. Assim a linguagem adotada tanto oficializa a ação de proteção quanto estabelece as bases para as ações futuras que poderiam vir a adotar todos os critérios de valor que a definição de IPHAC ensejava.

Em 2002, as discussões sobre o patrimônio no Brasil já haviam se transformado em decorrência das mudanças iniciadas na década de 1970 onde novas perspectivas em relação ao patrimônio foram abertas no contexto federal, sendo a mais relevante para as práticas patrimoniais a incorporação, operada por Aloísio Magalhães, de vários órgãos federais da área da cultura ao SPHAN, destacando-se aqui o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) que buscava desenvolver estratégias que unissem prática cultural e desenvolvimento econômico. (CHUVA, 2012, p. 158). O CNRC, apesar do foco em práticas culturais, “não trabalhava com a noção de patrimônio cultural, mas sim de bem cultural [...]” (Idem).

A historiografia sobre as práticas patrimoniais no Brasil, e a própria narrativa oficial do IPHAN, estabelece a gestão de Aloísio Magalhães como um divisor de águas em que as práticas de proteção ao patrimônio se ampliaram de um foco nas estruturas arquitetônicas do passado mobilizadas para construção de uma identidade nacional baseada em uma “cultura material” onde a herança portuguesa era predominante, para uma noção mais ampla de patrimônio em que a diversidade cultural ganha preponderância, sendo que as definições antropológicas de cultura influenciaram o direcionamento dessas práticas a manifestações culturais imateriais (CHUVA, 2009, 2012; ABREU, 2007; LIMA FILHO, 2009; MARINS, 2016, GONÇALVES, 2007, 2015). Essa divisão teve como consequência uma dicotomia entre práticas patrimoniais voltadas ao patrimônio edificado, e práticas patrimoniais focadas nas manifestações culturais imateriais. Dicotomia representada pela separação entre as gestões de Rodrigo Melo Franco de Andrade e de Aloísio Magalhães à frente do órgão federal de proteção ao patrimônio. Essa divisão, entretanto, ainda que tenha sido reforçada pela narrativa oficial (CHUVA, 2012; LIMA FILHO, 2009) tem sido apontada por acadêmicos como falsa, especialmente porque os novos conceitos adotados no campo do patrimônio procuram unificar essas várias divisões sob o abrigo de categorias como referência cultural e bem cultural.

Essas categorias passaram a ser mais amplamente adotadas nas outras esferas de governo a partir dos anos 2000. Sendo, em parte, consequência da disponibilização pelo IPHAN do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC. No próprio documento disponibilizado, o INRC é definido como:

[...] um instrumento de identificação de bens culturais tanto imateriais quanto materiais. A indicação de bens para Registro e/ou para Tombamento pode resultar de sua aplicação, mas não obrigatoriamente. O INRC é, antes, um instrumento de conhecimento e aproximação do objeto de trabalho do IPHAN [...] (IPHAN, 2000, p.8).

Assim, o INRC oferece um método de identificação do patrimônio cultural tributária das transformações das décadas anteriores em que a lógica de construção dos patrimônios nacionais foi analisada criticamente³⁶ (ROTMAN; CASTELLS, 2007). Essa reflexão crítica gerou mudanças nas orientações de organismos internacionais e nacionais de proteção ao patrimônio em que agora:

As novas perspectivas advogam na atualidade pela “ampliação” do conceito de patrimônio cultural para que este abarque manifestações culturais constitutivas da diversidade cultural passada e presente que tem construído a nação. Neste sentido, pugna-se pela valorização e pela inclusão de diferentes expressões culturais como parte integrante dos patrimônios nacionais, dentre elas aquelas produzidas por setores subalternos (ROTMAN; CASTELLS, 2007, p.59).

Referências culturais e bens culturais são termos que marcam essa mudança. No manual do INRC, inclusive, Antônio Augusto Arantes, que coordenou o projeto que resultou no manual, define referência cultural e bem cultural em uma forma que sejam instrumentalizados neste método. Neste sentido, “[...] referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura” (ARANTES, 2000, p.29) Sendo este processo de construção de significados dinâmico e, por vezes, difícil de identificar, Arantes propõe que ao aplicar esta metodologia de caráter etnográfico, o foco seja direcionado a “aspectos da vida social que sejam imediatamente reconhecíveis pelos atores” (ARANTES, 2000, p.30).

[...] o mutirão, uma festa, uma dança – são instituições sobre as quais se pode conversar, que se pode presenciar, que se sabe o quanto dura, que se sabe como pôr em ação, etc. É a esse tipo de recorte que corresponde o que, no presente trabalho, denominamos de bem cultural (ARANTES, 2000, p30).

³⁶ A nação, em ambas as construções discursivas (de Rodrigo e Aloísio), é apresentada como uma entidade dotada de coerência e de continuidade. Essa coerência seria menos um dado ontológico do que o efeito daquelas estratégias narrativas (ABREU, LIMA FILHO, 2007, p.24).

Os bens culturais, portanto, são identificados a partir das perspectivas dos atores sociais em que são apontadas as referências de seus valores, identidade e memória.

Como consequência desta nova perspectiva sobre o patrimônio, A hegemonia do Estado na construção de coleções com vistas a identificação nacional foi flexibilizada:

Os patrimônios podem simultaneamente servir aos propósitos da indústria turística em escala planetária, às estratégias de construção de “identidades”, à formação de subjetividades individuais e coletivas, às reivindicações de natureza política e econômica por parte de grupos sociais, ou ainda a políticas de Estado. Mas em todos esses usos do patrimônio é possível perceber determinados modos de imaginar e gerir as relações entre passado, presente e futuro (GONÇALVES, 2015, p.288).

A democratização dos meios de identificação de bens culturais³⁷ abriu espaço para a mobilização do patrimônio nos mesmos termos em que já era feito, como uma coleção com vistas a formular e performar identidades, mas agora em um campo de disputas de valores em que o Estado não é o agente hegemônico, ainda que permaneça fundamental. O mercado, por meio do setor de turismo, além dos usos do território, pode mobilizar as várias identidades que são construídas e afirmadas tanto pelo Estado em suas três esferas, quanto por setores sociais cujas identidades se afirmam pela “interação (de adesão à resistência/negação) com as políticas patrimoniais tanto no âmbito internacional, nacional ou local [...]” (LIMA FILHO, 2015, p.139).

Essencialmente, este é o contexto a partir do qual o termo “bem cultural” se espalhou, sendo adotado nas normas e legislações sobre as ações de proteção ao patrimônio. É um termo que aponta para uma concepção ampla de patrimônio em que um mosaico de perspectivas e valores são identificados na vida cotidiana. Quando os IPHAC foram publicados no plano diretor, portanto, essa mudança nos conceitos e metodologias em relação ao patrimônio cultural estavam em processo de consolidação na esfera federal. Comparado à 2015, quando o decreto com o resultado do inventário trazia o termo “bem cultural”, a definição de IPHAC pode parecer antiquada. Mas é preciso destacar a peculiaridade deste processo em que a lista de imóveis, além de ser bastante específica por apenas conter imóveis, foi criada sem um aparato governamental oficial de proteção ao patrimônio. Os IPHAC, como já dito, nasceram a partir de uma manobra feita para protegê-los na ausência de um conjunto de normas, ou de um órgão

³⁷ Na esteira do INRC, o IPHAN lançou, em 2016, um manual de aplicação para orientar a produção de inventários participativos onde diversas comunidades em nível local pudessem tomar a frente no processo de identificação de seus próprios bens culturais.

municipal dedicados à proteção do patrimônio. Em 2015, por outro lado, o decreto que institui o “inventário dos bens culturais do município de Diadema – volume dos bens imóveis” foi resultado da reativação do conselho municipal de proteção ao patrimônio, e da criação por lei de um grupo técnico responsável pela elaboração do inventário.

Ainda assim, ao analisar a legislação sobre o patrimônio cultural em Diadema, mesmo antes de 2015 os termos utilizados apontam para uma atenção ao que se passava no nível federal.

Instituído em 1994, o plano diretor de Diadema não traz menção alguma ao patrimônio. Palavras como memória, história e outros termos relacionados também não aparecem. A palavra preservação aparece em um capítulo sobre o meio ambiente, onde uma lista de intenções sobre a preservação, em especial de áreas de mananciais, é feita (DIADEMA, 1994).³⁸ Como consequência desse plano diretor, é feita uma lei específica em 1996 criando as primeiras áreas de proteção ambiental – AP – na cidade.

Na revisão do plano diretor feita em 1998, a alínea cinco do terceiro artigo determina como função social da cidade de Diadema a “a preservação da memória histórica e cultural”(DIADEMA, 1998).³⁹ O artigo seguinte determina que a política urbana do município visará, entre outros, “assegurar a preservação do patrimônio histórico, bem como fomentar atividades culturais que visem o resgate da história local.”(Idem)

Aqui, preservação é acompanhado dos termos memória e cultural. Ainda assim, o foco para preservação está no critério histórico. Tendo o livro “Diadema: caminhos e lugares” sido publicado no ano seguinte, esta adição ao plano de 1998 é provavelmente fruto do trabalho do Centro de Memória em que os lugares selecionados o foram por conta do critério de permanência a testemunhar as transformações históricas. Foi nesta revisão do plano diretor em 1998, inclusive, que foi feita a primeira tentativa de incluir os imóveis estudados como área especial⁴⁰.

Em 2002, com a definição e inclusão dos IPHAC, as palavras patrimônio e memória são mencionadas nos mesmos termos do plano anterior, com adições relacionadas a lista de imóveis e ao CONDEPAD, que tem suas funções reconhecidas (DIADEMA, 2002).⁴¹ No plano diretor, portanto, o patrimônio é acompanhado dos termos “paisagístico, histórico, artístico e cultural”, devido à definição de IPHAC, além do termo memória.

³⁸ DIADEMA. Lei nº 25 de 25 de Jan. de 1994. Institui o Plano Diretor do Município de Diadema, dispendo sobre diretrizes gerais da política municipal de desenvolvimento urbano, e dá outras providências..

³⁹ DIADEMA. Lei nº 77 de 31 de Jul. de 1998. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Diadema, que estabelece as diretrizes gerais da política municipal de desenvolvimento urbano, e dá outras providências..

⁴⁰ Ver relato de Maria Luísa p.28.

⁴¹ DIADEMA. Lei nº161 de 02 de Ago. de 2002. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Diadema, estabelecendo as diretrizes gerais da política municipal de desenvolvimento urbano, e dá outras providências.

Mesmo com a hegemonia do valor histórico nestas ações, a utilização da palavra memória indica uma sintonia com as perspectivas mais amplas sobre o patrimônio. Já em 1994, o artigo quarto da lei de criação do CONDEPAD estabelecia que:

Ao Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Diadema, como órgão de cooperação governamental, competirá junto com o Departamento de Educação, Cultura e Esportes, a preservar os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais e notáveis e os sítios arqueológicos e, declará-los como memória da cidade (DIADEMA, 1994)⁴².

Memória da cidade, memória local, memória histórica e cultural, a categoria memória aparece na legislação sobre o patrimônio em Diadema desde 1994 quando foi promulgada a lei de tombamento.

Esta é uma das categorias que sofreu uma grande mutação dentro deste campo, apontando para coisas diferentes em diferentes contextos.

Essencialmente, memória neste contexto é tributária do conceito de *memória coletiva* criado por Maurice Halbwachs. Para Halbwachs (1990), a força de nossas lembranças, a exatidão com que relembramos e recontamos nossas memórias enquanto indivíduos ocorre em função da relevância de tal memória para o grupo do qual fazemos parte. “A memória de uma sociedade estende-se até onde pode, quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos dos quais ela é composta.” (1990, p.57). A memória é social, neste sentido, enquanto sua força é dependente dos laços que formam os grupos sociais. Em um exemplo que esclarece a diferença entre memória individual e coletiva, o autor deste conceito conclui que “A duração de uma tal memória era então limitada, pela força das coisas, na duração do grupo.” (1990, p.19) A memória coletiva, portanto, também é um elemento de identidade na medida em que é mantida viva pela identificação dos indivíduos com o grupo que da qual é testemunha.

Além da diferença entre memória individual e coletiva, Halbwachs diferencia esta última da história:

A história, que se coloca fora dos grupos e acima deles, não vacila em introduzir na corrente dos fatos divisões simples e cujo lugar está fixado de uma vez por todas. Ela obedece, assim fazendo, somente a uma necessidade didática de esquematização. (1990, p.56)

⁴² DIADEMA. Lei nº 1346 de 01 de Jun. de 1994. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio, Artístico e Cultural de Diadema.

A história, para Halbwachs, é um quadro social preenchido por um saber abstrato, e não pela memória (1990, p.49). Disso decorre que sua força na formulação de identidades é limitada, pois é refratada pelos grupos que a reforçam ou a rejeitam de acordo com o entrelaçamento dos acontecimentos históricos com as experiências mantidas vivas nas memórias dos grupos:

[...] o que nos chama a atenção, é que, na memória, as similitudes passam [...] para o primeiro plano. O grupo, no momento em que considera seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo. A história [...] deixa parecer esses intervalos onde nada acontece aparentemente, onde a vida se limita a repetir-se, sob formas um pouco diferentes, mas sem alteração essencial, sem ruptura, nem revoluções (1990, p.59).

Esta oposição entre memória e história é referendada por outro autor influente que, ao analisar os mecanismos de construção da identidade nacional francesa, coloca o florescimento de uma no enfraquecimento da outra. Pierre Nora escreve sobre uma distância entre uma “memória viva [...] integrada, ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e todopoderosa, espontaneamente atualizadora [...]” (1993, p.09), e uma memória que parece sempre ser recuperada, por não ser mais espontânea. Recuperada por meio de “vestígios e trilhas” que, segundo ele, é a História (idem). As coleções tornadas patrimônio pelo Estado francês configuram “lugares de memória” que, em uma conexão com Halbwachs, seria antes uma “memória histórica” do que uma “memória coletiva”.

Esta divisão teórica se manteve conforme esses termos eram mobilizados nas ações no campo do patrimônio. Na gestão de Aloísio Magalhães, quando o CNRC e outros órgãos da área da cultura foram incorporados ao IPHAN, também foi criada uma fundação com o objetivo de “contribuir com o inventário, a classificação, a conservação, a proteção, a restauração e a revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no País” (BRASIL, 1979)⁴³. A fundação chamava-se “Pró-memória” e o órgão federal de proteção ao patrimônio passou a se chamar SPHAN/Pró-memória. Foi neste contexto que, como já dito, os novos funcionários vindos do CNRC fomentaram “[...] a discussão a respeito das manifestações culturais, de patrimônio imaterial, com base num conceito antropológico de cultura, contribuindo decisivamente para a ampliação da noção de patrimônio no Brasil [...]” (CHUVA, 2009, p.23).

A utilização do termo memória no campo do patrimônio carrega a perspectiva de Halbwachs. A ubiquidade do termo nos trabalhos de pesquisa sobre o patrimônio, nas normas

⁴³ BRASIL. Lei nº 6757, de 17 de Dez de 1979. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências.

e recomendações do IPHAN, e na legislação sobre o patrimônio em diferentes esferas de governo está ligada à busca pela participação da população no processo de construção de seus patrimônios culturais. No manual de aplicação do inventário nacional de referências culturais, Antônio Augusto Arantes declara que, “A meu ver, o INRC terá alcançado seu principal objetivo, como política cultural, se a população local vier a assumi-lo como algo do seu interesse, incluindo-o na construção de sua memória” (2000, p.35).

A presença deste termo na legislação de Diadema traz essa perspectiva sobre o patrimônio de valorização da diversidade cultural e da participação da sociedade civil no processo de elaboração de seu próprio patrimônio? A lei de criação do CONDEPAD não permite descobrir com precisão o uso da palavra memória. A explicação mais simples é a de que o termo segue a definição de patrimônio estabelecida no artigo 216 da Constituição Federal de 1988, onde é oficializada no Brasil uma perspectiva abrangente de patrimônio, em que o termo memória utilizado é próximo a uma memória social tal como nos termos de Halbwachs:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, CF,1988)

O plano diretor de Diadema, por sua vez, utiliza o termo memória, mas a tipifica como memória histórica que, a partir de Halbwachs, é justamente o oposto da memória que este patrimônio mais amplo preconiza. Isso em parte se deve a uma distância entre as reflexões teóricas feitas sobre o patrimônio dentro da academia e os usos dos termos em contextos específicos à nível local. O termo memória é amplamente usado tanto na legislação quanto nas ações de proteção ao patrimônio, em diferentes níveis. Ainda que o contexto onde este termo começou a ser elaborado seja tributário das reflexões sobre a “memória coletiva”, no cotidiano, conforme este fundo teórico não acompanhou os usos do termo, memória passou a ser empregado em um sentido similar ao de história. Não havendo de fato uma oposição. Por outro lado, a especificidade do termo “memória histórica e cultural” sinaliza para o reconhecimento

do contexto em que este termo é mobilizado em outras esferas, ao mesmo tempo em que o adapta à característica da lista dos IPHAC.

Desta forma, a legislação aponta que a criação de mecanismos de proteção ao patrimônio em Diadema foi feita tendo em atenção os termos utilizados em outras esferas, como o IPHAN - a sigla IPHAC, pela semelhança, também aponta para esta conexão. A adoção do termo “bens culturais” em 2015 é prova dessa atenção. Ainda assim, a lista de bens resultantes dessa mudança indica algumas limitações na aplicação dos métodos que os termos sugerem. Isso porque, apesar das mudanças nos termos, os bens culturais de Diadema permaneceram, essencialmente, como os imóveis listados em 2002. A partir dos 27 imóveis de 2002, foram adicionados outros 6 no inventário de 2015, permanecendo este número na revisão feita em 2017. O decreto municipal que lista os bens em 2015, não por um acaso, estabelece a lista como “volume dos bens imóveis”.

A cidade dos IPHAC de 2002 era uma cidade de vestígios. Como demonstrado na fala de Absolon de Oliveira, os imóveis listados como área especial no plano diretor testemunhavam modos de morar e atividades econômicas que já não faziam parte do cotidiano da cidade. A preponderância das casas de chácara destaca os remanescentes de um modo de vida passado que estavam ameaçados pela urbanização envoltória. A Diadema como refúgio da capital já não existia mais, mas essas áreas no coração da cidade permitiam ler na paisagem as camadas de sua história em uma narrativa de contrastes.⁴⁴

Os dois templos budistas, o parque *Takebe*, onde há um jardim típico japonês, e o clube “Okinawa do Brasil”, fundados pela comunidade japonesa, dão grande destaque a presença dessa comunidade na cidade. Sendo a única comunidade com bens de forte identificação listados.

Os estaleiros e o restaurante Rancho Grande, às margens da represa, também recordam um tempo em que a área era uma instância turística, hoje completamente transformada pela poluição das águas.

A referência mais próxima a um tempo recente é o Conjunto Habitacional *Gazuza* que, construído por regime de mutirão durante os anos 1990, aparece relacionado com a paisagem atual de urbanização, industrialização, e dos movimentos sociais por moradia.

Os IPHAC são um guia para a leitura de uma história da cidade através da paisagem. O inventário feito em 2015 e revisado em 2017 segue esta mesma história expandindo a linha

⁴⁴ Faço aqui uma referência a distinção epistemológica entre paisagem e espaço feita por Milton Santos. Segundo ele, “A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais da sociedade” (2006, p.67).

do tempo até um período mais recente. Isso porque entre os bens adicionados à lista em 2017, há três indústrias que, junto à Olaria do Eldorado, compõem a categoria *arquitetura do trabalho*.

A CONFORJA/UNIFORJA, fundada em 1954 na área que se tornaria o centro da cidade, é listada como “referência na área do cooperativismo”⁴⁵. Isso porque desde 1998, a indústria metalúrgica permanece em funcionamento sendo administrada por quatro cooperativas de trabalhadores em metalúrgica. A INBRA – Indústrias químicas Ltda., instalada em Diadema em 1952, é listada como exemplo do efeito que a construção da Via Anchieta teve no ABC, onde uma série de indústrias foram instaladas pela facilidade de escoação da produção para o porto de Santos. Há também a fachada da sede da Indústria Papaiz, cuja data de construção não aparece no documento. Além do projeto arquitetônico que incorpora os princípios do modernismo, tendo uma capela inspirada pela capela do Palácio da Alvorada também listada como bem cultural, a fachada da Papaiz foi listada por conta de seu reservatório hídrico de 45 metros de altura que se tornou referência de chegada à cidade para os que saem de São Paulo em direção à Diadema pela Rodovia dos Imigrantes.

Enquanto a lista de 2002 narra a história de Diadema por meio da “negação da industrialização”, no sentido em que é dado ênfase aos vestígios do que desapareceu conforme a cidade foi formada, a revisão do inventário de 2015, feita em 2017, incorpora o presente e o conecta em uma narrativa que ainda acentua os modos de viver do passado, mas também permitindo que seja lido na paisagem atual algumas referências de um modo de viver mais recente.

Sobre a relação entre memória coletiva e espaço, Halbwachs diz que “Os hábitos locais resistem às forças que tendem a transformá-los, e essa resistência permite perceber melhor até que ponto, em tais grupos, a memória coletiva tem seu ponto de apoio sobre as imagens espaciais.” (1990, p. 94). Se esses imóveis fossem ameaçados, haveria alguma resistência contra as mudanças? O caso da Praça Castelo Branco é um exemplo de como um patrimônio pode se tornar palco de conflito, ainda que haja peculiaridades aí que serão discutidas no capítulo seguinte. Quanto aos outros imóveis, não faz sentido especular o que aconteceria se estivessem ameaçados, mas é preciso apontar que a maioria dos imóveis listados se encontram em áreas de propriedade privada que não são abertas ao público. E sendo este processo de formação de mecanismos de defesa ao patrimônio algo recente no município, ainda não foram desenvolvidos meios de divulgar e aproximar a população destes bens. A hegemonia do valor histórico nesta

⁴⁵ Categoria existente na revisão do inventário não publicada.

lista indica que não há uma relação afetiva da população com esses imóveis nos termos de uma memória coletiva. Isso não indica que não devam ser preservados, ou que não deveriam ter sido reconhecidos como patrimônio. É apenas fruto de uma metodologia específica de identificação do patrimônio cultural em que um determinado critério (histórico) foi preponderante. Dada a origem de todo esse movimento nas ações do Centro de Memória por recuperar os imóveis que contam a história da cidade, culminando no lançamento de *Diadema: caminhos e lugares*, foi, de fato, feito um inventário de bens culturais na cidade que permite conhecer Diadema por meio das transformações que os imóveis testemunham. Portanto, estes imóveis são interpretados aqui como resultantes de um método empregado para inventariar o patrimônio cultural e, por força de sua existência como áreas de proteção especial, como alicerces de uma narrativa da cidade.

3 NARRATIVAS E MÉTODOS

Diferentes concepções de patrimônio e, conseqüentemente, diferentes métodos de identificação do patrimônio cultural resultam em diferentes narrativas quando tal conjunto de bens é identificado com determinado grupo ou lugar.

Ao mobilizar os conceitos que deveriam me ajudar a interpretar meu objeto de pesquisa, a ideia de narrativas sobre a cidade por meio do patrimônio cultural foi descrita, à princípio, como uma busca por uma “unidade cultural” narrada pelo patrimônio. Pensar em termos de unidade cultural pode ser contraditório ao se lembrar da trajetória do conceito de patrimônio que foi alargado cada vez mais em direção a um marcador da diversidade. Entretanto, de início, este termo foi operado como um recorte teórico que possibilitasse compatibilizar um território delimitado com o lugar que sua organização simbólica cria. Como exemplo, foi o que Beatriz Sarlo fez em *La ciudad vista: mercancías y cultura urbana* (2010), onde ela torna a “unidade cultural” de Buenos Aires seu objeto de reflexão. Por “unidade cultural”, a autora explica que “[...] de um ponto de vista econômico, social, de transporte, a cidade não está separada da conurbação. Porém, em termos culturais e de cultura urbana, ainda se pode falar de Buenos Aires dentro de seus limites históricos” (2010, p.09, tradução nossa).

A paisagem de valor histórico, em seu livro, destaca a cidade propriamente de seu entorno metropolitano. A Buenos Aires de Sarlo tomou forma no livro a partir de um conjunto de percursos feitos pela cidade. Munida de uma câmera e um caderno de campo, Sarlo articulou suas observações feitas em campo com as experiências individuais e coletivas narradas nas artes e na literatura que tinham a cidade como personagem ou cenário. Assim construiu uma série de paisagens que mobilizam cartões-postais, circuitos turísticos, e lugares históricos (2010, p.145). As descrições de Borges e Cortázar, entre outros, fazem surgir uma paisagem urbana referenciada nos prédios e avenidas que a autora percorre em 2010, encerrando nestas referências a cidade como uma “unidade cultural”. Ao mesmo tempo, ao se aventurar para além dos limites da cidade histórica e descrever as paisagens da periferia, Sarlo reconecta a cidade histórica à Grande Buenos Aires, transformando mais uma vez a cidade narrada por seus lugares de referência.

Disso podemos interpretar que ainda que fronteiras, comarcas e limites marcados no território façam surgir lugares específicos, as diferentes características que um grupo mobiliza para reconhecer tal lugar podem ser específicas dos limites demarcados no território ou transbordar essas linhas divisórias. No cotidiano, “as fronteiras simbólicas se formam e se reconfiguram” (ARANTES, 2000, p.10), os valores que os “monumentos” referenciam se transformam e se acumulam sendo refratados por diferentes atores sociais que se identificam,

rejeitam ou simplesmente os ignoram sem suas vidas cotidianas. (LIMA FILHO, 2015). Estas fronteiras fluídas são particularmente comuns em regiões metropolitanas em torno de grandes cidades, como a Buenos Aires citada e São Paulo.

Recorrendo ao recorte de Sarlo, é válido perguntar quais são os critérios usados para delimitar uma cidade em sua “unidade cultural”. Não apenas grandes cidades rodeadas por cidades satélites, mas qualquer cidade que seja reconhecida como tal. De um ponto de vista econômico, social e de transporte, por exemplo, as características que “distinguem” Diadema são compartilhadas pelos municípios vizinhos. Tanto que há o reconhecimento deste grupo de cidades como uma região chamada Grande ABC. Mas em termos “culturais”, há uma especificidade em relação a seu entorno? A “unidade cultural” é uma narrativa formulada que estabelece limites cujas fronteiras ora se flexibilizam ora se assentam a depender dos critérios adotados. Critérios alicerçados tanto no que é excepcional quanto no que é corriqueiro, tanto na história quanto na memória.

Em relação aos IPHAC de 2002, fazem parecer que a excepcionalidade justificada pelo valor histórico foi o critério hegemônico mobilizado, narrando uma cidade que se diferencia das demais por conta de seus personagens locais cujo modo vida suburbano da primeira metade de século XX diferencia a área da capital, ao mesmo tempo em que a separa de São Bernardo do Campo pela própria história da emancipação. Ainda assim, bens culturais não são estáveis, as referências e os valores simbólicos podem se transformar ou mesmo se acumular ainda que a estrutura arquitetônica permaneça a mesma, sendo o caso do Sítio São Miguel um bom exemplo.

Após a sede do sítio que pertenceu ao jurista ter sido demolida, o CONDEPHAAT, que havia sido acionado pelo Ministério Público para realizar uma avaliação do lugar, pediu à prefeitura explicações sobre o que havia acontecido e sobre como proceder com o processo. Como disse Antônio Carlos dos Santos Júnior, que elaborou o documento submetido ao CONDEPHAAT:

[...]nosso julgamento [...] a gente percebeu que tinha uma coisa muito maior do que só a edificação que foi demolida [...] então tinha a questão de ser um representante da expansão do círculo de chácaras da cidade de São Paulo, dos imóveis rurais, e da questão do crescimento do centro que estava expulsando determinados tipos de população da capital [...] uma vida mais pacata, tem a questão do próprio jurista, do Miguel Reale, tem a ver com a história da urbanização do bairro, do loteamento, da criação daquela área, tem uma relação com a santa, com o padrão de urbanização daquele pedaço. Então quer dizer, tem outras coisas ainda além da casa que foi

demolida. Então a ideia era que o CONDEPHAAT enxergasse esse tipo de coisa como uma forma de proteger o que sobrou.”

No documento elaborado pelo PRÓIPHAC em 2016 para o CONDEPHAAT⁴⁶, o sítio é apresentado como remanescente de um cinturão de chácaras que circundou a capital no começo do século XX. Entre o valor local e o valor regional, o contexto em que o PRÓIPHAC precisava buscar para o sítio um nível de proteção que a prefeitura não foi capaz de assegurar, o valor regional foi destacado, flexibilizando as fronteiras que definem simbolicamente Diadema por meio de seu patrimônio. De residência do mentor intelectual da emancipação, tal como o sítio é descrito no inventário feito pelo PRÓIPHAC, a área passou a ser no documento um remanescente de um passado que Diadema compartilha com os municípios vizinhos. O patrimônio não é apenas um campo de disputa de valores, é um campo de disputa de construções narrativas. De construções simbólicas cujas relações convergem, divergem e coexistem às vezes sem se afetar.

Como já demonstrado, a adoção de diferentes métodos de identificação do patrimônio cultural resulta em diferentes narrativas construídas a partir do conjunto dos bens identificados. A formação de mecanismos de proteção ao patrimônio dentro da estrutura do governo municipal em Diadema indica, através dos termos adotados para se referir ao patrimônio, o reconhecimento de diferentes métodos que podem ser aplicados nos trabalhos de identificação e proteção. O intercâmbio de informação entre os técnicos da prefeitura e os municípios vizinhos foi fundamental neste processo. Repito aqui a fala de Absolon de Oliveira em relação a esses contatos:

A gente tinha também algumas ações que eram regionais aqui, que tem o consórcio intermunicipal, como a gente fazia parte do consórcio, num grupo que tinha lá, que era o grupo de memória, a gente fazia acompanhava a discussão que havia nas outras sete cidades, e aí a gente fazia essa discussão aqui também, trazia essa discussão [...]

A participação das ações do Consórcio Intermunicipal do ABC, e o acompanhamento dos fóruns de memória e patrimônio organizados anualmente pelo consórcio foram importantes para orientar as ações dos técnicos da prefeitura preocupados em criar mecanismos de proteção ao patrimônio em Diadema. Houve uma ação em especial, da qual técnicos do Centro de Memória e da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano participaram, que também pode ser destacada aqui como mais uma das possibilidades de aplicação de métodos e

⁴⁶ O documento submetido ao CONDEPHAAT não foi publicado, mas foi usado como fonte.

construção de narrativas para a cidade.

Durante o ano de 2006, esses agentes da prefeitura realizaram caminhadas pela área central de Diadema junto aos responsáveis pela pesquisa “7cidades: uma leitura perceptiva do Grande ABC”. Com apoio da FAPESP, esta pesquisa desenvolvida entre 2004 e 2008 foi coordenada por Artur Ferreira Cole dentro do programa de pós-graduação em administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul em parceria com o Consórcio Intermunicipal do ABC.

Em 1997 foi formado um fórum de interlocução entre a sociedade civil e representantes dos poderes públicos municipais e estadual (PASSARELLI et al, 2009). A Câmara Regional do Grande ABC, em 1999, começou a desenvolver um Planejamento Estratégico Regional com o objetivo de visualizar o desenvolvimento da região durante a década seguinte (idem). Havia sete eixos estruturantes a orientar o projeto, sendo que no âmbito do eixo estruturante Ambiente Urbano de Qualidade, foi proposto “a elaboração de uma política de conservação e recuperação do patrimônio cultural a partir da consolidação de um inventário de bens para as sete cidades da região” (PASSARELLI et. al.,2009, p.04). A partir desta proposta nasceu a pesquisa “7cidades” que reuniu em um grupo de trabalho no Consórcio Intermunicipal do ABC agentes públicos das prefeituras das sete cidades da região (idem).

Os objetivos e execução dessa pesquisa são um bom exemplo sobre como diferentes métodos aplicados ao campo do patrimônio abrem várias possibilidades de construções narrativas e usos da ideia de patrimônio.

Quanto ao objetivo, a pesquisa “7cidades” teve como proposta principal desenvolver e aplicar junto aos técnicos das prefeituras e setores da sociedade civil um método comum de identificação do patrimônio cultural e, dentro do eixo temático da proposta de desenvolvimento urbano da Câmara Regional do Grande ABC, identificar espaços urbanos de qualidade através do reconhecimento das relações de uso e identificação dos usuários com os espaços (PASSARELLI et. al., 2009, p.04). Espaços que são tornados lugares no cotidiano⁴⁷.

Adotando uma abordagem fenomenológica, este método consiste em usar a produção de imagens como um mediador das relações travadas entre os atores sociais e a paisagem de seus cotidianos e, ao mesmo tempo, como fonte primária para a identificação dos lugares de valor na cidade. Assim, estas imagens foram sendo produzidas durante caminhadas cujos percursos já haviam sido definidos pelos pesquisadores em visitas anteriores às áreas centrais

⁴⁷ “Tornar espaços em lugares”. Dada a proximidade teórica que baseia este método, interpreto a proposta da pesquisa “7cidades” com base na reflexão de Francesco Careri que diz, “Lugares e paisagens nascem no percurso, são construídos pelas referências que os homens tomam para reconhecer o território enquanto o habitam. Uma vez que não estão lá, não há mais espaço, lugar ou paisagem (2013, p.51).

das cidades. Estes percursos, chamados “varreduras perceptivas”, foram feitos em um primeiro momento com os técnicos das prefeituras, e depois com setores da sociedade civil como, em Diadema, grupos de jovens artistas que foram conduzindo o percurso das caminhadas e produzindo imagens em fotografias, gravações de vídeo e desenhos (COLE, 2008)⁴⁸.

Com as imagens produzidas e catalogadas, foi constituído um acervo que, como fonte de pesquisa, poderia ser analisado para identificar na paisagem das cidades o patrimônio cultural, além de outros “problemas e potencialidades do espaço urbano que podem compor diagnósticos para a formulação de diretrizes para políticas urbanas” (PASSARELLI, et al., 2009, p.02).

O método empregado na pesquisa não é distante dos princípios estabelecidos no Inventário Nacional de Referências Culturais que, quando incorporado pelo IHPAN ao projeto Mais Educação, resultou na criação de manuais de aplicação que possibilitassem a produção de inventários participativos onde a postura fundamental considera “[...] a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural” (IPHAN, 2016, p.05)

Sob essa perspectiva, o patrimônio construído coletivamente é fonte das referências culturais nas quais a memória coletiva é mantida viva pela identificação dos grupos cujas identidades são reforçadas durante o processo. E ao mesmo tempo, o patrimônio é mobilizado como fonte de conhecimento e produção do saber, tal como nos usos do acervo de imagens produzidos pelas varreduras perceptivas no projeto “7cidades”.

Este projeto, assim, na fase de produção de imagens com os técnicos das prefeituras, teve também como objetivo oferecer ao poder público um método para conhecer a cidade que o aproxime da sociedade civil.

Mas de que maneira este método produziu uma narrativa para a cidade diferente do método empregado na produção do inventário pelo grupo PRÓIPHAC?

É preciso apontar que além do método, os objetivos desses inventários são diferentes. O do PRÓIPHAC, feito no âmbito do poder público local e amparado por uma legislação específica, tinha o objetivo de produzir um conhecimento sobre os bens culturais da cidade com vistas a protegê-los oficialmente, conferindo aos bens inventariados uma proteção equivalente a um tombamento. Já os inventários participativos, e o inventário feito pelo método desenvolvido no projeto “7cidades” objetivam produzir conhecimentos que podem ser

⁴⁸ Além de um artigo publicado sobre a pesquisa, as informações aqui apresentadas também têm como fonte o relatório científico final apresentado à FAPESP em 2008.

utilizados de diferentes maneiras. No relatório da pesquisa é dito:

Complementar à identificação do patrimônio cultural, será necessário realizar o aprofundamento do inventário já elaborado, ampliando o conhecimento sobre os bens a partir de levantamentos minuciosos sobre bem e em documentos históricos e iconográficos, formulando, assim, informações completas sobre o bem a exemplo dos inventários que são elaborados pelos órgãos oficiais de preservação do patrimônio (COLE, 2008, p.62)

Os inventários participativos, como definidos no Manual de Aplicação do IPHAN, são feitos com uma postura parecida:

[...] cabe enfatizar que esta iniciativa não tem a pretensão de servir de instrumento de identificação e reconhecimento oficial de patrimônio, nem substituir as atuais ferramentas utilizadas nos processos de proteção dos órgãos de preservação do patrimônio de qualquer esfera de governo. Apresenta-se, de preferência, como um exercício de cidadania e participação social, onde os seus resultados possam contribuir para o aprimoramento do papel do Estado na preservação e valorização das referências culturais brasileiras, assim como servir de fonte de estudos e experiências no contínuo processo de aprendizado. (IPHAN, 2016, p.07)

Nem todo bem com reconhecido valor simbólico precisa ser protegido oficialmente por meio de tombamento ou registro. Isso porque sua existência pode não estar ameaçada, não demandando uma ação direcionada das prefeituras ou outro poder público, ou porque esses bens de valor podem servir como guia a outros propósitos, como instrumento de educação e produção de saberes pelos próprios protagonistas desses processos, como também, a exemplo do “7cidades”, um instrumento de saber direcionado a identificação de *espaços urbanos de qualidade*, uma categoria mais ampla da qual o patrimônio cultural faz parte. Como consequência, o resultado de inventários participativos, assim como o inventário feito no âmbito do projeto “7cidades”, é o de um conjunto muito mais amplo justamente por capturar o dinamismo das relações travadas entre os habitantes e as cidades, em que diferentes critérios são mobilizados nos processos de atribuição de valor ao território.

Não à toa, em Diadema, dos 27 IPHAC reconhecidos no plano diretor de 2002, o projeto “7cidades” listou 189 lugares de valor (COLE, 2008, p.53). Isso porque além dos IPHAC, e dos lugares que apareceram com mais frequência nas imagens produzidas nas varreduras perceptivas feitas entre 2006 e 2007, a pesquisa também incorporou à lista:

- Escolas de nível superior, em vista do forte potencial de transformação do espaço que essas instituições provocam ao se instalarem nas cidades, atraindo serviços ao redor da instituição como estacionamento, bares, livrarias, etc.;
- Áreas de lazer público ou privada pelo potencial de atração de população para a prática esportiva ou festas;
- Rede de equipamentos culturais públicos ou privados, como centros culturais, bibliotecas, teatros ou cinemas de rua;
- Rede de parques e áreas arborizadas, públicas ou privadas, muitas delas observadas pelas imagens de satélite já citadas. (COLE,2008, p.51)

Há, portanto, neste inventário um conjunto muito mais amplo de bens do qual o patrimônio cultural faz parte. E assim como com os bens culturais do inventário feito pelo PRÓIPHAC em 2015, este inventário produz narrativas sobre a cidade que tanto a aproximam das cidades vizinhas, afinal este projeto tinha foco na região do Grande ABC, quanto permitem identificar particularidades de Diadema, propriamente.

A partir da análise do acervo, além da montagem de uma base cartográfica no Google Earth, no relatório do “7cidades” são apontadas algumas semelhanças. Por exemplo, tendo sido focado nas áreas centrais das cidades, o acervo mostra que áreas centrais dessas cidades “se desenvolveram em terrenos suavemente inclinados, nas proximidades dos rios que serviram de orientação de caminhos para o interior e para o abastecimento e o esgotamento sanitário.” (PASSARELLI et. al., 2009, p.10) Os remanescentes da vida suburbana, que em Diadema foram reconhecidos como bens culturais pelas casas de chácara, também se encontram nas cidades da região. Uma característica, inclusive, instrumentalizada no relatório entregue ao CONDEPHAAT para a proteção do Sítio São Miguel.

Os usos mistos nas áreas centrais, com prédios baixos de comércio no andar térreo sob residências, além das marcas da indústria na paisagem por meio das caixas d’água também se encontram pela região. (PASSARELLI et al, 2009, p.15). O corriqueiro na paisagem, assim como o excepcional podem se tornar referência no espaço, tendo valores atribuídos a eles permitindo a identificação de lugares.

O grande volume de bens identificados no projeto “7cidades” o tornam um primeiro passo para o inventário do patrimônio cultural⁴⁹, mas o método utilizado, quando comparado a outros métodos possíveis de identificação de bens culturais, exemplifica as narrativas possíveis de serem construídas por meio do patrimônio. Diferentes métodos oferecem diferentes modos

⁴⁹ A pesquisa 7CIDADES identificou cerca de 1.500 lugares nas áreas centrais e nos corredores de ligação inter-regionais (nos bairros) que formam um conjunto de bens de interesse cultural, compondo uma primeira abordagem no sentido de inventariar os bens de interesse cultural da região que identifica e caracteriza o bem (COLE, 2008, p.15)

de ver a cidade, identificando diferentes lugares de valor. Conforme vão se complementando, ganhamos acesso a uma vista mais ampla da cidade, podendo ler na paisagem um texto mais complexo em que história e memória, além de diferentes grupos identitários transitam no mesmo território formando e flexibilizando múltiplas fronteiras simbólicas⁵⁰.

Como a análise dos termos adotados na legislação municipal para o patrimônio indicou, a adoção de certas definições de patrimônio não implica na constituição de uma lista de bens que reflita todas as categorias que esta definição enseja. Isso porque tais termos para o patrimônio demandam a adoção de novos métodos que podem ser limitados pela estrutura e quantidade de recursos disponíveis em níveis mais distantes do governo federal. É verdade que o Manual de Aplicação de Inventários Participativos, assim como o método desenvolvido e proposto pelo projeto “7cidades” visam justamente democratizar as práticas patrimoniais trazendo a sociedade civil para dentro do processo tornando o campo patrimonial mais horizontal. Ainda assim, no momento de elaboração de ações de proteção oficiais em que a presença do poder público é necessária, o método utilizado vai depender da estrutura disponível. A adaptação do termo “bens culturais” no inventário feito pelo PRÓIPHAC em 2015 para “bens culturais - volume dos bens imóveis” adapta o uso dos termos correntes do campo patrimonial para a realidade local onde os órgãos de defesa do patrimônio ainda estão se consolidando após terem ficados inativos por alguns anos. Os membros do PRÓIPHAC, por exemplo, levaram a frente a formulação do inventário junto a seus trabalhos cotidianos na prefeitura. O grupo técnico, ainda que sendo nomeado pela prefeitura, é composto como que por trabalho voluntário. E não sendo um grupo de dedicação exclusiva, há algumas limitações no emprego de métodos de identificação do patrimônio mais abrangentes, como de acordo com as categorias adotadas. Mais uma vez, a definição da lista de bens culturais como “volume dos bens imóveis” é um bom exemplo da situação. Isso não quer dizer, entretanto, que o patrimônio imaterial foi negligenciado em Diadema.

Já no começo dos anos 1990, ao mesmo tempo em que os funcionários do Centro de Memória começaram a investigar os imóveis de valor histórico, também tinham projetos voltados para o patrimônio imaterial. Absolon de Oliveira diz:

[...] a gente também tava discutindo algumas questões sobre patrimônio imaterial [...] a gente começou a levantar algumas atividades. E uma que a gente levantou, que depois

⁵⁰ No processo que Antônio Augusto Arantes chama “produção do espaço público”, “[...] as fronteiras simbólicas se formam e se reconfiguram, seu grau de permeabilidade e fluidez, suas referências de tempo-espaço, sua relação com a formação da paisagem urbana e com a criação de marcos culturais para sujeitos determinados” (2000, p.10) são identificados.

até virou um ponto de cultura, era um terreiro [...] de tambor de mina, que era o único que tinha aqui [...] que vem da origem do maranhão, que tinha aqui em São Paulo. [...] Chegou a virar um ponto de cultura, aí diadema chegou a ter 20 pontos de cultura. A gente tinha lá no centro de memória que era aquele dos violeiros e eles tinham formado um ponto de cultura aqui também que era pra fazer oficina, divulgar a prática desse bordado (bordado de filé associado ao tambor de mina), e aí era o que a gente tava discutindo pra fazer tombamento como patrimônio imaterial. (Absolon de Oliveira)

O tombamento em si não aconteceu. Mas por iniciativa da Secretaria Municipal de Cultura, a Casa das Minas de Thoya Jarina e Shapanan se tornou um ponto de cultura da cidade em 2010⁵¹. Os pontos de cultura em Diadema se tornaram os espaços do patrimônio imaterial, abrigando práticas que vão desde a Viola Caipira ao Hip-Hop, sendo este último um “Pontão”, um espaço de entroncamento dos grupos de Hip-Hop em toda a região para além o município⁵².

De certa forma, em relação aos mecanismos institucionais de proteção ao patrimônio em Diadema, estes funcionam como era ao nível nacional antes da fusão do SPHAN com o CNRC. Isso devido aos limites na criação destes mecanismos em um nível municipal. Ainda assim, é justamente esta divisão em que a secretaria de cultura promove as práticas culturais dos pontos de cultura que também permite ao CONDEPAD e ao PRÓIPHAC se dedicarem ao volume de bens imóveis dos bens culturais. Esses lugares em conjunto formam o patrimônio cultural da cidade em sua concepção mais ampla. Os pontos de cultura oferecem outras facetas da cidade que não aparecem nos imóveis listados no inventário. As comunidades migrantes de estados do nordeste, a cultura afro-brasileira, e os coletivos de artes que inserem a cidade no circuito de artes da periferia da zona sul de São Paulo entre outras práticas de valor cultural são abrigadas e reconhecidas por meio desses pontos de cultura. A leitura desses pontos de cultura junto à lista oficial de bens culturais amplia a narrativa da cidade para o presente e aproximam seu patrimônio dos termos adotados na legislação.

Assim, há uma polifonia (ou cacofonia a depender da perspectiva adotada) nos conceitos e atores em torno das práticas patrimoniais em Diadema.

A linguagem oficial acompanhou os desenvolvimentos teóricos e usos de novos termos ao nível federal, mas os limites característicos do contexto local limitaram a adoção de métodos que acompanham essas mudanças conceituais. Essas diferenças, quando analisadas junto a outras possibilidades metodológicas, não exibem defasagens no patrimônio da cidade, mas ampliam as possibilidades de formulações de narrativas para a cidade. Afinal como na proposta

⁵¹ DIADEMA, Relatório 2009: Rede de Pontos de Cultura de Diadema, 2010, não publicado.

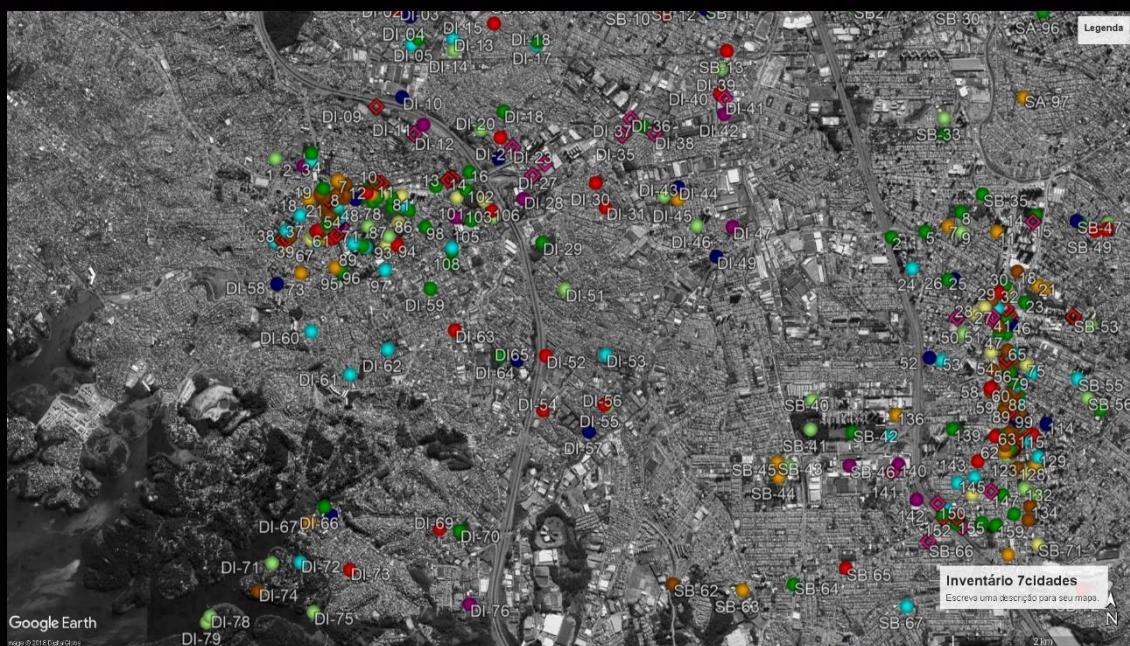
⁵² Ver nota anterior

metodológica do projeto “7cidades”, há mecanismos para aproximar as práticas patrimoniais carregadas dentro das instituições de governo de setores da sociedade civil que reafirmam suas referências culturais na vida cotidiana.

As casas de chácara, as olarias, os templos budistas, e o jardim japonês do inventário oficial podem ser lidos na paisagem junto ao circuito de eventos pelos pontos de cultura da cidade, junto aos sotaques ouvidos nas ruas, nas casas do norte espalhadas pela cidade, nas viagens de ida e volta ao nordeste que tantos moradores fazem em Julho e no fim do ano. A oposição entre história e memória coletiva deixa de fazer sentido, os vestígios do passado são incorporados nas narrativas do presente e assim, as camadas da paisagem da cidade se tornam mais legíveis.



Figura 29. Mapeamento dos bens culturais de 2015 no Google Earth. / Feito pelo autor.
 Figura 30. Mapeamento dos lugares de interesse registrados pela pesquisa “7cidades”. O código DI- indica os bens em Diadema. / Arquivo KMZ cedido por Silvia Passarelli.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meados de agosto de 2019, de passagem pela Praça Castelo Branco, noto um conjunto de três *containers* postos no começo do calçadão da praça. O canteiro de obras havia sido montado. A reforma iria ter início. No ano anterior, em 11 de dezembro, o COMDEMA havia aprovado o novo projeto de reforma apresentado pela prefeitura. Neste projeto, além da manutenção do desenho original, a prefeitura se comprometeu a não derrubar as árvores da praça. Ainda assim, em setembro de 2019, com as obras já iniciadas, uma nova reunião foi convocada pelo COMDEMA para a aprovar, por votação, a derrubada de 14 árvores, além de remanejar outras 23 para um local afastado. Com oposição da sociedade civil do conselho, o projeto foi aprovado por 10 votos a 7. E assim teve início a abertura de uma rua no calçadão da praça, árvores foram cortadas e os comerciantes da economia solidária, que trabalhavam no calçadão, foram levados para outro ponto ainda no centro da cidade, com a promessa de que teriam um lugar reservado quando a reforma estiver concluída.

Com a reforma em andamento, a rotina da praça não parece ter se alterado tanto. Em uma tarde ensolarada de setembro, pessoas continuam a ir e vir pela praça, atravessando o canteiro de obras como se fosse algo corriqueiro na paisagem. No interior da praça, além dos passantes, há pessoas sentadas nos bancos em pequenos grupos conversando entre si, especialmente nos pontos em que batia o sol de fim da tarde. Diferentemente da manhã nublada de um ano atrás, há dessa vez pessoas de idades variadas na praça, alguns casais se beijam enquanto, no banco oposto, um vendedor de picolés atende duas garotas. Em uma saída em particular, onde o sol não batia e pessoas não passavam, dois homens dormiam nos bancos agasalhados com jaquetas pesadas. A reforma, em sua fase inicial, parece não ter alterado a rotina daquele lugar.

Como área central da cidade, esta praça comporta uma multiplicidade de práticas que coexistem e ganham destaque quando mobilizadas em disputas de valores como no ano anterior e nos desdobramentos da votação no COMDEMA pelo corte de árvores. Em 20 de setembro, por exemplo, o “grupo da terceira idade”, uma associação informal de cidadãos idosos, se manifestou na câmara municipal contra a reforma, e seguiram até a praça para realizar um ato de protesto. Várias reuniões entre grupos da sociedade civil decorreram, com atos contra o corte de árvores sendo organizados pelos membros da sociedade civil do COMDEMA.

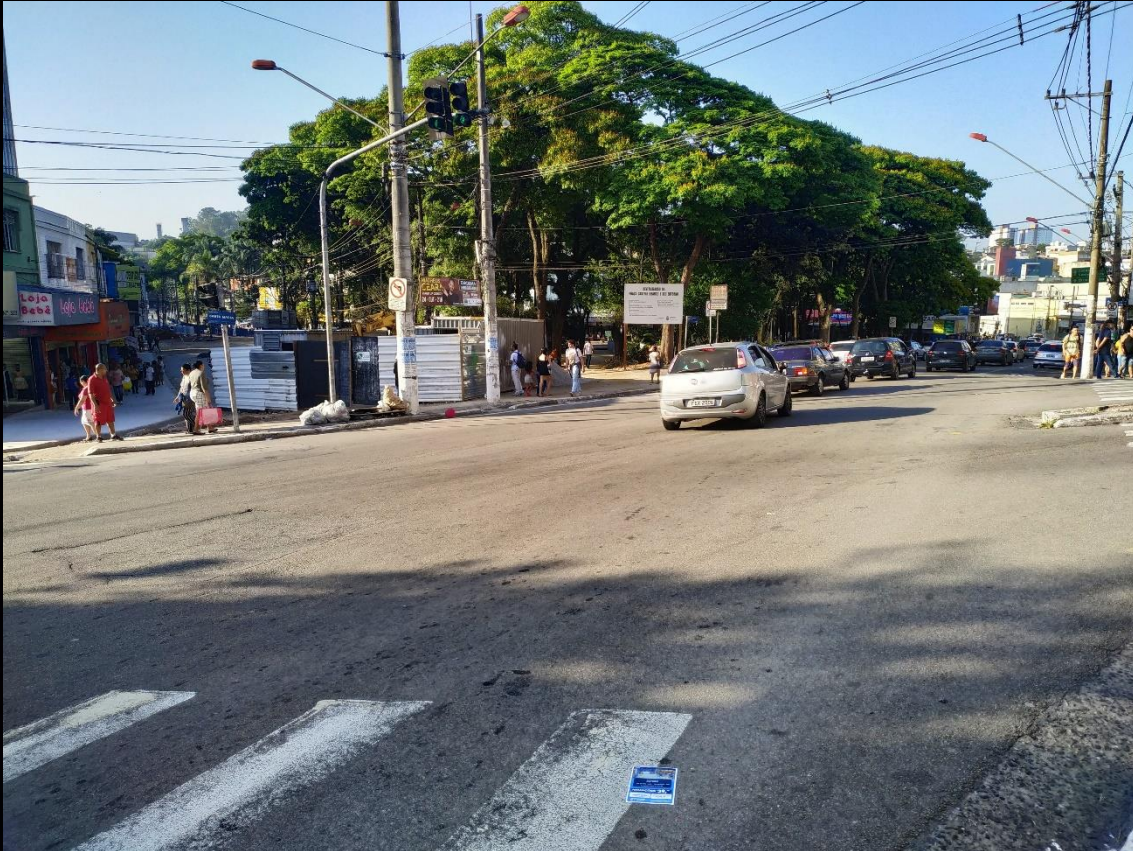
Nesta segunda etapa dos atos, a questão do patrimônio não só deixou de ser mencionada, como a própria categoria deixou de ser mobilizada como instrumento para justificar o valor da praça. Isso porque o projeto havia sido adaptado para manter o desenho

original, que era a principal demanda do CONDEPAD. Além disso, com o corte das árvores como fonte do reinício do conflito, o valor ambiental da praça se tornou o protagonista das disputas entre os membros organizados e a prefeitura. Com a novidade do “grupo da terceira idade”, os outros personagens que haviam se reunido para combater a reforma haviam diminuído. Os comerciantes da economia solidária haviam ganhado um novo espaço, e o CONDEPAD começou a se desarticular, mais uma vez, por conta da diminuição da presença de seus membros, deixando de se articular com o COMDEMA.

A última ação conjunta dos dois grupos foi o envio de um ofício ao Ministério Público, com a promotora responsável decidindo por não intervir na reforma que já havia sido aprovada pelos dois conselhos.

Em uma manhã de setembro, acompanhei Maria Luísa Gagliardi e o jornalista do Repórter Diário, George Garcia, que vinha escrevendo sobre a reforma desde que teve início, em uma vistoria da obra. Maria Luísa e eu nos apresentamos como membros do CONDEPAD, e pedimos uma conversa com o engenheiro responsável pela obra. Maria Luísa o questionou sobre o corte de árvores, o que ele confirmou apontando para as marcas vermelhas nos troncos que indicavam a derrubada. Ao pedir para ver o projeto, entretanto, o engenheiro ligou para o secretário de obras, indicando na sequência que não tinha o projeto da reforma ali no canteiro.

Enquanto a reforma prossegue, os membros da sociedade civil do COMDEMA tentam articular ações que parem as obras, ainda que uma parte das árvores já tenham sido cortadas. Os comerciantes da economia solidária continuam suas rotinas em um novo local, dessa vez com barracas amarelas, esperando pela conclusão das obras, e a rotina da praça permanece enquanto a reforma mantém-se localizada no calçadão ao lado. Com as árvores cortadas, o conflito foi reacendido em termos da proteção ambiental, resta agora ver se conforme a reforma começa a atingir o interior da praça, outros conflitos venham a ressurgir, com a recuperação da questão patrimonial em relação ao desenho e ao piso, e com a possibilidade do surgimento de uma questão social que permaneceu latente durante todo o processo: as pessoas em situação de rua que já se abrigavam na praça por terem perdido seus espaços por uma reforma anterior em uma praça diferente.



Figuras 31, 32 e 33. Um percurso ao redor da praça com as obras iniciadas. Vê-se o canteiro na esquina, a abertura da rua para criação de estacionamento. E uma mulher atravessa o antigo calçada. / Fotos do autor.







Figura 34. Enquanto as obras ocorrem no calçadão. A rotina no interior da praça permanece, com pessoas a atravessando, e grupos sentados nos bancos a conversar. / Foto do autor.



Figuras 35 e 36. Chão danificado no interior da praça. E calçada lateral onde há um bolsão de taxi. / Foto do autor.



Clifford Geertz diz que “Somente pequenos voos de raciocínio tendem a ser efetivos em antropologia; voos mais longos tendem a se perder em sonhos lógicos, em embrutecimentos acadêmicos com simetria formal” (2008, p.17). Ao realizar aqui uma descrição da formação do campo de proteção ao patrimônio cultural em Diadema, analisando-o com base nos conceitos desenvolvidos na academia e adotados na esfera federal, pareço ignorar esta observação de Geertz. Afinal, busquei em Halbwachs e Nora uma oposição esquemática entre os conceitos de história e memória para interpretar os usos destes termos no contexto local de Diadema, mediando esta transição com os usos de tais termos na esfera federal.

Neste sentido, a descrição dos conflitos em torno da Praça Castelo Branco, os relatos que compõem a história de formação dos órgãos de proteção ao patrimônio em Diadema, e a análise dos termos mobilizados a partir dessas referências teóricas distantes fazem parecer, à primeira vista, que o objeto e a função desta pesquisa estão turvos, sem um direcionamento claro.

De início, o inventário de bens culturais de Diadema foi, em si, determinado como objeto de estudo. Filiando a pesquisa à tradição antropológica, o objetivo a ser alcançado a partir do inventário era o de analisá-lo como artefato cultural a orientar as relações travadas entre cidade e cidadãos. Assim como Lévi-Strauss descreveu a influência da interpretação do céu na organização territorial dos rituais Bororo e, em consequência, na organização de suas aldeias, permitindo aos missionários desmobilizarem seus processos rituais por meio da reorganização do espaço (2006). Assim como Evans-Pritchard descreveu o mundo conceitual no qual vivem os Nuer ao interpretar como as relações sociais e as transformações sazonais do ambiente influenciavam suas percepções sobre o espaço no qual viviam (1999), o inventário enquanto organização simbólica da paisagem segundo critérios bem estabelecidos deveria ser interpretado como uma ferramenta a orientar a leitura que se faz do espaço da cidade. Isso porque, partindo do princípio de que há diferentes métodos possíveis de mapear e fazer conhecer o patrimônio cultural, a adoção de um método específico, como na formulação do inventário neste contexto, resulta em uma forma específica de organizar a paisagem. Em um “voo de raciocínio” a partir do inventário, portanto, o patrimônio seria apontado como uma ferramenta de organização da relação entre a cidade e seus habitantes, o que naturalmente implica em disputas políticas, estéticas e éticas.

Com esse objetivo de pesquisa, há também uma série de caminhos possíveis para prosseguir a análise. A primeira proposta se baseava em outro conceito. O de “ressonância”. Em “Resonance and Wonder” (1992), Greenblatt diferencia um valor de ressonância de um objeto de arte, de seu valor de maravilhamento:

“Por ressonância, me refiro ao poder de um objeto exposto em ultrapassar os limites de sua forma e alcançar um universo mais amplo, evocando no observador as dinâmicas e complexas forças culturais que lhe originaram. Forças que, na perspectiva de um observador, vem a representar. Por maravilhamento, me refiro ao poder de um objeto exposto em surpreender o observador, transmitindo uma poderosa sensação de singularidade, evocando uma atenção desenfreada”. (1992, p.42, tradução nossa)⁵³

José Reginaldo Gonçalves, a partir de Greenblatt, coloca este termo no campo do patrimônio para lançar a questão sobre “Em que medida o fato de se possuir um patrimônio cultural ainda é capaz de diferenciar significativamente indivíduos e coletividades? (2007, p.239).

Assim, por meio de idas a campo, deveria identificar se os bens listados no inventário eram identificados no cotidiano como bens de valor simbólico, os mais variados. Ou seja, se essa lista de patrimônio identifica ou orienta, de alguma forma, as relações dos cidadãos com a cidade. Este caminho foi abandonado por implicar em um julgamento de valor do método adotado para identificar o patrimônio cultural. Trataria, essencialmente, de testar a influência dos bens listados e, conseqüentemente, se deveriam ter sido listados ou não. Ou seja, por si só, esta abordagem implicaria em uma concepção bastante estreita de patrimônio.

Foi então que “ressonância” foi substituído por “narrativas” no sentido em que o método adotado, dentre tantos possíveis, resultava em uma narrativa da cidade, permitindo ler sua paisagem de determinada forma. Ou seja, o inventário como um mapa da paisagem, um documento a ser lido cuja construção foi orientada por uma concepção de patrimônio e um método que tal concepção implica. E então, no lugar de avaliar a “ressonâncias” desses bens pela cidade, a pesquisa foi direcionada para a análise dos termos e métodos aplicados, junto aos métodos possíveis para, mais uma vez, interpretar como a ideia de patrimônio orienta a organização do espaço. As narrativas, da cidade de casas de chácara e templos budistas, da cidade das indústrias, dos marcos identificados na produção de imagens a seu respeito, dos eventos e manifestações artísticas dos pontos de cultura, todos compõem, com pesos a variar de acordo com o método aplicado para identificá-los, as narrativas da cidade ensejadas pelo patrimônio.

Então, o inventário de bens culturais de Diadema permanece como objeto da presente pesquisa. O problema de pesquisa que este objeto coloca diz respeito aos usos do conceito de

⁵³ No original: By resonance I mean the power of the displayed object to reach out beyond its formal boundaries to a larger world, to evoke in the viewer the complex, dynamic cultural forces from which it has emerged and for which it may be taken by a viewer to stand. By wonder I mean the power of the displayed object to stop the viewer in his or her tracks, to convey an arresting sense of uniqueness, to evoke an exalted attention. (1992, p.42)

patrimônio na construção dessas narrativas a identificar a cidade. E os grandes voos teóricos operados aqui servem para interpretar os conceitos de patrimônio mobilizados nessas construções de narrativas por meio do inventário de bens culturais. Assim, o desenvolvimento da pesquisa é o de uma análise teórica em que a trajetória deste conceito, com suas mutações teóricas e usos práticos, são colocados.

O patrimônio é, de fato, um elemento organizador da paisagem. Seus usos estão difundidos pelo Estado na criação dos lugares de memória, do mercado na construção de paisagem para alimentar a indústria de consumo cultural (CHOAY, 2006; ZUKIN, 1996), e dos vários grupos que compõem a sociedades civil, se relacionando com esses bens de diversas maneiras, seja como referência ou negação de suas identidades (LIMA FILHO, 2015), ou como objeto a orientar o consumo do espaço (CHOAY, 2006; CERTEAU, 2014).

Com esse objetivo de pesquisa em mente, um fato novo ocorreu durante o processo. O caso da Praça Castelo Branco. A situação na praça, ainda que bastante específica, confirma a hipótese de que o patrimônio enquanto conceito é um instrumento de organização dos usos do espaço. Isso por dois motivos. Primeiro pelo uso do termo nos discursos contrários à reforma durante o ato de 2018. Ainda que houvesse diferentes interesses em jogo na oposição à reforma, o patrimônio esteve presente na maioria dos discursos como uma palavra que, por si só, justificava o valor da praça em seu estado original. Com algumas exceções, durante o ato, não houve um foco em apontar os elementos da praça que a faziam ser um patrimônio. O conceito naquela situação específica era um instrumento de ação política. A simples afirmação da praça como patrimônio deveria ser suficiente para manifestar oposição à reforma. Em decorrência disso, ainda que a secretaria de obras tenha adequado o projeto de reforma às demandas do CONDEPAD, mantendo o desenho original, o próprio prefeito, figura máxima do poder político no município, disputou o valor da praça como patrimônio como resposta ao ato. O controle dessa palavra se tornou um elemento a definir como aquele espaço poderia ser transformado e usado. Por isso foi dada uma atenção tão grande ao caso da praça. O termo patrimônio enquanto organizador da paisagem e instrumento de disputas sobre os usos do espaço foi demonstrado tanto no processo de criação das instituições de proteção em Diadema, quanto em seu uso em um caso específico. A praça é um exemplo dos potenciais conflitos de que cada bem listado no inventário pode se tornar palco.

Por fim, conclui-se deste percurso que as transformações no conceito de patrimônio, suas definições e métodos de identificação, são refratadas conforme vão sendo adotados em contextos locais onde os órgãos de proteção operam com limites quando comparados ao contexto federal.

E em um nível teórico, conclui-se que a instrumentalização do termo em contextos políticos não trata apenas de questões identitárias. A predominância, ainda presente, dos monumentos arquitetônicos como patrimônio, mesmo com a roupagem de novos conceitos mais abrangentes, também se deve ao seu uso como instrumento de organização dos usos do espaço.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; LIMA FILHO, Manuel. A Antropologia e o patrimônio cultural no Brasil. In. BELTRÃO, J. F.; ECKERT, Cornélia; LIMA FILHO, M. F. (orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 21 – 44.

ABREU, Regina. Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In. BELTRÃO, J. F.; ECKERT, Cornélia; LIMA FILHO, M. F. (Orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 263 – 286.

ARANTES, Antonio Augusto. **Paisagens paulistas: transformações do espaço público**. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

BRASIL. Lei nº 6757, de 17 de Dez de 1979.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BECKER, Howard. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

CARERI, Francesco. **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. São Paulo: Editora G. Gili, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes: 2014.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**. IPHAN, n.34, 2012.

CLIFFORD, James. Colecionando arte e cultura. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**. IPHAN, n.23, 1994.

COLE, Artur (coord.). Relatório Científico Final. Atividades desenvolvidas. **7Cidades: uma leitura perceptiva do Grande ABC. Contribuição metodológica para conhecer, reconhecer e intervir no espaço urbano**. Processo FAPESP nº 2003/06453-5. Santo André: Centro Universitário Fundação Santo André; São Paulo: FAPESP, 2008.

COMPANHIA DE PROJETO (São Paulo). **Relatório conclusivo da consultoria para a elaboração de inventário de bens imóveis e de interesse paisagístico, histórico, artístico e cultural – IPHAC, e minuta de projeto de lei contemplando normas e diretrizes de uso e ocupação de imóveis, realizado em duas fases.** São Paulo: 2004.

CULLEN, Gordon. **The concise townscape.** Oxford: The Architectural Press, 2006.

DIADEMA. Lei nº 25, de 25 de janeiro de 1994.

_____. Lei nº 1346, de 01 de junho de 1994.

_____. Lei nº 77, de 31 de julho de 1998.

_____, Lei nº 1925, de 07 junho de 2000.

_____. Lei nº 2009, de 13 de março de 2001.

_____, Lei nº 161, de 02 de agosto de 2002.

_____. Lei nº3469, de 01 outubro de 2014

_____. Decreto municipal nº 7159, de 12 de junho de 2015

EVANS-PRITCHARD, E.E. (Edward Evan). **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota.** São Paulo: Perspectiva, 1999.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O espírito e a matéria: o patrimônio enquanto categoria de pensamento. In: **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios.** Rio de Janeiro: Ibram/MinC, 2007, p. 235 – 251.

_____. Os limites do patrimônio. In. BELTRÃO, J. F.; ECKERT, Cornélia; LIMA FILHO, M. F. (orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos.** Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 239 – 248.

_____. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Revista Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 28, n.55, p. 211-228, janeiro-junho 2015.

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes antropológicos.** Porto Alegre, vol. 11, n.23, p.15-36, janeiro-junho 2005.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In. FELDMAN-BIANCO. Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas.** São Paulo: Global, 1987.

GREENBLAT, Stephen. Resonance and wonder. Smithsonian Institution Press, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice Edições, 1990. E-Book. ISBN 85-7115-038-9.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação.** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto, Sônia Regina Rampim Florêncio et al. Brasília, 2016.

_____. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação.** Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA FILHO, Manuel F. Da matéria ao sujeito: inquietação patrimonial brasileira. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v52, nº2, p.605-632, 2009.

_____. Cidadania patrimonial. *Revista Antropológicas*, Recife, v26, nº2, p.134-155, 2015.

MAGNANI, José G. C.. Pensar grande o patrimônio cultural. **Lua Nova**, São Paulo, v.3, n.2, p.62-67, 1986.

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451986000300011&lng=en&nrm=iso>

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, v.10, Dezembro 1993.

PASSARELLI, S. H.; BRESCIANI, L. P.; COLE, A. F.; ROMERO, J. S.; Freitas. A. C.; GOIS, M. C. **Contribuição para a formulação de política para a paisagem.** In: XIII Encontro Nacional da Anpur, 2009, Florianópolis. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Florianópolis: UFSC; ANPUR, 2009

PREFEITURA DE DIADEMA. **Diadema: Caminhos e Lugares.** Diadema: Prefeitura municipal, 1999.

_____. **Casas de Chácara.** Não publicado.

_____. **Inventário de bens culturais: volume dos bens imóveis, revisão 2017.** Não publicado.

_____. **Relatório de atividades 2009: Rede de pontos de cultura de Diadema**, 2010.

RIEGL, Alois. **El culto moderno a los monumentos**. Madrid: Machado Libros, 2017, Kindle (paginação irregular).

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**. IPHAN, n.24, 1996.

ANEXO A

ANEXO 2		
IMÓVEIS DE INTERESSE PAISAGÍSTICO, HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL (IPHAC)		
IMÓVEL	ENDEREÇO	BAIRRO
Capela de Nossa Senhora de Fátima	Av. Casa Grande, 2422	Piraporinha
Capela e Colégio dos Padres Xaverianos	Av. Antônio Piranga, 1500	Centro
Casa da Família Micheloni Forti	Rua José Micheloni, 122	Conceição
Casa da Família Rich	Av. Dr. Ulysses Guimarães, 3947	Canhema
Casa de Alberto Simões Moreira	Av. Alda, 255	Centro
Casa de Ana e Luís Gallo	Rua Manoel da Nóbrega, 326	Centro
Casa de Anita Malfatti*	Rua Washington Luís, 56	Centro
Casa de Evandro e Sílvia Esquivel	Rua Professor Evandro Caiáffa Esquivel, 135	Centro
Casa de Orlando Mattos	Rua Orlando Mattos, 176	Eldorado
Casa de Pedra do Taboão	Av. Prestes Maia, 1976	Taboão
Casa e jardim típico japonês	Rua Yamagata esquina com Rua Yokohama	Taboão
Conjunto Habitacional Gazuza	Rua Jadeildo Pereira da Silva, 21, 45, 65, 89, 111 e 129	Casa Grande
Escola Estadual Padre Anchieta	Rua Pedro José de Resende, 300	Piraporinha
Estaleiro Bandeirante	Estrada Nova Ipê, 554	Eldorado
Estaleiro Scholze	Estrada Pedreira Alvarenga, 2349	Eldorado
Grupo Escolar "Vila Conceição"	Praça Lauro Michels, 30	Centro
Jardim e Museu Okinawa do Brasil	Av. 7 de Setembro, 1670	Conceição
Monumento – Capela de Nossa Senhora das Graças	Praça Nossa Senhora das Graças	Serraria
Observatório Astronômico	Av. Antonio Sylvio Cunha Bueno, 1322	Inamar
Olaria do Eldorado	Estrada da Servidão, s/nº	Eldorado
Primeiro Paço Municipal	Av. Alda, 40	Centro
Restaurante Rancho Grande	Rua Gama 193, 221 e 239	Eldorado
Sítio São Miguel	Av. Dª Ruyce Ferraz Alvim, 2250 e 2340	Serraria
Templo Budista da Seita Kannon	Rua Monge Kanjun Nomura, 50	Piraporinha
Templo Budista Jogan-Ji-Fudô-Myo	Rua Charles Gomes de França, 221	Centro

ANEXO B



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.159, DE 12 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE sobre a instituição do Inventário de Bens Culturais do Município de Diadema – Volume dos Bens Imóveis;

LAURO MICHELS SOBRINHO, Prefeito Municipal de Diadema, Estado de São Paulo, no uso e gozo de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1º, § 1º, da Lei nº 3.469, de 01 de outubro de 2014;

CONSIDERANDO, ainda, o que consta dos autos do Processo Administrativo nº 11.943/13.

DECRETA

Art. 1º Fica instituído o Inventário de Bens Culturais de Diadema – Volume dos Bens Imóveis, constituído pelos seguintes bens imóveis:

I – Arquitetura Religiosa:

1 – AR.001 – Capela do Cemitério Municipal
Endereço: Alameda da Saudade, 427 – Conceição
Inscrição Imobiliária nº 32.029.029/00
Histórico: Capela construída no começo da década de 1960 por Antônio Ferreira Leite (emancipador do Município).

2 – AR.002 – Capela e Colégio dos Padres Xaverianos
Endereço: Avenida Antônio Piranga, 1.500 – Centro
Inscrição Imobiliária nº 20.068.005/00
Histórico: A capela e o colégio constituídos pelos padres Xaverianos foram implantados em terreno de Johann Rechers, na antiga Chácara Flores.

3 – AR.003 – Capela Nossa Senhora de Fátima
Endereço: Avenida Casa Grande, 2.432 – Casa Grande
Inscrição Imobiliária nº 25.008.001/00
Histórico: Construída na propriedade do Sr. Raül Barbeta para abrigar a imagem da Santa que fora encontrada nos entulhos do terreno atrás da Capela Bom Jesus de Piraporinha.

4 – AR.004 – Igreja Bom Jesus de Piraporinha
Endereço: Praça Bom Jesus de Piraporinha, 119 – Piraporinha
Inscrição Imobiliária nº 25.094.001/00
Histórico: Atual Igreja Bom Jesus de Piraporinha, com projeto do arquiteto Anatoly Serbeiba.

5 – AR.005 – Monumento Capela Nossa Senhora das Graças
Endereço: Praça Nossa Senhora das Graças, s/n – Serraria
Inscrição Imobiliária nº 22.983.001/00
Histórico: A capela foi inaugurada em 1949, tornando-se monumento de referência na região do Serraria com a estátua da Santa elevando-se por cerca de 3,00 metros acima da cobertura.

6 – AR.006 – Templo Budista Deusa Kannon
Endereço: Rua Monge Kajun Nomura, 50 – Piraporinha
Inscrições Imobiliárias nº 26.038.001/00 e 26.038.002/00
Histórico: Inaugurado em 1952 em devoção à Deusa Kannon, conhecido pela festa do Ritual do Fogo Sagrado.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.159, DE 12 DE JUNHO DE 2015

5 – CC.015 – Casa de Anita Malfatti
Endereço: Rua Washington Luiz, 56 – Centro
Inscrições Imobiliárias nº 30.019.041/00 e 30.019.072/00
Histórico: Residência e atelier da artista plástica Anita Malfatti que residiu em Diadema de 1952 a 1964.

6 – CC.016 – Chácara na Avenida Alberto Jafet
Endereço: Avenida Alberto Jafet, 226 – Vila Nogueira
Inscrição Imobiliária nº 23.057.053/00
Histórico: Por seu valor paisagístico natural e por ser um dos poucos remanescentes de área do verde do Município foi grafado como "Parque Leste" (Lei Complementar nº 25).

7 – CC.017 – Sítio São Miguel
Endereço: Avenida Dona Rayssa Ferraz Alvim, 2.250 e 2.340 – Serraria
Inscrições Imobiliárias nº 33.005.018/00 e 33.005.021/00
Histórico: Chácara do Jurista Miguel Realé, apresenta um maciço de vegetação em área do aproximadamente 42.000 metros quadrados, funcionando como verticadouro cumiúdo verde da cidade.

IV – Casas Isoladas:

1 – CL.018 – Casa da Família Castro
Endereço: Rua Baependy, 796 – Campiandó
Inscrição Imobiliária nº 44.001.001/00
Histórico: Casa existente nas esquinas das ruas das Baependy e Allenas; muito provavelmente é a mais antiga da Vila Santa Teresinha, no bairro Campiandó.

2 – CL.019 – Casa da Família Nakajima
Endereço: Rua Tomiko Nakajima, 42 – Vila Nogueira
Inscrição Imobiliária nº 23.007.005/00
Histórico: A família Nakajima fixou-se em Piraporinha em 1946, trabalhando com produto hortifrutigranjeiros. A residência construída na década de 1950 está implantada em área arborizada.

3 – CL.020 – Casa de Pedra do Taboão
Endereço: Avenida Prestes Maia, 1.976 – Taboão
Inscrição Imobiliária nº 15.019.003/00
Histórico: Único remanescente dentro outras que foram construídas com pedras extraídas de uma pedreira local.

V – Habitação Social:

HS.021 – Conjunto Habitacional Gazuzá
Endereço: Rua Jadolet Pereira da Silva, Rua Cristiano Cardoso de Barros, Rua Francisco Ramires, Rua Diogo A. Correia, Rua Vasco da Gama, Rua Padre Inácio de Loyola, Rua Inca, Passagem Gaspar de Souza, Rua Diogo Botelho, Passagem Américo – Casa Grande
Inscrições Imobiliárias: Predios nº 24.021.022/00, 24.021.022/00, 24.021.104/00, Sobrepisos 24.021.117/00 a 24.021.283/00, 24.021.285/00 a 24.021.300/00, 24.021.984/00 e 24.021.989/00.
Histórico: Primeiro conjunto residencial construído em regime de mutirão no Brasil.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.159, DE 12 DE JUNHO DE 2015

7 – AR.007 – Templo Budista Jogen Ji Fudô Myo
Endereço: Rua Charles Gomes de França, 221 – Centro
Inscrição Imobiliária nº 40.040.049/00
Histórico: Construído entre os anos de 1971 e 1976, obedece ao padrão da arquitetura japonesa tradicional.

II – Arquitetura do Trabalho:

1 – AT.008 – Casa da Família Riech
Endereço: Avenida Doutor Ulysses Guimarães, 3.947 – Canhema
Inscrição Imobiliária: Parte do nº 21.019.062/00
Histórico: Construída na década de 1940, faz parte de um conjunto de edificações de uma clínica que existe no local.

2 – AT.009 – Conforja/Uniforja
Endereço: Rua São Nicolau, 210 – Centro
Inscrição Imobiliária nº 41.016.024/00
Histórico: Uma das primeiras indústrias do Município, implantada na região central em 1968. Administrada atualmente pela Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia.

3 – AT.010 – Orlaria do Eldorado
Endereço: Estrada da Servidão, s/n – Eldorado
Inscrição Imobiliária: Parte do nº 52.075.005/00
Histórico: Último exemplar restante das antigas orlarias espelhadas pela cidade.

III – Casas de Chácara:

1 – CC.011 – Casa da Família Esquivel
Endereço: Rua Professor Evandro Caiata Esquivel, 136 – Centro
Inscrição Imobiliária nº 30.045.045/00
Histórico: Casa de chácara de Sylvia e Evandro Caiata Esquivel, primeiro prefeito do Município de Diadema.

2 – CC.012 – Casa da Família Gello
Endereço: Rua Manoel da Nóbrega, 326 – Centro
Inscrição Imobiliária nº 30.031.116/00
Histórico: Residência de Luiz e Anna Bô Gato, cantora de ópera no Teatro Municipal de São Paulo.

3 – CC.013 – Casa da Família Micheloni Ferti
Endereço: Rua José Micheloni, 122 – Conceição
Inscrição Imobiliária nº 32.028.016/00
Histórico: Casa da família Micheloni Ferti, chamada de "Chácara Tradentes" em razão do tradicional Indústria de Moagem de Café Tradentes, fundada pela família.

4 – CC.014 – Casa de Alberto Simões Moreira
Endereço: Av. Alta, 255 – Centro
Inscrição Imobiliária nº 50.018.015/00
Histórico: Antiga chácara de Alberto Simões Moreira, abriga o Centro de Memória de Diadema.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.159, DE 12 DE JUNHO DE 2015

VI – Institucional

1 – IN.022 – Escola Estadual Padre Anchieta
Endereço: Rua José Pedro do Rezende, 300 – Piraporinha
Inscrição Imobiliária nº 26.075.006/00
Histórico: Projetada pelo arquiteto Ruy Okitaka em 1992.

2 – IN.023 – Grupo Escolar Vila Conceição
Endereço: Praça Lauro Michels, 30 – Centro
Inscrição Imobiliária nº 18.013.008/00
Histórico: A atual Escola Municipal Professor Francisco Daniel Trivinho é o mais antigo Grupo Escolar de Diadema.

3 – IN.024 – Observatório Astronômico
Endereço: Avenida Antônio Sylvia Cunha Bueno, 1.322 – Inamar
Inscrição Imobiliária Parte nº 50.048.003/00
Histórico: O Observatório Astronômico de Diadema é o único do Grande ABC.

4 – IN.025 – Primeira Sede da Prefeitura de Diadema
Endereço: Avenida Alta, 40 – Centro
Inscrição Imobiliária nº 40.006.001/00
Histórico: Construção localizada na Avenida Alta no número 40, foi a primeira sede da prefeitura.

VII – Paisagens:

1 – PA.026 – Jardim e Museu Okinawa do Brasil
Endereço: Avenida Sete de Setembro, 1.670 – Conceição
Inscrição Imobiliária nº 20.857.017/00
Histórico: Jardim, Museu e Memorial do Imigrante Okinawense, ocupa uma área de aproximadamente 30.000 metros quadrados, com destaque para as crejeiras e o lago com as 168 ilhas representando o arquipélago Ryukyu.

2 – PA.027 – Jardim Típico Japonês
Endereço: Rua Yokohama, 141 – Taboão
Inscrição Imobiliária nº 14.017.004/00
Histórico: Área verde remanescente da Indústria Nikan, sede foi implantado um jardim típico japonês. Atual Parque Takebe.

3 – PA.028 – Parque da Fonte
Endereço: Rua Vitalina Caiata Esquivel, 160 – Centro
Inscrição Imobiliária nº 20.004.588/00
Histórico: O atual Parque dos Javaliros reúne entre outros atributos, uma rica vegetação, razão pela qual constitui uma "Área Especial de Preservação Ambiental" (Lei Complementar nº 273).

4 – PA.029 – Praça do Comércio
Endereço: Praça Castelo Branco, s/n – Centro
Inscrição Imobiliária nº 40.001.001/00
Histórico: Marco zero da cidade, esta praça foi também, o primeiro local de concentração de casas comerciais e bancárias do centro do Município.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

Cabine do Prefeito

DECRETO Nº 7.155, DE 12 DE JUNHO DE 2015

VIII – Praia Vermelha:

1 – PV.030 – Casa de Orlando Mattos

Endereço: Rua Orlando Mattos, 176 – Eldorado

Inscrição imobiliária nº 51.035.013.00

Histórico: Residência e atelier do artista plástico Orlando Mattos, que também se destacou como ilustrador e chargista.

2 – PV.031 – Estaleiro Bandeirante

Endereço: Estrada Nova Ipê, 491 – Eldorado

Inscrição imobiliária nº 51.041.008.00

Histórico: Estaleiro da família Melchiorre, desde 1947, e que produziu embarcações de pequeno porte até a década de 1980.

3 – PV.032 – Estaleiro Scholze

Endereço: Estrada Pedreira Alverenga, 2.343 e 2.349 – Eldorado

Inscrições imobiliárias nº 51.015.019.00/51.015.020.00

Histórico: Antigo estaleiro existente na Praia Vermelha, atualmente ocupado pelo entidade assistencial "Children At Risk Foundation", onde são realizadas ações nas áreas de educação, expressão artística e cultural.

4 – PV.033 – Restaurante Rancho Grande

Endereço: Rua Gama, 193/221/239 – Eldorado

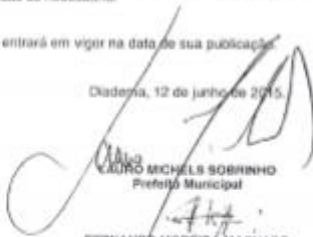
Inscrições imobiliárias nº 51.058.026.00/51.058.027.00/51.058.035.00


Histórico: Com uma implantação privilegiada as margens da Represa Bilíngua, o Restaurante Rancho Grande era um importante ponto de referência no bairro do Eldorado.

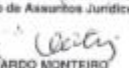
Art. 2º As despesas com a execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Diadema, 12 de junho de 2015.


VITORIO MICHELS SOBRINHO
Prefeito Municipal


FERNANDO MOREIRA MACHADO
Secretário de Assuntos Jurídicos


EDUARDO MONTEIRO
Secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano

Registrado no Cartório do
Público, pelo Serviço de
Espelares (62-711)

Publicado em 27/06/15